

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHI

DRIELE SILVA HONORATO

“SANEAR, EDUCAR E POVOAR”:
HIGIENE, DISCIPLINA E PROGRESSO
NOS IMPRESSOS DE UBERLÂNDIA E ARAGUARI (1930-1945)

Uberlândia

2018

**“SANEAR, EDUCAR E POVOAR”:
HIGIENE, DISCIPLINA E PROGRESSO
NOS IMPRESSOS DE UBERLÂNDIA E ARAGUARI (1930-1945)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 07 de março de 2018.

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu – UFU (Orientador)

Profa. Dra. Regma Maria dos Santos – UFG/UFU

Profa. Dra. Keila Auxiliadora de Carvalho – UFVJM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

H774s Honorato, Drielle Silva, 1991-
2018 "Sanear, educar e povoar" [recurso eletrônico] : higiene, disciplina e progresso nos impressos de Uberlândia e Araguari (1930-1945) / Drielle Silva Honorato. - 2018.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.979>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. 2. Educação sanitária - Uberlândia (MG) -História - 1930-1945. 3. Educação sanitária - Araguari (MG) -História - 1930-1945. 4. Nacionalismo - Brasil - 1930-1945. I. Abreu, Jean Luiz Neves (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

*Dedico este trabalho aos meus pais e às minhas avós que foram trabalhadoras rurais.
Em especial à dona Natália que tanto me inspirou
e que por desventura amarga do destino se ausentou desta Terra.
Dela, eu só tenho agora... Seu sangue e suas histórias.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Terezinha e Arlindo, e ao meu companheiro, Adriano, que assistiram de perto o quanto árdua foram algumas fases durante este projeto e que me apoiaram, cada um a seu modo, incondicionalmente.

Agradeço imensamente ao professor Jean Luiz Neves Abreu pelo diálogo, incentivo, auxílio e paciência. E por todas as orientações ao longo desses anos, regidas com zelo e atenção, disposto a sempre ajudar... Portanto, os erros que porventura ainda se fizerem presentes são de minha total responsabilidade.

Às professoras Regma Maria e Mara Regina por participarem da banca de qualificação e por tanto contribuírem com seus saberes valorosos sobre História e sobre vida.

Ainda em tempo, agradeço a todos os professores do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Em meu imo sempre carregarei um pouco de cada um, que vai muito além dos conhecimentos pertinentes à ciência histórica. Levo, principalmente, pensamentos e lições que florearão o jardim de minha existência.

RESUMO

O intuito da dissertação é problematizar a função nacionalizadora e civilizadora outorgada à área da saúde nos anos de 1930 a 1945 e os discursos de moral, disciplinarização e progresso que se integraram a preceitos sanitários difundidos nos jornais. Busca-se analisar os discursos que evocam a formação de um povo mais sadio espiritual, moral, físico e intelectualmente que são reiterados e irradiados nos artigos que integravam o projeto de educação sanitária. Para atender a esses objetivos, foram analisados os textos que envolvem temas sobre saúde disseminados pelos jornais das cidades de Uberlândia e Araguari, no Triângulo Mineiro, estado de Minas Gerais, Brasil. Serão fontes de investigação os jornais *O Triângulo*, de Araguari, e *A Tribuna, Correio de Uberlândia, Jornal de Uberlândia, O Bandeirante, O Estado de Goyaz e Voz Central*, de Uberlândia. A imprensa escrita, na presente pesquisa, é elemento-chave para se fazer compreender a política de saúde pública do governo de Getúlio Vargas e como ela foi fundamental para a difusão de discursos e ações políticas atreladas aos interesses governamentais na tentativa de moldar homens e mulheres, pautando comportamentos e insinuando as condutas socialmente apropriadas.

Palavras-chave: Governo Vargas. Nacionalismo. Modernização. Progresso. Disciplina. Saúde. Imprensa.

ABSTRACT

The purpose of the dissertation is to problematize the nationalizing and civilizing function granted to the health sector in the years of 1930 to 1945 as well as the discourses about moral, disciplinarization and progress that were integrated to health precepts widespread by newspapers. It aims to analyse the discourses that evoke the formation of a healthier people in a spiritual, moral, physical and intellectual way, which are reiterated and irradiated in the articles that were part of the health education project. To attend these goals, were analyzed texts that involve health issues disseminated by newspapers from the cities of Uberlândia and Araguari, in Minas Gerais, Brazil. The sources of investigation will be the following newspapers: O Triângulo, from Araguari, and A Tribuna, Correio de Uberlândia, Jornal de Uberlândia, O Bandeirante, O Estado de Goiás and Voz Central, from Uberlândia. The written press in the present research is a key element to make understandable the public health politics of Getúlio Vargas government and how it was fundamental for the dissemination of discourses and political actions linked to governmental interests in the attempt to mold men and women, guiding behaviors and insinuating the appropriate social conducts.

Key words: Vargas Government. Nationalism. Modernization. Progress. Discipline. Health. Press.

LISTA DAS SIGLAS

CNS - Conferências Nacionais de Saúde

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DNSAMS - Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social

DNSP - Departamento Nacional de Saúde Pública

DOP - Departamento Oficial de Publicidade

DPDC - Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

DST's - Doenças Sexualmente Transmissíveis

MES - Ministério da Educação e Saúde

MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública

SNES - Serviço Nacional de Educação Sanitária

SPES - Serviço de Propaganda e Educação Sanitária

UDN - União Democrática Nacional

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Traçados da Ferrovia Mogiana e Estrada de Ferro Goiás no entre - séculos XIX-XX

LISTA ICONOGRÁFICA

Imagen 1 – Fotografia da estação original de Uberabinha – Data ignorada, provavelmente antes do nome da cidade ser alterado para Uberlândia em 1929

Imagen 2 – Fotografia da fábrica de carrocerias para jardineiras na Avenida João Pinheiro, centro de Uberlândia (1939)

Imagen 3 – Fotografia da estação de Araguari (1942)

Imagen 4 – Fotografia da Santa Casa de Misericórdia de Araguari (Década de 1930)

Imagen 5 – Reprodução de carimbo do DIP em jornal (1944)

Imagen 6 – Representação de censura jornalística praticada pela polícia (1931)

Imagen 7 – Propaganda de remédio para sífilis (1941)

Imagen 8 – Propaganda de remédio para sífilis (1941)

Imagen 9 – Fotografia do Sanatório Espírita de Uberlândia (Data ignorada)

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| | |
| I “A AURORA DE UM NOVO BRASIL”..... | 21 |
| 1.1 O advento do capitalismo: o enredo brasílico pós-30..... | 21 |
| 1.2 “O Brasil novo, de hoje, há de se impor amanhã ao mundo como uma nação potente [...]”: projeto nacionalista, modernização e trabalhismo..... | 30 |
| 1.3 “Cidade menina” ou “cidade jardim” e “cidade progresso”: as cidades-irmãs do Triângulo Mineiro..... | 41 |
| | |
| II “SE SANEAR É POVOAR, EDUCAR É SANEAR” | 52 |
| 2.1 “Não seremos um povo válido enquanto formos um povo de doentes” | 53 |
| 2.2 A imprensa e seu papel basilar na estratégia política e na educação em saúde | 68 |
| 2.3 A difusão dos princípios higiênicos na imprensa local: principais colunas e temas..... | 81 |
| | |
| III “FORME-SE O HOMEM, EDUCADO, DISCIPLINADO, PROGRESSISTA” | 88 |
| 3.1 “Os povos feios e doentes nada realizam de duradouro”..... | 88 |
| 3.2 “No Brasil, podemos dizer: a imoralidade é o pecado nacional”: “saneamento moral” e o corpo como peça estatal | 95 |
| 3.3 “Fortalecer o povo é engrandecer o país”: patriotismo e progresso no discurso sanitário | 115 |
| | |
| IV CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 121 |
| | |
| FONTES..... | 125 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 132 |

INTRODUÇÃO

[...] A realização do Congresso, sob os auspícios do Governo Nacional, é uma conseqüência de outras providências que estão sendo postas em execução, indicadoras da firme deliberação de atacar, de frente, o problema da tuberculose no Brasil.

Essa atitude do governo merece os aplausos de todos aqueles que podem fazer uma ideia da importância que a questão reveste para a formação física da nacionalidade. Não seremos um povo válido enquanto formos um povo de doentes. O Brasil novo, de hoje, há de se impor amanhã ao mundo como uma nação potente, de filhos sadios e fortes, preparados para a arremetida das grandes conquistas que vai empreendendo e para o esplendor final das suas glorioosas realizações.^{1 2}

Narrativas como estas permitem abrir amplo leque de discussões em relação aos desdobramentos das questões sanitárias no Brasil. Nos últimos anos a pesquisa histórica se estendeu para novas possibilidades de abordagem. Neste sentido, o estudo de artigos que se integram a um projeto de educação sanitária é significativo não só para esclarecer questões de saúde pública como também sobre elementos da política e da sociedade, pois nenhum discurso científico opera num vazio social. Se a ciência pode ser pensada como discurso racional sobre o conteúdo ao qual se propõe conhecer, as particularidades constituintes da estrutura desse discurso podem ser examinadas também na sua historicidade.

A ciência e sua produção envolvem o conhecimento científico, sua constituição, aplicação e publicidade. Assim, nossa problematização busca dialogar sobre o positivismo tão presente nos discursos sanitaristas e sobre a teoria de que eles, agregados aos artifícios utilizados na campanha de educação sanitária, foram os principais incumbidos na estratégia de contribuir com o apelo ideológico que direcionava para um projeto de construção de uma nova nação. Uma nação que pretendia disciplinar pessoas, ensiná-las a cuidar de seu corpo e excluir as que não se encaixavam. Os artigos publicados nos jornais mostram que as diversas temáticas envolvendo saúde pareciam sempre convergir para um teor político homogêneo. O conhecimento científico foi um dos meios, portanto, de legitimação do poder, conforme pretendemos discutir ao longo dessa dissertação.

O objetivo específico da dissertação é analisar os discursos de progresso, de moralidade, de periculosidade e os ideais por um povo mais sadio que se estabelece intrinsecamente na ideologia da saúde pública e como eles se integram a um projeto nacionalista. Para chegar a indagações que levasse a uma reflexão sobre saúde pública

¹ JUNIOR, J. A. Baptista. O problema da tuberculose. **O Triângulo**, Araguari, 18 de jun. 1939, paginação irregular.

² Na citação das fontes foi atualizada a ortografia.

tivemos como ponto de partida os periódicos *O Triângulo* (1930-1945), de Araguari, e *A Tribuna* (1930-1945), *Correio de Uberlândia* (1938-1945), *Jornal de Uberlândia* (1940-1945), *O Bandeirante* (1930-1939), *O Estado de Goyaz* (1940-1945) e *Voz Central* (1940-1945), de Uberlândia. Ao todo foram levantados e analisados mais de 70 textos dos jornais. A imprensa é campo de disseminação e vulgarização do saber que se constitui como um mecanismo de poder na sociedade. Assim, de acordo com a historiadora Regma Santos, “[...] ela convive com as perspectivas políticas que ora estimulam a criação e o acesso a esses meios, ora os inibem e impedem sua criação e circulação.”³ Portanto, ao nos debruçar sobre o tema proposto à partir das fontes citadas, devemos levar em conta que o conteúdo, a produção e veiculação dos impressos podem refletir diretamente as predileções da elite e do poder público do Brasil e local.

Para viabilizar tal análise, buscou-se um conjunto de palavras chave no montante de artigos dos jornais que se relacionavam com a saúde. Os textos estritamente sobre saúde foram catalogados, mas o foco da pesquisa foram naqueles que diziam algo a mais do que os aqueles aparentemente despretensiosos. Percebemos que no contexto referido passa a ser presente no vocabulário da saúde a repetição de termos e conceitos como alimentação, criança, educação física, educação mental, escola, eugenio, governo, habitação, higiene, moral, operário, pais, progresso, religião, rural, saneamento, trabalho, etc., em referências cruzadas que evidenciam as muitas conexões descobertas a partir da leitura e da análise das fontes. Essa incidência de algumas palavras-chave nos textos dos jornais – sobretudo àqueles relacionados à saúde – referente ao período que Getúlio Vargas governou o país sugere, de acordo com Raymond Williams, que

são palavras significativas e vinculantes em certas atividades e em sua interpretação; são palavras significativas e indicativas em algumas formas de pensamento. Alguns usos reuniam certos modos de ver a cultura e a sociedade.⁴

As relações entre o campo da saúde e da legitimação do poder foram objeto de diversos trabalhos na historiografia. Em um estudo sobre as doenças e os cortiços na corte imperial, o historiador Sidney Chalhoub investigou o processo de formação “dos pressupostos da higiene como ideologia” atrelada aos valores de civilização e ordem em contraposição a época da colônia. Neste contexto inventa-se a tradição do discurso higienista e do discurso modernizador; é intrigante, complexo e contraditório como este último, além de ter um cerne conservador por almejar impor condutas e comportamentos

³ SANTOS, Regma Maria dos. Práticas culturais: as tipografias, os jornais e as livrarias de Uberlândia (1857-1950). **História & Perspectivas**, Uberlândia (40), 2009, p. 212.

⁴ WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave [um vocabulário de cultura e sociedade]**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 32.

aos indivíduos, também ignora as forças conflitantes do cotidiano e da sociedade em nome de verdades absolutas científicas. Destarte, a partir da década de 1870, a higiene foi utilizada como argumento científico para as ações praticadas contra os cortiços no Rio de Janeiro, mostrando a força da “ideologia da higiene” sobre as esferas sociais da época e dando início, no Brasil, a um longo processo de mudança relacionado a área da higiene e saúde.⁵

Foi com o advento da República que a pobreza, a doença e a ignorância se constituíram como problemas nacionais que precisavam ser combatidos, vistos como “obstáculo ao progresso e à civilização”. Aflorava-se assim um projeto político dentro dessa conjuntura e vinha-se surgindo no campo das ideias políticas uma sequência de inovações, sendo a reforma sanitária das décadas de 1910 e 1920 apresentada como um caminho para a construção da nação.⁶ Desse modo, o movimento sanitário brasileiro na Primeira República se apresentou como um dos elementos mais importantes para o projeto ideológico de construção da nacionalidade, ligando-a à saúde pública.⁷

Na década de 1920 estabelecem-se medidas que foram cruciais para a configuração desse novo quadro da saúde pública, por exemplo: fora instituído o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES). Programou-se também o primeiro curso de saúde pública que objetivava promover a formação da consciência sanitária da população por meio da propagação de conhecimentos sobre saúde e higiene; a realização de cursos de enfermeiras em saúde pública e a inauguração dos Postos de Saneamento e Profilaxia Rural. Em 1925 realizou-se uma reforma sanitária promovida pela Fundação Rockefeller que modificou as políticas de saúde pública e uma de suas principais ações foi a substituição da polícia sanitária pela educação sanitária.⁸ A Fundação instituiu também uma campanha que ajudou a criar a base científica para concretizar a interligação entre o discurso sanitarista e o eugênico. Assim, o alinhamento do pensamento eugênico coincidiu com o movimento sanitário.⁹

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 26-50.

⁶ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 75.

⁷ SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Revista de Ciências Sociais*, v. 28, nº 2, p. 193-210, 1985. Disponível em: <<http://www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lldbi/docsonline/antologias/eh-594.pdf>> Acesso em 09/05/2017.

⁸ SOUZA, Érica Mello de. As práticas educativas em saúde: O Serviço Nacional de Educação Sanitária em estudo (1940-1970). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH SP)**. São Paulo, 2011, p. 1-2. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308176164_ARQUIVO_TextoAnpuh2011.pdf> Acesso em 09/05/2017.

⁹ Sobre a Fundação Rockefeller ver: FARIA, L. R. de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 9, p. 561-590, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000300005> Acesso em 09/05/2017.

A educação sanitária, neste contexto, consistia em práticas pedagógicas empregadas no campo da saúde objetivando o controle das epidemias de doenças infecto-contagiosas que estavam vinculadas às péssimas condições sanitárias e socioeconômicas em que o brasileiro vivia. As ações educativas difundiam noções para a higiene individual e para prevenção de doenças coletivas. O meio escolar era espaço estratégico de educação sanitária por ser multiplicador das recomendações higiénicas. Porém, a imprensa escrita e o rádio também tiveram papel importante como propagadores dos princípios higiênicos, sendo em Minas Gerais um dos principais artifícios de educação sanitária.¹⁰

Em 1930, quando Getúlio Vargas tornou-se presidente do Brasil, começou a delinear-se um Estado com forte autonomia, modificando o país econômica e politicamente. Vargas buscou despertar, principalmente durante o Estado Novo, um sentimento de identidade nacional que era essencial para o fortalecimento do país e, para tanto, o regime buscou investir principalmente em cultura, educação e saúde.

O projeto de educação sanitária no contexto do Estado Novo objetivava alcançar uma educação capaz de produzir cidadãos fortes e aptos para o trabalho disciplinado. Pretender-se-ia impedir os danos à higidez do povo e estimular a capacidade de trabalho.

A partir da década de 1940 o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES) fora substituído pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), órgão integrante do Departamento Nacional de Saúde e que também pretendia desenvolver na população uma consciência sanitária e garantir para o futuro um país mais saudável.¹¹ O SNES era uma unidade administrativa que tinha o objetivo de planejar e sistematizar um programa de educação sanitária nacional.

Os médicos sanitaristas argumentavam que a doença seria a causa principal do atraso do país e principalmente do meio rural, e propunham uma verdadeira “regeneração nacional”. É importante salientar que a preocupação com a carência do meio rural estava interligada intimamente ao problema da “falta de braços” que assolava todos os recantos do interior brasileiro.

Uma das principais medidas iniciadas com as políticas públicas de saúde no governo Vargas fora a difusão de informações em escala de massa por meio do jornal, rádio e folhetins, efetivadas por meio da educação sanitária. Nas informações difundidas a boa saúde estava quase sempre vinculada a um bom rendimento no trabalho, que por sua vez

¹⁰ ABREU, Jean Luiz Neves de. Educação sanitária e saúde pública em Minas Gerais na primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 17, n° 1, 2010, p. 204. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000100013&lang=pt> Acesso em 05/04/2017.

¹¹ SOUZA, Érica Mello de. As práticas educativas em saúde: O Serviço Nacional de Educação Sanitária em estudo (1940-1970). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH SP)*. São Paulo, 2011, p. 1-2. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308176164_ARQUIVO_TextoAnpuh2011.pdf> Acesso em 09/05/2017.

era associado a uma vida feliz e plena. O Estado almejou, então, melhorar a saúde dos trabalhadores rurais que eram vitimados por infundáveis moléstias de todos os tipos, como por exemplo, o popularmente conhecido “amarelão”. A moléstia anciostomíase, ou o “amarelão”, consistia em doença que tinha cem por cento de incidência de infecção entre a população rural do país.¹² Tais questões reverberavam nos periódicos que circularam em várias regiões do país, como é o caso do Triângulo Mineiro. Em artigo publicado em um periódico local, é possível identificar a dimensão da doença como sinal de atraso:

[...] O costume de andar descalço é, antes de tudo, um costume bárbaro e deprimente. Exprime miséria e atraso. Nivela o homem com os irracionais. Um povo medianamente civilizado não dispensa o uso do calçado. Sua ausência revela ignorância e pobreza, bastando para classificar uma civilização como retardada e carente. Em qualquer parte do mundo, uma aglomeração de homens, mulheres e meninos descalços condenam-se por si mesma no seu estágio de cultura e progresso, revelando um estado de barbárie que devia ser remediado a todo custo. Viver ao relento, sem morada; comer com as mãos, sem talheres; pisar no chão, sem calçados, - eis correspondentes manifestações do mesmo nível de civilização. Serão especiosas quaisquer distinções que entre elas se façam.

Depois, os riscos. Espinhos e estrepes que se cravam nos pés, abrindo portas a infecções. Picadas de cobras. O tétano. E, sobretudo, o amarelão, que é moléstia dos que andam descalços: a contaminação se faz principalmente pelos pés, onde não se usam fossas sanitárias, coisa desconhecida na grande maioria das moradas rurais de todo o Brasil. São tantos os perigos que se pode dizer, como se diz do alfabeto, da nutrição, do saneamento em geral: o Brasil não será uma nação sadia e rica enquanto os brasileiros não adotarem o uso do calçado. E ali está mais uma função da escola: se os escolares todos fossem obrigados a comparecer calçados, é possível que o costume se fixasse nas novas gerações. Pelo menos, não se vê outro meio de realizar a transformação.

No entanto, os fabricantes de calçados reúnem-se e, confessando que fabricam apenas 15 milhões de pares por ano, pedem ao governo... que declare a sua indústria em superprodução. O que isso quer dizer é que fica proibida a instalação de novas fábricas, para que as atuais se reservem o privilégio de vender com maiores lucros os poucos calçados consumidos no Brasil. Quem importa que, em virtude disso, quarenta milhões de brasileiros sejam párias descalços, firam os pés na marcha sobre pedras (ilegível), através do (ilegível), permaneçam expostos á (ilegível) das cascavéis ou se contaminem de anciostomíase, que é das piores, mais difundidas e mais mortais endemias brasileiras, - dessas que estão degenerando a nacionalidade, a reclamar remédios heróicos?

Afirmamos que somos uma democracia. A democracia, porém, é o regime do povo. E o povo são os 40 milhões de brasileiros que vivem descalços, que se vestem rudimentarmente, que se alimentam mal, que moram ainda pior; não são os industriais que enriquecem á sombra da proteção aduaneira e que, ainda por cima, querem que essa proteção seja um monopólio seu, proibida a instalação de novas fábricas. Sacrifica-se a

¹² BRANNSTROM, Christian. A Fundação Rockefeller e a campanha de erradicação da anciostomíase em São Paulo (1917-1926). **Revista de História Regional**, vol. 15, p. 10-48, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiP8KuGutnRAhXEDpAKHSRICN4QFggrMAM&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas2.uepg.br%2Findex.php%2Frhr%2Farticle%2Fdownload%2F2371%2F1866&usg=AFQjCNF6ZFc_hSal7TausGWEtzfk4DESWQ&bvm=bv.144686652,d.Y2I> Acesso em 24/01/2017.

população, obrigada a comprar caro artigos ordinários, para que algumas centenas de felizardos dela cobre um tributo que os faz milionários á custa de contribuintes miseráveis. E depois nos admiramos do atraso em que está o Brasil quando comparamos com a República Argentina, o Canadá, a Austrália, países de pequena população e tão mais ricos do que nós!¹³

O texto acima - não atribuído a nenhuma coluna oficial do governo – explana a preocupação sobre o costume que ainda existia no Brasil de se andar descalço e faz menção a uma série de temáticas que envolvem questões cruciais que constituem as nuances do período que esta dissertação trata. Vários elementos presentes no artigo nos proporcionam debruçar em discussões sobre como alguns costumes que eram praticados pela maioria dos brasileiros, como o de andar descalço, estariam condicionando o país à miséria, ao atraso e à ignorância. Além disso, o artigo sugere que apesar do discurso geral de progresso, a população rural do país permanecia abandonada pelo governo, havia o discurso da higiene, mas não havia o mínimo de saneamento básico disponível a essa gente que desconhecia até mesmo fossas sanitárias. O ensaio revela também a função transformadora da escola para a educação sanitária, um dos ambientes mais importantes na resolução dos problemas da saúde no país segundo intelectuais, médicos e políticos do período.

Partimos do pressuposto de que os artigos médicos/sanitaristas/higienistas presentes nos jornais - sejam eles elaborados por órgãos do governo ou outrem - fornecem as pistas perfeitas que desenham as representações do imaginário social. O cotidiano, os comportamentos, as preocupações, os medos, os problemas, os anseios, a esperança no porvir, a incerteza do futuro... Tudo isso retratado em narrativas que envolvem o tema saúde e elucida a complexa rede de interações, a multiplicidade dos espaços, dos tempos e dos personagens. Há, pois, que se olhar com suspeição para a escrita dos jornais já que ela é em si uma prática a ser analisada.

Assim como dar o “zoom” em uma fotografia, a análise dos artigos nos permite entender como idéias de propagação nacional sobre saúde, moral, progresso e patriotismo se manifestaram e foram difundidas no seio do interior mineiro. Nos jornais de Uberlândia e Araguari podemos acompanhar os discursos para uma campanha que tinha como fito a melhoria da composição da nacionalidade brasileira, buscando a formação do “homem novo”, trabalhador, que ama sua pátria e segue rigorosamente as regras morais da sociedade. Portanto, ao longo da dissertação, ao invés de denominações como indivíduos, sujeitos, população, povo, etc., faremos algumas vezes o uso do substantivo homem, pois que o início das políticas de saúde se correlaciona ao trabalho, dada a valorização da mão-de-obra com o advento do capitalismo. O papel de trabalhador é designado ao homem, já para a mulher é eleito o papel unilateral de zelar pelos filhos e pela casa. Historicamente,

¹³ AMARAL, Rubens do. O caso dos calçados. **O Triângulo**, Araguari, 5 de mar. 1939, paginação irregular.

algumas atividades foram atribuídas às mulheres nas sociedades ocidentais. Esta atribuição se deve à naturalização da vulnerabilidade e da inferioridade feminil, contrapondo a inteligência, racionalidade e independência masculina.¹⁴ Cabe observar que nos jornais pesquisados não encontramos textos relativos à questão do trabalho destinados à mulher, mas temos ciência de que elas integravam a mão de obra braçal principalmente nas zonas rurais brasileiras e que após a ditadura estadonovista o crescimento da profissão de enfermeira contribuiu para inserção de mulheres em espaços antes ocupados apenas por homens.

Com o concurso do “trabalho valorizado”, principalmente durante o período do Estado Novo, almejou-se a instauração de uma sociedade disciplinar e a criação de um novo perfil do trabalhador que fosse submisso às demandas capitalistas. Para dar conta deste trabalho, utilizaremos como instrumento teórico a autora Ângela Maria de Castro Gomes¹⁵ com o conceito de “homem novo”. A criação de um “homem novo” foi meta ideológica que o aparelho de Estado tentou alcançar através de variadas políticas públicas e dentre elas as de saúde. Era através da saúde que o trabalhador brasileiro poderia ser melhorado fisicamente e mentalmente, e como consequência produziria mais: “se queremos um rendimento maior e mais perfeito, é lógico que só é possível esse rendimento e essa perfeição nos indivíduos hígidos mentalmente”.¹⁶

Levando em conta os discursos sobre saúde empreendidos nos jornais que reincidentem inúmeras vezes temas que remetem ao domínio sobre corpo e mente, utilizaremos diversas obras que tratam dos conceitos de poder, disciplina, higiene e docilização dos corpos do autor Michel Foucault. Em seu livro *Vigiar e punir* (1975), Foucault demonstra como o poder pode ser exercido por meio de dispositivos disciplinares. O Estado ou a sociedade se utiliza do corpo, da vigilância e da disciplina para garantir a ordem e a obediência dos indivíduos. Assim, o corpo é identificado como objeto e alvo de poder.¹⁷ Tal abordagem pretende analisar os discursos e as instituições como mantenedores do controle e das validações das normas de poder.

Ao longo da dissertação, procuramos dialogar com diversos trabalhos no campo da saúde e da educação sanitária no Brasil. Essa historiografia será cotejada com as fontes locais sobre as questões relativas aos objetivos dessa pesquisa.

Através da análise microscópica dos artigos, de estudos intensivos do material documental e lançando mão do que a historiografia discutiu sobre o período, conseguimos

¹⁴ ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, M (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

¹⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 151-166. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/132.pdf> Acesso em 09/05/2017.

¹⁶ CAVALCANTI, Alberto de Lira. Higiene mental e trabalho. **Cultura Política**, v. 17, jul. 1942, p. 203.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

compreender as intenções dessa junção tão reincidente entre saúde e política. Partimos do singular e das entrelinhas de pequenos textos de jornais para se alcançar dimensões mais profundas do cenário político-social brasileiro, tentando permanecer com o olhar crítico e com uma correta contextualização dos documentos que temos em mão. Por fim, é seguro afirmar que os artigos dos jornais nos transportam para uma interessantíssima imersão na história!

A dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro, com o título de “A aurora de um novo Brasil”, faremos uma explanação de toda a conjuntura da sociedade brasileira dos anos 1930 a 1945 e, especificamente, das políticas, projetos e intenções do então presidente Getúlio Vargas. É importante entender as mudanças que estavam ocorrendo e quais implicações políticas e econômicas levaram o governo Vargas a dedicar-se na campanha por um povo saudável.

No segundo capítulo, “Se sanear é povoar, educar é sanear”, abordaremos o panorama da saúde no período e analisaremos a disseminação dos ideais e políticas empreendidas pelo governo para sanear o Brasil. Para isso torna-se necessário um breve histórico do desenvolvimento das ações relacionadas à saúde pública no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Além disso, é imprescindível discutir sobre o papel da imprensa na propaganda política e sanitária, os jornais locais revelam como os discursos de saúde foram reproduzidos e como as políticas públicas de saúde ecoaram nesses cantos do sertão mineiro.

No último capítulo, “Forme-se o homem, educado, disciplinado, progressista”, primeiramente a proposta é analisar as diferentes especificidades contidas no teor dos discursos da saúde e os respectivos papéis que estes assumem perante a sociedade. Será de extrema importância discutir sobre a eugenia, pois no período ela se associa à medicina para proporem práticas e para produzir e multiplicar discursos que pregam uma ode ao aprimoramento do indivíduo e a regeneração da raça brasileira.

O capítulo também discutirá sobre como os dispositivos de poder operam modelando os significados dos discursos, mas sem inferir que os agentes que o recebem estão entregues à inércia e que eram passivos ante as forças operativas. O cotidiano não é espaço de passividade, sujeição, hegemonia ou controle, mas sim uma zona conflituosa carregada de imaginários, apropriações, estratégias e artimanhas singulares.

No derradeiro capítulo lidaremos de modo mais aprofundado diretamente com as narrativas desses discursos sanitários analisando sua dimensão cívica e patriótica. Tornam-se recorrentes nos textos que envolvem saúde conjunto de palavras como pátria e progresso, trabalho e trabalhador, moral e corpo, que se inserem num discurso homogêneo e geral de dispositivo disciplinar do Estado que constitui um símbolo legitimador da memória que se propõe a ser nacional e signo de poder.

E por último, no entanto, de significativa relevância, achamos por bem apresentar sobre como se deu a escolha pelo tema. O tema da dissertação, assim como acontece com a maioria dos historiadores, foi quem me escolheu. Ao integrar um projeto de iniciação científica¹⁸, na Universidade Federal de Uberlândia, pude entrar em contato com artigos sobre saúde das décadas de 1930 a 1950, através do jornal *Minas Gerais* de Belo Horizonte, e fui percebendo que muito mais que difusores de preceitos sanitários, eles se incluíam em um grande plano ideológico tecido também por discursos sobre política, progresso, riqueza, ordem e moral. Mas discurso e realidade eram díspares. Apesar do discurso de cidade moderna e salubre, Belo Horizonte enfrentava outra realidade. Assim como no resto do país, endemias como a hanseníase, tuberculose, febre amarela, buba, febre tifoide, difteria, malária, sífilis, verminose, chagas, varíola, esquistossomose, “amarelão”, febre paratifóide, disenteria, cólera, tracoma, etc., dizimavam centenas de pessoas na região. Desse modo, surgiu o interesse pela análise dos jornais locais com a intenção de mensurar como se deu a repercussão das políticas de saúde local.

É difícil e muitas vezes angustiante a jornada de historiar sobre algo que se encontra latente no âmago da nossa vivência individual. Para amenizar a inquietude, a historiadora Maria Clara Tomaz Machado nos auxilia ao apontar que “para o historiador o passado só tem sentido quando o seu presente o instiga a visitá-lo”.¹⁹ Todos os meus familiares que viveram no período que a dissertação abrange, na região rural do Triângulo Mineiro, subsistiam em total miséria. Morreram jovens assolados cada um por uma moléstia diferente e injustiçados pela indiferença do poder mandonista. Em minha família, as únicas pessoas que conheci que viveram o período e ainda permaneciam vivas nos dias de hoje eram as minhas avós, no entanto, ambas com a doença de chagas e que recentemente vitimara fatalmente uma delas. Os tristes relatos que ouvi das minhas avós sobre pobreza, falta de estrutura e assistência, fazem parte de uma realidade colérica e molesta que existia e que através de um consenso construído os jornais tentavam dissimular.

Analisar os jornais locais, principalmente na dimensão sobre saúde, faz perceber que os artigos elaborados por diversos autores em diferentes conjunturas – quase em sua totalidade por pessoas da classe social dominante economicamente – no fim convergiam para uma tentativa de afirmação política, ideológica e moral para se forjar o tipo de sociedade que se desejava perpetuar. Na sociedade capitalista a supremacia da classe burguesa permite construir discursos onde seus juízos e aspirações pretendem ser universais. As minhas avós, assim como outras pessoas que viveram no período, outras

¹⁸ Projeto: “Discurso médico higienista e educação sanitária em Minas Gerais (1930-1950)”. Financiado pela FAPEMIG, 2010-2012.

¹⁹ MACHADO, Maria Clara Tomaz. Do silêncio dos arquivos às pluralidades de vozes: histórias locais e regionais. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante (org.). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980**. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 9.

tantas “Natálias” e “Terezinhas”, não estão nos jornais, mas existiram. Aliás, estão, mas em um lugar e papel que a ótica do capital determinou a elas, sendo lhes negligenciado o direito ao passado e a própria história.

I “A AURORA DE UM NOVO BRASIL”

1.1 O advento do capitalismo: o enredo brasílico pós-30

Haverá quem negue ao presidente Getúlio Vargas o mérito extraordinário de haver revolucionado a mentalidade governamental do país, relativamente ao problema social? Todos recordam-se do ponto de vista expresso com tanta franqueza, pelo honrado Sr. Washington Luis, que considerava as tremendas questões sociais como simples caso de polícia. As greves, as reivindicações legítimas em matéria de horas de trabalho, de garantias do operário, de proteção aos menores, de seguros contra acidentes, de amparo à velhice, eram assunto para ser resolvido pelo comissário auxiliado pelo “prontidão”, nas delegacias policiais. Assim se pensava e assim se praticava.

A revolução, logo no pórtico das suas grandes reformas, criou o Ministério do Trabalho e passou imediatamente a elaborar um elenco de leis sociais, que colocaram o Brasil no primeiro plano entre as nações que têm procurado resolver, com sabedoria e prudência, e sobretudo com espírito de justiça e dentro das normas jurídicas da república, os antagonismos criados entre o capital e o trabalho. [...]²⁰.

Getúlio Vargas é uma das figuras mais polêmicas e controversas na trajetória da política brasileira. Adotando o estilo de governo denominado populismo, Vargas atendeu às questões do operariado e passou a decidir em nome dos “interesses do povo” tentando, ao longo de sua jornada política, conduzir e manejar suas aspirações. Todavia, o próprio termo populismo induz ao triunfo da manipulação.²¹ De acordo com o historiador Carlo Ginzburg “a escassez de testemunhos sobre o comportamento e atitudes das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro – mas não o único – obstáculo contra o qual as pesquisas do gênero se chocam”.²² Para corroborar com a desconstrução do discurso de uma manipulação efetiva que atingiu à classe operária, o historiador Edward Thompson alerta que estamos diante de um “processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos seus condicionamentos”.²³ O próprio artigo acima, datado de 1935, revela que aconteciam greves e reivindicações pela conquista de direitos sociais do trabalhador. Isso, a nosso ver, deu força para uma criação normativa e para melhoria das condições de trabalho, ajustando, dessa forma, as divergências e adversidades criadas no período de consolidação do

²⁰ DEFESA do regime. **A Tribuna**, Uberlândia, 6 de jul. 1935, paginação irregular.

²¹ NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. In: **X Encontro Estadual de História (ANPUH SC)**. Florianópolis, 2004, p. 3. Disponível em: < labhstc.ufsc.br/files/2012/09/antonio-luigi-negro.doc > Acesso em 09/05/2017.

²² GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 16.

²³ THOMPSON, E. P.. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

capitalismo brasileiro. Portanto, deve-se combater a ideia de uma suposta falta de consciência de classe, inconsistência ou dependência ideológica comumente ligada à classe pobre e dos trabalhadores.

Vargas permaneceu no poder durante quinze anos ininterruptos. De 1930 a 1934 como chefe de um governo provisório, de 1934 a 1937 foi presidente eleito por voto indireto e de 1937 a 1945 como ditador.

É importante entender as mudanças que estavam ocorrendo nos últimos anos da Primeira República e principalmente a partir do turbulento ano de 1930. A partir desse período inicia-se uma fase em que o Brasil torna-se um país desenvolvimentista, acentuada por profundas transformações socioeconômicas e do Estado. É a era de transitoriedade entre um Estado federal/oligárquico – que tinha o domínio político – para um Estado nacional/centralizado, marcado pela industrialização, urbanização e migração.

Pretende-se delinear o tipo de sociedade em que o objeto de estudo está inserido, as relações entre os grupos sociais com o Estado, as características desse Estado e as ações sociais capazes de intervirem sobre as relações de poder.

A sociedade civil é espaço de constituição das novas configurações que são dotadas de um dinamismo próprio e natural. Sem a intenção de nos aprofundar na análise dos níveis orgânicos social, político e econômico do período, pretendemos esboçar sobre as principais características dessas três esferas – aqui entendidas como interdependentes – tencionando chegar às implicações que levaram o governo de Getúlio Vargas a investir tanto na propaganda por um povo saudável. Por outro lado, é relevante que este texto consiga também construir uma visão de longo alcance dessa etapa no desenvolvimento brasileiro, ressaltando a importância do Estado e reconhecendo os dinamismos inerentes da sociedade civil.

O Brasil, no contexto da dissertação, era um país considerado atrasado em relação aos da Europa e a muitos da própria América, de população esmagadoramente católica, rural, analfabeta e mestiça.

As décadas de 1920 a 40 foram marcadas por grandes disputas internacionais e também desenharam um cenário de transição da hegemonia inglesa para a emergência da influência estadunidense. No contexto do pós-30 no Brasil, em face de uma depressão econômica mundial, se deu a chamada Revolução. A Revolução em si não tinha um projeto industrializante e significava, para alguns, um perigo de radicalização social. O temor pelo perigo de radicalização social se dava por crescentes mobilizações e greves da classe trabalhadora inspiradas em ideais socialistas e que foi o motivo pelo qual levou industriais e políticos a repensarem a administração governamental praticada em relação a aqueles. De acordo com Cyro Rezende:

Neste cenário de retração econômica generalizada, oligarquias dissidentes, camadas médias urbanas e setores marginalizados do poder, como os tenentes de direita, aglutinaram-se em uma aliança política de ocasião (a Aliança Liberal), e após uma frustrante experiência eleitoral, conquistaram o poder por meio da Revolução de 1930.²⁴

Para Ângela Maria de Castro Gomes um dos principais motivos que fizeram eclodir a Revolução de 30 foi a intenção de mudanças também em relação às questões sociais e aos conflitos de classes no país.²⁵

Dissipou-se a hegemonia da burguesia cafeeira e formou-se o que alguns autores definem como um “Estado de compromisso”²⁶ constituído pelos cafeicultores e elite cafeeira, classes médias urbanas, alguns setores da burguesia agrária e da industrial, comerciantes importadores, eruditos, tenentes, operários e burocratas. O Estado deveria impor-se a todas essas classes e garantir a sobrevivência do conjunto. Getúlio Vargas, como chefe do Estado, representou o árbitro nessa situação de compromisso formada basicamente pelos setores de interesses dominantes.

A economia brasileira, antes voltada para o mercado externo, passa a caminhar rumo a uma economia voltada para o mercado interno.

Há, durante o governo provisório (1930-1934), uma classe média urbana que caminha vinculada ora entre as classes dominantes, ora entre a classe operária. A Constituição de 1934 trouxe o aparato legal para o trabalhador urbano, resultado das reivindicações e embates que estes pleiteavam desde a Primeira República. Dentre os direitos conquistados mais importantes destacam-se a legislação trabalhista, a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores no setor industrial, regulamentação diferenciada para o trabalho agrícola, a instituição do salário mínimo, repouso remunerado, férias remuneradas, jornada de trabalho de oito horas diárias e direito à educação primária gratuita. Um direito crucial, adquirido ainda em 1932, foi o direito de votar e serem votadas das mulheres.

Foram criados os dois ministérios, ambos em 1930, que compõem o plano de construção de uma nova nação: do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e o da Educação e Saúde Pública (MESP), institucionalizados com base nas demandas sociais e de membros dos grupos científicos do Brasil que ampliou as atribuições do Estado.

É certo que se defendia que o Brasil tinha como porvir uma nova ordem: a industrialização e a urbanização. De 1930 a 1937 o governo de Vargas buscou a consolidação do capitalismo e a superação do modelo de estrutura econômica agroexportadora. Programou políticas tendo como objetivo o robustecimento do

²⁴ REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 24.

²⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

²⁶ WEFFORT, Francisco. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

desenvolvimento econômico apoiado no Estado que tinha a difícil tarefa de comandar um projeto efetivamente independente para o capitalismo brasileiro. As mudanças investidas por Vargas no âmbito institucional pretendia sobretudo satisfazer as demandas sociais que surgiam das classes emergentes, mas seus primeiros movimentos ocorreram na intenção de fortalecer o poder do executivo federal para a redução da autonomia dos estados federativos.

A questão principal do processo político iniciado é o da centralização estatal que se materializaria por meio da criação de institutos, autarquias e dos conselhos econômicos. Com a ruptura do acordo do “café-com-leite”, Minas Gerais que se encontrava em más condições na economia torna-se menos independente do que São Paulo, no que diz respeito ao Governo federal.²⁷ Porém, mantém uma força política desproporcional à sua participação econômica. De acordo com John Wirth

Como o Estado mais populoso da nação, Minas Gerais possuía o maior eleitorado e ocupava o primeiro lugar no número de cadeiras no Congresso - 37, em relação às 22 de São Paulo e Bahia, e às 16 do Rio Grande do Sul. (Desde a Constituinte de 1933, até o golpe de novembro de 1937, a composição das bancadas estaduais permaneceu idêntica à de 1891). [...] Essa força eleitoral, associada a uma bancada grande e disciplinada – apelida de 'a carneirada' - eram os instrumentos do poder mineiro na arena nacional.²⁸

Minas Gerais e Rio Grande do Sul estavam no poder logo depois da Revolução e se misturavam com o próprio poder central: “Depois de 1930, a tradicional capacidade dos mineiros de se unirem em torno do governador voltou a assegurar-lhes uma influência nacional, mas em condições que fizeram de Minas um cliente político de Vargas”.²⁹

A remodelação institucional do Estado nacional seria então em benefício das classes emergentes vitoriosas da Revolução de 30. Essa diversificação do aparelho estatal proporcionou um entendimento entre a elite tradicional e a emergente, dando brecha a um novo espaço político para a elite industrial que teve importante participação nas decisões econômicas após essa descentralização das disputas decisórias. Assim, esse grupo social pôde impor progressivamente suas perspectivas conseguindo, por exemplo, a criação da carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil:

No âmbito institucional, o Banco do Brasil representou um caso à parte. A partir de meados dos anos 30, a instituição criou uma série de instrumentos destinados a dinamizar a economia, como a carteira de redesconto, que expandiu os meios de pagamento, favorecendo industriais e comerciantes, e a carteira de crédito agrícola e industrial. O Banco do

²⁷ SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado nacional**. São Paulo: Difel, 1975, p. 49.

²⁸ WIRTH, John. Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional - 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1975, p. 89.

²⁹ Ibidem, p. 77.

Brasil teve, pois, um papel central na política creditícia e monetária, funcionando como um embrião de Banco Central, até a criação da SUMOC, em fevereiro de 1945.³⁰

Em 1945, na crise do Estado Novo, a posição relativa da elite industrial na aliança dominante era copiosamente mais significativa do que na Primeira República. Reivindicaram e conseguiram igualdade jurídico-política no seio dos grupos sociais influentes e elaboraram um projeto corporativo de atuação nas estruturas do Estado. Durante o Estado Novo, sob o suporte do capital industrial, foram criadas as condições necessárias para essa elite afirmar sua hegemonia econômica, política e ideológica no Brasil.

Vargas pretendeu dentro de seu projeto de governo desenvolver uma massa urbana apta a servir de mercado de consumo autossustentável, ou seja, uma classe para utilizar os bens não duráveis e alimentos produzidos no próprio país. O maior consumo interno da produção nacional é que garantiria o desempenho automático da economia. Para tanto,

condenava-se o predomínio da política agrário-exportadora e o ônus das valorizações artificiais de produtos como o café, caracterizada então como colonial, tudo em benefício da interiorização do desenvolvimento. Para tal reajuste (a expressão é do próprio Vargas) tornava-se necessária à criação de controles administrativos, ou seja, de intervenção estatal.³¹

No meio acadêmico permanecem fortes dúvidas relacionadas à contribuição de Vargas no processo de desenvolvimento do país no que tange aos anos iniciais do seu governo. Não há como negar que a economia brasileira passou por profundas transformações estruturais e que as políticas econômicas nos primeiros anos do governo foram tomadas com a intenção de amenizar os impactos negativos da crise econômica que atingiu o capitalismo mundial após a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929.

Apesar das análises tradicionais sobre a questão econômica dos primeiros anos da década de 30 darem conta de que não havia por parte do governo uma política industrializante proposital, outras tendências avaliam e acrescentam novas argumentações que sustentam e defendem a natureza renovadora e industrializante do período.³² É fato que diante da crise internacional a economia brasileira voltou-se para dentro e adotou políticas econômicas heterodoxas, o que provocou o aumento da interferência do Estado na economia.

³⁰ FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006, p. 56.

³¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. **Diálogos**, nº 02, 1998, p. 114. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29858-29874-1-PB.pdf> > Acesso em 09/05/2017.

³² Ver: DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 31.

A retórica de Getúlio Vargas baseava-se na presunção de que a volta à normalidade constitucional colocaria em risco o progresso alcançado durante o seu governo se ocorresse o retorno ao poder das velhas oligarquias associadas ao antigo modelo agroexportador. Para ele, o principal causador de todos os males da nação seria o liberalismo. Com isso, em 1937, dá-se o aumento do poder pessoal de Getúlio Vargas que foi apoiado por setores militares e que, de acordo com o próprio, isso asseguraria a manutenção da ordem, o avanço econômico e social. De acordo com o historiador Thomas Skidmore “o golpe de 10 de novembro foi a concretização do desejo, há muito tempo evidente, de Vargas, de permanecer no cargo além do seu prazo legal, que deveria expirar em 1938”.³³ A partir desse período há um aumento das ideias e atitudes nacionalistas. O discurso varguista carrega então um caráter unificador, o qual relacionava o nacionalismo à unidade da pátria e à formação de uma identidade nacional.

Apesar do golpe de Estado para permanecer no poder, Getúlio Vargas é ovacionado em muitos periódicos da imprensa. Sabe-se que apesar de ter certo apoio popular, a fase do Estado Novo foi de repressão à liberdade de pensamento e controle da imprensa por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A própria Constituição de 1937 foi influenciada pelos regimes autoritários vigentes na Europa, como o de Portugal, Espanha e Itália. Para Elizabeth Cancelli o governo Vargas possui várias características do totalitarismo, como o apoio das massas, a polícia no alto escalão da hierarquia de poder, o culto ao líder da nação, a necessidade da fragilidade permanente para o domínio social e, não menos importante, o mecanismo de construção dos inimigos da pátria ou inimigos sociais.³⁴

Toda a imprensa foi coagida a defender o novo regime e a disseminar a ideologia nacionalista, cabe observar como esses aspectos repercutem nos jornais de Uberlândia e Araguari, como exemplo, um texto publicado n’*O Triângulo*:

Não é necessário lançar mão de hipérboles para dar prestígio ao governo. Ele, mercê do idealismo de renovação a que se entregou, basta-se a si próprio para dizer do seu valor.

Tudo que se faz, é logo manifesto. Acompanhem os nossos patrícios, pela leitura dos jornais, o que se vem realizando e o que se tem definido com relação à educação e à saúde do povo.

Escolas sem conta são criadas e os hospitais para todos os males se erguem, por forma que, beneficiando a coletividade, o governo se beneficia a si mesmo em virtude dos louvores que traduzem tais iniciativas.

Os periódicos constituem a nosso ver, para semelhantes empreendimentos, verdadeiras fontes à história que se há de fazer escrever de um período revelador do renascimento nacional.

³³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 50.

³⁴ CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia na era Vargas**. Brasília: EdUnB, 1993, p. 19-82.

Os nossos dirigentes põem em prática os preceitos do Evangelho curando a um tempo – e com que carinho o fazem! – do corpo e do espírito da família brasileira.

E isso, encarado pelo lado cívico, concretiza o desejo que todos temos de preparar a nossa raça para qualquer eventualidade sombria.

A política do Brasil sempre se exerceu em função de cultuar a paz. Mas, para mantê-la é dever primário de todas as nações fortalecer-se. Fortalecer-se criando, além do mais, uma consciência de elevado patriotismo. Fortalecer o povo é engrandecer o país. [...]³⁵

De cunho político, o intento do artigo foi meramente de exaltar a figura maior do Estado Novo, carregando expressões de apoio e de ordem. Exaltando o presente – podemos inferir que muito mais pela censura do que por uma defesa genuína – o texto realmente é fonte rica para a pesquisa do período como se propõe a ser, não como “renascimento nacional”, mas como memória instituída e exemplo das estratégias do governo para estabelecer um vínculo político profundo entre Vargas e o povo. Essa foi uma das principais artimanhas empreendidas por Getúlio Vargas e com ela esperava-se conquistar a anuência necessária à legitimação de um regime autoritário que se deu através de um golpe em novembro de 1937 e fora chamado de Estado Novo.

Apesar do controle à imprensa, podemos encontrar discursos contrários ao estabelecimento do Estado Novo e com ferrenha objeção à maquinção para permanência de Vargas no poder:

O chefe da nação, cujo nome perdeu há muito tempo aquela aureola de simpatia e respeito, que o envolvia desde que a Aliança Liberal lhe entregou o poder, quer evitar, a todo transe, o imenso e eterno ostracismo que o aguarda. E para isso lança mão de todos os meios ao seu alcance, já tramando com os novos generais medidas que a inexperiência dos mesmos não deixa nelas ver a subtilezas getulianas de funestas consequências, já fazendo do Sr. Oswaldo Aranha o seu fantoche de embaladora ventritochia, com a assistência e os aplausos de João Neves e (ilegível), cujas fibras patrióticas tão festejadas se esgarçaram ao aceno do poder tentador.

[...] No momento psicológico todo soldado que honra a farda brasileira estará a postos na defesa da democracia! [...]³⁶

O artigo citado nos permite evidenciar posições ideológicas e políticas que eram alvos de exclusões intencionais. A postura política adotada vai contra a memória oficial que pretendia se afirmar como signo de poder e chama a atenção que para além dos conformismos há a resistência. Todavia, os aspectos que sobressaem dos textos de educação sanitária em sua maior parte cumpriam o papel primeiro de exaltar os feitos governamentais em torno da saúde.

³⁵ FORTALECER o povo é engrandecer o país. **O Triângulo**, Araguari, 16 de jul. 1939, paginação irregular.

³⁶ TRISTES augúrios! **O Bandeirante**, Uberlândia, 4 de set. 1937, p. 3.

A principal meta do governo após o golpe passa a ser a implantação da indústria siderúrgica com o intuito de internalizar a reprodução do capital para alcançar a emancipação econômica. Em razão dos apelos desenvolvimentistas adotados pelo governo, o Estado nacional passaria a conduzir a ampliação do setor industrial buscando a superação do atraso material brasileiro:

Muito teremos feito dentro de breve tempo se conseguirmos libertar-nos da importação de artefatos de ferro, produzindo o indispensável ao abastecimento do país. Nacionalizando a indústria siderúrgica, daremos grande passo na escalada ao alto destino que nos aguarda. O nosso engrandecimento tem que provir da terra, pelo intensivo desenvolvimento da agricultura. Mas, o esforço para esse fim se esteriliza e fraqueia, ao lembrarmo-nos que todo maquinismo, desde o arado que sulca o seio da gleba até o veículo que transporta o produto das colheitas, deve vir do estrangeiro.³⁷

A Constituição de 1937 deu uma seguridade ainda maior à legislação previdenciária e sindical, trouxe o aparelhamento da Justiça do Trabalho, o amparo à infância e adolescência e, juntamente com a afirmação dos direitos trabalhistas já adquiridos, o operariado passa a ser assistido mais amplamente pela máquina estatal. Vargas aproximou-se gradativamente da classe trabalhadora e o foco de sua política social, inicialmente, era o trabalhador urbano, deixando à margem dos benefícios da legislação trabalhista os trabalhadores rurais. Diante disso, Ângela Maria de Castro Gomes salienta que

a não-aplicação da legislação social ao campo era identificada como uma das principais causas do êxodo rural, uma vez que o trabalhador do campo via-se ignorado e desamparado, posto à margem das preocupações dos dirigentes do país. Sem educação e saúde, sem transporte e crédito, sem possibilidade de uma atividade rendosa, acabavam ficando no campo apenas aqueles que não conseguiam migrar.³⁸

Importante símbolo da visão paternalista que envolve o imaginário sobre Getúlio Vargas nas relações entre capital e trabalho é a consolidação das leis trabalhistas (CLT), em 1943. A despeito de suas contribuições – hoje colocadas em xeque pela atual reforma trabalhista –, alguns pontos da legislação trabalhista tinham como segundas intenções enfraquecer os movimentos grevistas indicando, nas entrelinhas, que os conflitos e contradições causadas no seio da classe operária incomodavam o governo, e a imposição de que apenas trabalhadores filiados ao sindicato oficial teriam direitos trabalhistas garantidos é um exemplo disso.

³⁷ VARGAS, Getúlio, apud FONSECA, Pedro C. Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 220.

³⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 70.

O perfil das políticas sociais do período de 1937 a 1945 foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanavam do poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias. Também era composto por traços paternalistas, baseava-se na legislação trabalhista ofertada como concessão e numa estrutura burocrática e corporativa, criando um aparato institucional e estimulando o corporativismo na classe trabalhadora.³⁹

O sistema previdenciário, por exemplo, estabeleceu um processo que introduziu o trabalhador aos moldes de proteção pública possibilitando alcance a benefícios e após 1930 tornou-se um dos símbolos na instituição da relação entre Vargas e os trabalhadores. Ângela Maria de Castro Gomes salienta que “os seguros contra invalidez, doença, morte, acidentes de trabalho, o seguro-maternidade, todos visavam à proteção da saúde do trabalhador.”⁴⁰ Porém, a previdência social foi reservada somente aos trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais aguardariam até o início de 1970 para conquistar os mesmos direitos.

Na fase varguista muitas conquistas populares são atribuídas ao Estado e vistas como concessões e a legislação trabalhista é uma delas. Todavia, foram nos anos 1930 que se sucederam mudanças significativas no movimento do operariado brasileiro concomitantemente as reorientações da política econômica. Com isso, o período foi palco de greves que requeriam a legitimação dos direitos dos trabalhadores que estavam submetidos a uma série de explorações dentro da incipiente conflituosa sociedade capitalista. Por isso, de acordo com Nélson Jahr Garcia,

o Corporativismo [...] era a fórmula indicada para, excluídos os partidos, estabelecer-se a mediação entre o Estado centralizado e a sociedade, ou entre o Estado autoritário e a Nação. Essa solução permitiria, também, superar o individualismo pela integração dos indivíduos nas corporações, eliminando os conflitos de classes pela harmonização dos interesses.⁴¹

Os ideais de Vargas preconizavam que deveria existir o sentimento de cooperação entre patrões e empregados, isso permitiria equilibrar os antagonismos originados das relações entre capital e trabalho. Patrão e empregado deveriam seguir juntos rumo aos objetivos da nação. Porém, ao trabalhador, era indicado que evitasse e eram até mesmo proibidas as reivindicações e greves, pois o bom desempenho no trabalho dependia de ordem e concordância e o Estado não permitiria o antagonismo de classe. A ideia do positivismo

³⁹ COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004, p. 104.

⁴⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 60.

⁴¹ GARCIA, Nélson Jahr. O pensamento nacionalista e autoritário na década de trinta. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLiberis/estadonovo.html#I7>> Acesso em 24/07/2017.

social se dá através da harmonia entre as classes sociais no projeto de construção de uma nacionalidade.

Dentro das articulações desenhadas com a intenção de se alcançar a melhoria do bem estar do trabalhador brasileiro havia também uma das maiores preocupações do governo de Getúlio Vargas: a saúde do povo. Para se superar o atraso e atingir o progresso, era necessário investir na mão-de-obra que ajudaria alavancar o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Por isso, viu-se a necessidade de investimentos nas questões sanitárias do país que pretendia refrear a perda da saúde da população e incentivar a capacidade de trabalho. As políticas da relação entre salubridade e trabalho intentavam também a construção de uma identidade nacional e foi atribuído à saúde o papel crucial na constituição da nacionalidade.

O Estado Novo pode ser caracterizado como sendo um período que teve como marco substancial o homem brasileiro tornar-se indispensável para a pátria por ser visto como construtor de seu próprio progresso e o de seu país. O homem, trabalhador, seria responsável pela materialização, manutenção e reprodução da riqueza. Essa elevação do trabalho à categoria de tarefa dignificante intentou reduzir as tensões existentes entre capital e trabalho.

1.2 “O Brasil novo, de hoje, há de se impor amanhã ao mundo como uma nação potente [...]”: projeto nacionalista, modernização e trabalhismo

Grande, entre os grandes homens, sois vós oh! Getúlio Vargas, que carinhosamente e com grande amor, tem governado este grandioso Brasil! E as provas de vossa grandeza, de vossa bondade, estão patenteadas pelos decretos e leis divinamente inspiradas, postos em execução, amparando assim os brasileiros...

Tais benefícios em que vindes prestando ao Brasil, não morrem nos espíritos, nos corações dos brasileiros, que depositaram e continuam a depositar em vossas mãos, os destinos do nosso Brasil, a garantia de um nobre porvir!

Um dever, pois, assiste aos brasileiros, sempre que lhes proporcionar ocasião, reunir, como sempre eles têm reunidos ao vosso lado, para com o apoio de todos os verdadeiros brasileiros fazerdes, como sempre tem feito, tem imposto, a garantia e o respeito à Nação!

Longos e pesados anos o Brasil, os brasileiros, de Norte a Sul, viveram como verdadeiros escravos brancos, debaixo do imperialismo, do domínio de alguns homens que dominados pela volúpia do poder, de mandar, de contrariar a vontade pública, homens estes que não respeitavam os direitos dos brasileiros que eram sempre esbulhados, brasileiros estes que não gozavam de garantias, não tinham leis e regulamentos que viesssem trazer ao povo, aos operários, às classes trabalhistas uma garantia para o futuro,

como felizmente temos hoje, graças a vossa clarividência, as sábias leis defendendo a economia pública, contra a usura, assim como as leis sociais trabalhistas!

Irmanados esse grande povo brasileiro, em um dia memorável, resolveram sacudir o jogo, quebrar os grilhões que os prendiam, procurando melhores dias e suavização, para os sofrimentos, esta resolução do povo brasileiro foi na inesquecível data de mil novecentos e trinta!

O dia três de outubro é, e deverá ser consagrado como festa nacional, de verdadeiro jubilo para o nosso coração de brasileiro... [...]⁴²

Por meio das campanhas em rádios e jornais, veiculadas na região de Uberlândia e Araguari, tentava-se fixar a imagem de Vargas como um líder carismático, interessado nos problemas sociais e nas condições de vida da população urbana, especialmente dos trabalhadores. Mas somente “a partir do Estado Novo que sua figura começou a ser projetada como a de um grande e indiscutível líder nacional”⁴³, tendo o DIP como o maior articulador da máquina política do Estado que difundiu uma das mais bem sucedidas campanhas de propaganda política do país.

Desde o início da república via-se o esforço por um projeto que desejava integrar e “civilizar” a nação. Na perspectiva apresentada, o Brasil civilizado era apenas Rio de Janeiro e São Paulo e todos os outros lugares – tidos como “interior” – eram vistos como regiões de gente incivilizada, xuxa e primitiva; e para que os interioranos fizessem parte da nação precisavam ainda ser inventados, bem como a própria nação precisaria ainda ser engendrada:

A nação brasileira nos primeiros anos republicanos estava por um fio; ela não estava pronta, mas, no constante fazer-se que caracteriza a nação, ela estava em expansão para o Norte e o Oeste do País – via expansão de uma cultura técnica e positivista –, tentando transformar espaços “vazios” em territórios e “populações dispersas” em brasileiros, produzindo uma população homogênea capaz de se reconhecer como uma unidade e parte de uma “comunidade nacional”. Essa ideia dá a dimensão da tensão cultural presente nesse fazer-se da Nação na sua busca por legitimidade, na afirmação de sua hegemonia e do poder republicano, enfrentando outras culturas e modos de vida, construindo identidades e homogeneidades onde antes existia uma diversidade – cultural, étnica e social.⁴⁴

O nacionalismo cria a nação. Ele consiste numa corrente de pensamento muito intensa que carrega ideias e promove práticas que visam legitimar uma nação e contribuir para a dominação do sistema vigente. O nacionalismo se delineou a partir de 1920 no Brasil e no exterior, tomando a configuração de ideologias totalitárias com a intenção de atenuar a

⁴² PAIXÃO, Alfen Cordeiro da. (Inspetor do Ministério do Trabalho). Getúlio Vargas. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 20 de abr. 1941, p. 2.

⁴³ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988, p. 238.

⁴⁴ MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1998, p. 38-39.

crise econômica e mitigar os conflitos gerados pelos movimentos sociais. As ideologias se formam “a partir da consciência que os agentes adquirem da posição que ocupam em uma formação social. Dessa forma, as ideologias se configuram como um reflexo das condições de existência em determinado momento”.⁴⁵ Assim, antes mesmo do período estadonovista, intelectuais, políticos, militares e religiosos se atentaram sobre as mudanças da realidade do Brasil e, influenciados pelas ideologias autoritárias provenientes da Europa, propuseram novos conceitos e valores com o propósito de remodelar a sociedade.

No ano de 1920 fundou-se a Ação Social Nacionalista que tinha como principais interesses a emancipação do Brasil dos costumes estrangeiros, a valorização de tudo o que fosse brasileiro, a doutrinação do civismo, a constituição de uma comunidade de brasileiros natos, etc..⁴⁶ A partir de 1930 há todo um movimento histórico que ajuda a explicar a organização de um projeto nacionalista e sua relação com os programas implantados na área da saúde. Via-se que somente através dela, da educação e do trabalho se alcançaria o “melhoramento” da nação, fazendo com que o Brasil se “curasse” para transfigurar-se em um país cada vez maior e mais perfeito.

Nos primeiros anos de governo, Getúlio Vargas apoiou-se no tenentismo, sendo influenciado e compartilhando da retórica nacionalista que dizia respeito à luta pela unidade nacional para defesa contra o comunismo e ao enrandecimento da nação. Ali estava a origem da ideia de regeneração nacional, da preparação militar e da intervenção do Estado na economia que impulsionaram o nacionalismo econômico como ideologia modernizante.

O “nacionalismo sadio” – como era denominado por Vargas e pela imprensa para diferenciar daquele praticado em países fascistas e identificar que, apesar de defender a independência econômica brasileira, este não proíbe a participação estrangeira no progresso do país –, pregava principalmente o culto dos valores nacionais, nacionalização de minas e indústrias básicas, a valorização dos produtos nacionais, a coibição da exploração de recursos por capitais estrangeiros, o patriotismo, etc., e seria responsabilidade de todos os indivíduos a construção moral e material brasileira. Os interesses individuais deveriam subordinar-se aos da coletividade. Um projeto nacionalista se concretizaria, portanto, de acordo com os ideais varguistas de inspiração positivista, por meio dos elementos necessários para impulsionar o avanço do país e do povo brasileiro em todas as esferas, sendo os principais deles: a saúde, a educação, a moral e o trabalho. Tais elementos são perceptíveis nos textos publicados nos jornais da região:

⁴⁵ GARCIA, Nélson Jahr. O pensamento nacionalista e autoritário na década de trinta. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLiberis/estadonovo.html#17>> Acesso em 24/07/2017.

⁴⁶ FILHO, Geraldo Inácio; SILVA, Marcelo José. Representações nacionalistas na escola pública em Araguari, Minas Gerais (1928-1945). **Cadernos de História da Educação**, v. 13, nº 1, 2014, p. 290. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28179/15546>> Acesso em 20/07/2017.

A moral, mais importante que a cultura da inteligência, forma a vontade no bem e na virtude, dá a rijeza de caráter, traçando as normas fixas e imutáveis, segundo as quais o homem age de uma maneira uniforme e constante, superior aos caprichos individuais e às sugestões do meio. Desenvolve tudo o que há de bom em nós, corrige tudo o que há de imperfeito em nosso caráter, em nossos atos e nos dirige em todas as fases da vida.

Procuramos, portanto, organizar a unidade moral baseada nas tradições da vida brasileira e nas diretrizes do Estado Novo.

Organizamos, como fundamento deste trabalho, a moral na família, constituída pelo casamento indissolúvel e que está sob a proteção especial do Estado nacional (Constituição de 1937, art. 124).

A educação integral da prole, constituindo o primeiro dever dos pais, lhes impõe a obrigação de formar o caráter dos filhos, dentro do sentimento moral, cívico e religioso.

A preparação moral e cívica do cidadão brasileiro, dentro das tradições da nossa terra, e dos postulados do Estado nacional, é, sem dúvida, o espírito novo criado pelo presidente Getúlio Vargas.

Atingindo a este ideal, teremos realizado a unidade moral e consolidado a Nacionalidade Brasileira.

“O Estado nacional não cogita apenas de alfabetizar o maior número possível de crianças, mas, também, de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente na formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhes rumos de nacionalismo sadio” – Getúlio Vargas.

Destarte não basta instruir, cultivar a inteligência, enriquecendo-a de noções, ainda que as mais úteis e necessárias. É preciso formar o coração e a vontade, disciplinando as tendências, modelando o caráter e dispondo o espírito a alcançar a virtude, e a dirigir-se na vida com honestidade e retidão.

A ciência é um grande bem, mas não é apanágio de todos; a muitos falecem as aptidões, os recursos para granjeá-la, e estes, nem por isso decaem de sua dignidade de cidadão e não perdem o valor e o mérito, desde que saibam estimar a virtude a amar a Pátria.

A moral forma a vontade no bem, dá fortaleza ao caráter; a educação cívica produz a energia máscula para vencer os obstáculos, traça as normas, segundo as quais o brasileiro deve agir pelo engrandecimento de sua terra, colocando-a acima dos caprichos pessoais, repelindo as interferências estranhas. [...]⁴⁷

De acordo com o texto acima, extraído do jornal *A Tribuna*, observa-se que no período do Estado Novo houve a intenção de ampliar a capacidade de intervenção no âmbito sociocultural por meio de instituições criadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP). A educação, sinônimo de civilização e cultura, seria o principal instrumento para se alcançar profunda modificação com o intuito de promover a harmonia social e criar um exímio caráter para o homem brasileiro:

Uma política de proteção à família e ao trabalho — ao homem do presente e do futuro — tinha que dar ênfase especial à educação. Só pelo ensino se poderia construir um povo integral, adaptado à realidade social de seu país

⁴⁷ CARDOSO, Dr. Ernani Figueiredo. Primeiro congresso de brasiliade – Unidade moral. **A Tribuna**, Uberlândia, 8 de jan. 1942, p. 3.

e preparado para servi-lo. A intervenção do Estado Novo, fixando os postulados pedagógicos fundamentais à educação dos brasileiros, tinha em vista uma série de valores dentre os quais o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e também ao trabalho.⁴⁸

Por outro lado, como esse é um período marcado por contradições, o governo Vargas censurou livros e perseguiu escritores como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, etc..⁴⁹ Motivado pela não concordância ou simpatia dos autores pelo regime ou por conta de conteúdo presente nos livros que não condizia com a produção cultural que se queria.

As principais instituições civis incumbidas da veiculação dos ideais e representações nacionalistas e que se intensificaram após o golpe eram a igreja católica, a família, a escola e os meios de comunicação de massa, tais aspectos eram reiterados nos jornais que circulavam em Uberlândia e região, conforme se vê abaixo:

O novo regime brasileiro, instaurado em 10 de novembro de 1937, se caracteriza pela sua extraordinária feição nacionalista. Não há por onde analisar o seu profundo sentido de brasiliade, em qualquer que seja o prisma, pois a verdadeira fórmula contida na carta constitucional é a extensão genuína do sentimento de um povo forte e trabalhador. O Estado Novo só enquadra perfeitamente na índole e na expressão espiritual do Brasil. E a afirmação concreta se encontra no vasto programa de realizações levado a efeito pelo atual governo em todos os setores de atividade nacional. [...]⁵⁰

A representação nacionalista é o conjunto de mecanismos e discursos com uma imagem sobre a nação que substitui a nação real por uma idealização. Porém, carrega a pretensão de ser signo da verdade forjando, dessa forma, a realidade que se quer. Para Roger Chartier “a representação mascara ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente.”⁵¹ O exemplo do artigo acima demonstra a intenção de convencimento com que as alegorias e os discursos produzidos atuam e os sentimentos que se pretende criar. Posteriormente, no último capítulo, nos aprofundaremos na questão enfocando a presença do discurso nacionalista disseminado na sociedade brasileira e, particularmente, em Uberlândia e Araguari por meio dos artigos sobre saúde.

O termo “unidade nacional” tornou-se um emblema transmitido incansavelmente nos discursos de Vargas em jornais, livros e revistas, almejando incutir o sentimento de

⁴⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 63.

⁴⁹ SANTOS, Regma Maria dos. Práticas culturais: as tipografias, os jornais e as livrarias de Uberlândia (1857-1950). **História & Perspectivas**, Uberlândia (40), 2009, p. 211.

⁵⁰ BITENCOURT, José. O sentido de uma marcha. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 26 de nov. 1941, p. 1.

⁵¹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 5, nº 11, 1991, p. 187.

predominância dos interesses da nação sobre os interesses dos Estados-membros, das regiões ou individuais.

O objetivo do Estado nacional, além de aspirar estabelecer a paz e a ordem através das reformas políticas e institucionais, era também o de “construir” o povo brasileiro e forjar a identidade dos trabalhadores. De acordo com Giralda Seyferth

assimilação e caldeamento são reputados como parte da tradição histórica de formação da nação brasileira. De acordo com este princípio, o Estado Novo precisava da homogeneidade nacional, buscada, em primeiro lugar, na escola (imposição do espírito nacional pela supressão dos idiomas estrangeiros e pelo ensino do civismo), em segundo lugar, pela ação prática e simbólica do Exército, da polícia e dos brasileiros legítimos, fazendo valer o sentido da formação nacional, isto é, uma “tradição histórica” de miscigenação e assimilação.⁵²

Assim como havia uma retórica sobre os elementos que fariam erguer a nação, identificaram-se também os “inimigos da nação” que causariam, segundo a corrente nacionalista brasileira, além do enfraquecimento econômico do país, uma ameaça a “brasilidade”. Tais aspectos podem ser vislumbrados em artigo de um periódico que circulava em Araguari:

O Brasil, finalmente, começa a dar atenção ao problema das minorias que, povos menos bem intencionados, pretendem estabelecer no país para infelicidade futura de todos nós.

Movimenta-se, já, a opinião pública alarmada com os casos graves que têm vindo à tona, graças à decidida iniciativa dos oficiais maiores do Exército Nacional cuja atitude patriótica tem de merecer os mais francos aplausos.

Dentre as figuras das nossas forças de terra, que mais se têm destacado na propaganda de brasilidade e extermínio aos kistos estrangeiros⁵³ aqui estabelecidos, devemos salientar a do General Firmo Freire, cabo de guerra de larga e experimentada visão dos nossos problemas, cuja ação enérgica tem merecido o mais decidido apoio de toda a imprensa nacional. O ilustre militar, com firmeza inabalável, tem atacado as formações estrangeiras que visam criar prolongamentos de sua pátria no livre território nacional, abusando da generosa hospitalidade brasileira, animados dos mais revoltantes intuitos que nos cabe combater com insopitável energia.

A nomeação do grande estrategista para o alto cargo de subchefe do Estado Maior do Exército, posto de importante relevância na carreira das armas, tem, pois, neste momento profunda significação e o povo sente que pode descansar, pois está de guarda, à integridade do nosso território, um dos seus mais valorosos campeões.⁵⁴

⁵² SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 225.

⁵³ Os “quistos estrangeiros” ou também chamados de “quistos étnicos” eram as comunidades de imigrantes identificadas dessa forma devido ao isolamento racial e cultural aos quais foram acometidas principalmente após o Estado Novo. Mais sobre o tema em: GERALDO, Endrica. **O combate contra os quistos étnicos: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/337.pdf>> Acesso em 31/07/2017.

⁵⁴ SEM título. **O Triângulo**, Araguari, 5 de mar. 1939, p. 2.

Muito embora não tenha seu autor identificado, sabe-se que o tipo de pensamento autoritário explanado no texto condiz com os ideais nacionalistas que fizeram parte do contexto histórico-cultural do país no período. A simples conduta de domiciliar estaria colocando em risco à “brasiliade” e integridade do território, tão somente por se comunicarem em seu idioma de origem e praticarem as suas tradições. É interessante como o artigo é pontual em afirmar que estrangeiros estão envolvidos em atos graves, são “bem menos intencionados”, mas dá algumas voltas para revelar que o pecado cometido seria o de cultivar os costumes de seu país proveniente, transformando o Brasil em uma extensão de sua própria terra.

A tônica dos artigos de jornais que envolvem o nacionalismo coloca sempre o Estado no papel de herói na batalha pelo extermínio dos “inimigos da pátria”. Além do elemento estrangeiro, outros fatores eram vistos como empecilho da expansão das forças construtivas da nacionalidade, tais como a doença, a ignorância, a pobreza, a imoralidade, a desordem e a “falta de braços” para o trabalho.

Essa “nova nação” que pretendia “construir” uma população saudável e civilizada para seguir rumo ao progresso, passava por uma série de mudanças estruturais ligadas, principalmente, às políticas de desenvolvimento do país e à industrialização dirigida pelo Estado, que buscou uma modernização política, econômica e, por que não, cultural. Foi sob essas mudanças que o Brasil caminhava de um país basicamente rural para um país urbano industrial.

Durante o Estado Novo intensificou-se o processo de modernização do país principalmente no que tange à sua política industrializante para contribuir com o avanço das forças produtivas capitalistas. Em 1940, foi formada a Comissão do Plano Siderúrgico Nacional que, em 1941, criou a Companhia Siderúrgica Nacional. A ideologia predominante no contexto histórico em questão era o pensamento autoritário e isso favoreceu o processo de industrialização do país ao validar a ação intervencionista do Estado que passou a regular o comércio e as atividades produtivas. A modernização institucional e a centralização autoritária político-administrativa destacam-se como as principais tendências do desenvolvimento do Estado e que culminou na criação de uma extensa máquina burocrática. Segundo Pedro Fonseca

de fato, em época de crise profunda do setor exportador e em que o desenvolvimento capitalista começou a apoiar-se no mercado interno e na produção industrial, ao Estado nacional coube executar uma política centralizadora, assegurando mudanças institucionais de relevância para

que o novo padrão de crescimento fosse capaz de impor-se e reproduzir-se.⁵⁵

O processo de modernização relacionado à política brasileira beneficiou também a área da saúde, causando mudanças como um intenso processo de organização, profissionalização, burocratização e centralização nas ações de saúde e saneamento ligadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), criado em 1930. Conforme Gilberto Hochman e Cristina Fonseca apontam

foi a reforma do Mesp, proposta em 1935 e implementada por Capanema a partir de janeiro de 1937, que definiu a política de saúde pública, reformulando e consolidando a estrutura administrativa do ministério e adequando-a aos princípios básicos que orientaram a política social do governo Vargas.⁵⁶

O MESP sofreu a instabilidade dos primeiros anos de Vargas no governo e a área da saúde foi afetada por não dar continuidade na sua intervenção em âmbito nacional. As mudanças propostas pela nova ordem que concernem às áreas da saúde e educação somente se estruturaram com a posse do Ministro Gustavo Capanema, no ano de 1934, que permaneceu no cargo até o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1945. A partir da reforma o Ministério passou a se chamar Ministério da Educação e Saúde (MES).

O MES foi substancial para que as políticas sanitárias atingissem o território nacional por inteiro, compreendendo os domínios federal, estadual e municipal, tendo como principal função orientar, coordenar e uniformizar as ações de saúde. Por conta de uma maior intervenção as atividades de saneamento e profilaxia passaram a ser praticadas em todo país por instituições criadas pelo governo federal, este que tinha papel administrativo de normatização e fiscalização dos serviços estaduais por intermédio de órgãos federais que atuavam diretamente nos estados.

Para favorecer o crescimento econômico do país via-se a necessidade de algumas mudanças primordiais, como a diversificação agrícola, o desenvolvimento da indústria de base, abertura da grande siderurgia, etc.. E, para que essas melhorias ocorressem, seria preciso um aumento da produtividade que foi viabilizada por meio de uma maior assistência aos trabalhadores. De acordo com Ângela Maria de Castro Gomes, o trabalhismo, no Brasil, esteve muito mais vinculado a uma política pública estatal do que a uma ação autônoma do movimento dos trabalhadores.⁵⁷ O trabalhador é incluído, então,

⁵⁵ FONSECA, Pedro C. Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 191.

⁵⁶ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 82.

⁵⁷ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988, p. 82-83.

como elemento de estimado valor para a comunidade e o trabalho passa a ser visto como principal fator de progresso nacional.

A esse respeito, o *Correio de Uberlândia* traz um artigo publicado em 1941 que endossa essa perspectiva, enaltecendo o trabalho como o valor primeiro. Como se verá no próximo tópico, tais discursos se articulavam com o ideal de modernização e progresso das cidades:

[...] E a você trabalhador, a você meu amigo que é o esteio de aço desta grande nação, a você que tudo dá e quase nada recebe, a você trabalhador do Brasil, nosso desejo sincero feito de coração; tome seu leito, descance velado pelo Cruzeiro do Sul, deite agora na sua cama simples, mas pura, junto de sua família humilde, mas honrada, e descance, descance muito mesmo, por que passado o domingo e chegada, a segunda-feira, faça sol ou chuva, você, trabalhador do Brasil, terá que ir buscar no trabalho, o pão para os seus filhos... Boa noite Uberlândia, boa noite Minas Gerais, boa noite Brasil!⁵⁸

Vargas incorpora o personagem de pai da nação e defensor dos trabalhadores, necessário à viabilização do projeto de desenvolvimento. Isso se torna um dos principais instrumentos de atração do trabalhador para a ideologia trabalhista. De acordo com Thomas Skidmore “[...] o Estado Novo presidiu à fixação dos primeiros salários mí nimos. Ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho criava o aparelho sindical controlado pelo governo, que se tornou importante instrumento da intervenção do Estado na política salarial”.⁵⁹ A intenção de Vargas era que o trabalhador desempenhasse bem o seu papel na sociedade e o controle do Estado sobre ele deveria garantir que não houvesse nenhum contratempo que prejudicasse o progresso e a ordem social, ampliando a gama de atuações do Estado nacional na sociedade.

Apesar da aquisição de direitos importantes durante o governo Vargas, as leis serviram também como um meio de instrumento de controle sobre a classe trabalhadora, que foi alvo de manejo sobre sua conduta e de desmobilização dos seus mecanismos de contestação. Apesar disso, sabemos que não houve um êxito da manipulação. Antônio Luigi Negro, a propósito, chama a atenção para a firmeza de objetivos específicos e independência de ação dos trabalhadores.⁶⁰

O trabalhismo foi alicerçado por uma forte propaganda nacionalista que trazia o louvor de Getúlio Vargas como protetor da classe trabalhadora. A valorização do trabalho

⁵⁸ ROSA, José. Boa noite para você. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 6 de nov. 1941, p. 2.

⁵⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 67.

⁶⁰ NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. In: X Encontro Estadual de História (ANPUH SC). Florianópolis, 2004, p. 5. Disponível em: < labhstc.ufsc.br/files/2012/09/antonio-luigi-negro.doc> Acesso em 09/05/2017.

relacionou-se também com a valorização do homem e assim manipulou-se a figura simbólica de Vargas como guia dos trabalhadores. Para Ângela Maria de Castro Gomes

o meio por excelência de superação dos graves problemas socioeconômicos do país, cujas causas mais profundas radicavam-se no abandono da população, seria justamente o de assegurar a essa população uma forma digna de vida. Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação.⁶¹

O trabalho passa a ser demasiadamente valorizado e, para o Estado nacional ele era, principalmente, um dever de todos e um meio de servir à pátria, significando o homem. Nas palavras de Getúlio o trabalho era “o maior fator de elevação da dignidade humana”.⁶² Os discursos e apelos do governo em relação ao trabalho serviriam, para estimular os trabalhadores a produzirem mais, além de intentarem despertar um sentimento de gratidão e obediência para com o governo, colocando o Estado como benfeitor dos trabalhadores.

Segundo Ângela Maria de Castro Gomes, o fato de as demandas da classe trabalhadora urbana reivindicadas desde a Primeira República terem sido atendidas, aliado ao controle do Estado praticado sobre o movimento operário, é o que mais se destaca na política do governo de Getúlio Vargas, caracterizando-se em um “pacto trabalhista” entre os dois lados, uma “reciprocidade de interesses”. Para ela, a valorização do trabalhismo resultou numa corrente legítima e representativa da consciência da classe trabalhadora, negando que estes tenham ocupado o lugar de manipulador/manipulado. A legitimidade de um sistema político não se dá unicamente através de manipulação e repressão, deve existir interesses concretos daqueles marginalizados do poder. Assim, Getúlio Vargas foi o responsável pela obra do direito social brasileiro, conferindo ao trabalhador urbano a possibilidade de se ascender socialmente.

Desde a Constituição de 1934 os direitos trabalhistas vinham crescendo, porém, os benefícios foram direcionados apenas aos trabalhadores urbanos vinculados a sindicatos que estavam subordinados ao Ministério do Trabalho. Ainda segundo Ângela Maria de Castro Gomes, a questão do trabalhismo fora arquitetada para os trabalhadores urbanos ligados à indústria, ao comércio e à prestação de serviços, chegando tardivamente aos trabalhadores rurais.⁶³ Apesar de inúmeros artigos do projeto de educação sanitária serem direcionados para este público, o homem do campo permaneceria abandonado, sem

⁶¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 55.

⁶² Discurso de Getúlio Vargas em comemoração ao primeiro Dia do Trabalho no Estado Novo em 1º de maio de 1938, apud PEROSA, Lilian Maria F. de. **A hora do clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República**. São Paulo: Annablume-USP, 1995, p. 51.

⁶³ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

estrutura, sem assistência e sem saúde. Mesmo com a crescente urbanização iniciada na década de 1930, em 1940 a população no Brasil ainda era esmagadoramente campesina, contando com 68,8% enquanto os citadinos eram 31,2%.⁶⁴

Vargas pretendeu formar uma sociedade positiva onde a ciência e a razão norteariam seu rumo. E, para isso, a classe trabalhadora deveria estar apta para auxiliar na solidificação da nova sociedade. Vargas ambicionou proporcionar que os trabalhadores tivessem o mínimo de educação básica para que houvesse efetivamente uma transformação moral e social. Além disso, direitos trabalhistas como o salário mínimo, um salário vital para sobrevivência segundo os positivistas, poderia interferir de forma a garantir uma maior eficiência do trabalhador e incutiria nele um caráter progressista.

Progresso, antiliberalismo, nacionalismo, centralização político-administrativa, manejo político e ampliação dos direitos sociais foram os principais elementos da ideologia, dos discursos e das ações públicas durante o primeiro governo Vargas.

Não é possível, entretanto, simplificar o Estado Novo. Ele foi, a um só tempo, autoritário e modernizador. A tática do apelo ideológico associada a práticas e direcionamentos do governo teve certa eficiência legitimando o poder, visto que o país consolidou sua indústria de base e se modernizou economicamente por intermédio inclusive da valorização do trabalho e da redefinição do papel do trabalhador.

Mas uma população que padecia de diversas moléstias não poderia ajudar o país na tarefa de engrandecê-lo economicamente. O problema da “falta de braços”, a falta de homens saudáveis para mão de obra, deveria ser superado por meio da melhora da saúde. Um povo saudável e bem nutrido, na concepção getulista, tornar-se-ia trabalhador forte e eficiente. O discurso de valorização do homem norteou as ações de saúde e, de acordo com Jean Luiz Neves Abreu, “o Estado Novo criou condições para a implantação de uma política sanitária destinada à coletividade nacional, a qual deveria se estender aos estados e a todo território do país”.⁶⁵ Tais aspectos são evidenciados por meio da imprensa local, instrumento de legitimação do governo Vargas e que se coadunava com a política de desenvolvimento de Uberlândia e Araguari, pautada pelo ideário do progresso. Tais aspectos podem ser vistos no tópico abaixo, onde procuramos contextualizar como essas cidades se inseriram naquele contexto.

⁶⁴ AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercídia. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002, p. 87.

⁶⁵ ABREU, Jean Luiz Neves. Imprensa, educação sanitária e interiorização do sanitarismo em Uberlândia (1938-1950). **Revista de História Regional**, vol. 18, 2013, p. 87. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/4635/3512> Acesso em 10/05/2017.

1. 3 “Cidade menina” ou “cidade jardim” e “cidade progresso”: as cidades-irmãs do Triângulo Mineiro

A justiça, a higiene e a instrução constituem a base de uma nação civilizada. [...]

O Triângulo, pela sua privilegiada colocação, pelos seus empreendimentos incessantes, necessita que seus filhos inscrevam esta máxima, que traduz uma das mais palpítantes verdades, no sacrossanto altar dos seus lares.⁶⁶ (A TRIBUNA, Uberlândia, 1933).

Um pequeno texto estampado num canto de jornal sintetiza diversos aspectos de um projeto nacionalista em busca da modernidade. Ao mesmo tempo em que se vale de um jogo de convencimento que lança mão de figuras de expressão sagradas, para compor o projeto – no qual o texto também se inclui – são usados termos que englobam política, saúde e educação, que intentam despertar sentimentos e provocar profundas mudanças nos indivíduos para que estes sejam o esteio na tarefa de engrandecimento da nação. Política, saúde, educação e religião tornam-se, desse modo, chaves para um só discurso.

A interpretação da singularidade histórica das cidades favorece o entendimento do processo de constituição da identidade regional, do imaginário e do espaço coletivo dentro de uma perspectiva de construção social conflituosa.

A marcha da constituição da região esteve vinculada aos movimentos de mudança da economia nacional e internacional. A chegada da máquina a vapor significou também a chegada da “civilidade” e do progresso na região. Estabelecidas no Triângulo Mineiro, as cidades de Uberlândia e Araguari tiveram como força motriz da economia a implantação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro nos anos finais do século XIX. A região do Triângulo Mineiro tornou-se estratégica por conta da conexão que proporcionava entre o centro paulista e o Centro-Oeste do Brasil. A posição privilegiada da região deu aos comerciantes um vasto leque de possibilidades para expansão econômica.

Mapa 1 – Traçados da Ferrovia Mogiana e Estrada de Ferro Goiás no entre - séculos XIX-
XX

⁶⁶ SEM título. **A Tribuna**, Uberlândia, 20 de ago. 1933, p. 1.



Fonte: Sistematização sobre mapa base do Brasil, IBGE (2004). Fonte: Barbosa (2008). Elaboração: Oliveira (2014). Disponível em: www.researchgate.net/publication/299438214_Araguari_na_história_da_ocupação territorial do Triângulo Mineiro MG - 1815-1913 > Acesso em 01/09/2017.

Nesta dimensão espacial o transcurso de desenvolvimento aliou o papel do Estado com o papel do suporte infraestrutural. Apesar de Uberlândia não corresponder para a Mogiana uma posição de grande vantagem – a estação foi erguida fora do centro urbano e podemos notar que a cidade não correspondia no mapa da planta geral das linhas como sede das principais estações por seu impacto pouco relevante para a Mogiana –, reproduzidos em variados documentos existem acalorados discursos sobre prosperidade e progresso da cidade. Algumas vezes tais discursos eram associados à presença de tão moderna máquina de transporte, representando o que era a Mogiana para os habitantes locais e lideranças políticas. Assim, ao invés da cidade ter servido de orientação para a construção da ferrovia, foi a estação ferroviária que atuou como propulsora para o incipiente progresso de Uberabinha.

Imagen 1 – Fotografia da estação original de Uberabinha – Data ignorada, provavelmente antes do nome da cidade ser alterado para Uberlândia em 1929



Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em 10/05/2017.

Uberlândia, que teve sua origem empreendida nas primeiras décadas do século XIX, denominada Uberabinha até 1929, já havia ultrapassado sua cidade vizinha Araguari no aspecto populacional e econômico no decênio de 1930. Uberlândia na década de 1930 era uma das únicas cidades do estado a ter três ginásios de ensino secundário, duas escolas normais, uma escola de comércio, dois grupos escolares, oito externatos, três cursos anexos, duas escolas distritais, dezoito escolas municipais, onze escolas isoladas, somando 5.215 alunos e 287 professores. Contava também com um Centro de Saúde regional (1938), um hospital municipal e entrou numa campanha estadual para receber projetos de rede de esgotos sanitários. No período em questão ela se interliga, através de rodovias recém abertas, a um complexo maior de cidades:

O tráfego extraordinário pelas estradas da Companhia, na extensão de 420 quilômetros, que demandam às zonas goianas do sudoeste, cortando os municípios de Uberlândia, Tupaciguara, Monte Alegre e Ituiutaba, verificado em 1938, é a prova evidente do intenso trânsito por essas vias. Naquele ano, a estatística acusava 8.716 autos que transportaram 17.099 passageiros, sendo o transporte de cargas no total de 22.065 toneladas, sendo de importação, 13.185, e, de exportação, 8.880, transportadas por 8.835 caminhões [...]. Foram registrados no mesmo recenseamento aquele ano, 10 oficinas mecânicas, 4 postos de abastecimento, 3 oficinas de vulcanização, 2 de carrocerias e 4 de pinturas e reformas.⁶⁷

⁶⁷ Revista Uberlândia Ilustrada, Uberlândia, n° 4, jun. 1939, p. 12-13.

Isso viabilizou um grande processo de atraiamento de capital comercial desenvolvido por intermédio do atacadista distribuidor. Após a década de 1940, vários grupos atacadistas foram instituídos na cidade, o que favoreceu a entrada de capital mercante ligado também ao setor do agronegócio. Tais processos integraram o próprio movimento de interiorização do capitalismo brasileiro. De acordo com o economista Eduardo Nunes Guimarães

a distribuição das atividades produtivas, sua concentração ou desconcentração no espaço, não obedecem necessariamente a uma tendência específica, mas a um conjunto de circunstâncias históricas que envolvem desenvolvimento tecnológico, espaço construído e organização social da produção, do consumo, da circulação e da distribuição. Os agentes sociais não agem livremente, mas condicionados e condicionando uma lógica econômica: a reprodução ampliada do capital no tempo e no espaço.⁶⁸

Na “cidade menina” ou “cidade jardim” – codinomes de Uberlândia – as aspirações de modernidade foram perseguidas pelas elites (Comerciantes, agricultores, advogados, médicos, dentistas) e pela classe política com obstinação. Enquanto os discursos passavam uma imagem de conforto e progresso, a qual só se materializava na elite, nas ruas deambulavam pessoas doentes e miseráveis e que escancara o outro lado da realidade que se buscava ocultar.

A cidade jardim acudiu pressurosa, ostentando o seu mais lindo traje, como se ouvira a voz encantada de um menestrel. Quando a voz lhe segredou aos ouvidos, ela sorriu com raríssima beleza e gentil fidalguia. Todos os componentes se movimentaram e reuniram-se em torno dela.

Ei la, soberba, gentil, apresentando-se aos olhos de seu ilustre hóspede. Acudidos, coordenados, todos, sem exceção de classe e credo, cada qual prestou o seu mais valioso quinhão de trabalho. Demonstrou a grande força do seu povo, esforço, vontade espontânea de realizar. Pôs em evidência o seu pugilo de bravos, de disciplinados.

Ela postou-se na vanguarda, mostrou a sua capacidade, o seu dinamismo e o seu grau de cultura.

Contou a verdade de sua linda história: - a do presente que é moça e toda cheia de brilhantes realidades. [...]⁶⁹

Os discursos da elite e as intenções políticas citadinas representavam o movimento de esforços e busca pelo ideal de modernidade e riqueza que se acirrou na fase varguista.

De 1928 a 1930 o agente executivo da cidade foi Octávio Rodrigues da Cunha, ligado ao governo legal. De 1931 a 1933 o engenheiro Lúcio Libanio foi o prefeito nomeado pelo então presidente de Minas Olegário Maciel. Em 1933, Claudemiro Alves Ferreira também fora nomeado prefeito por Olegário Maciel e Vasco Giffoni de 1934 a 1935 foi indicado pela Câmara Municipal. Novamente Vasco Giffoni e Luiz Lisboa em

⁶⁸ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 25.

⁶⁹ CIDADE menina. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 de abr. 1939, p. 2.

1936; Vasco Giffoni foi novamente eleito pela Câmara Municipal e ficou de 1936 a 1942 com o aval do governador estadual; e José Antônio de Vasconcelos Costa foi prefeito nomeado por Benedito Valadares de 1943 a 1945.⁷⁰ Percebe-se que em Uberlândia havia uma forte coesão oligárquica que se revezava no comando e que quase sempre agiu com plenos poderes, prevalecendo ainda o sistema coronelista. Eram pessoas influentes que integravam a classe social dominante economicamente e que acabavam por ter o total apoio dos meios de comunicação de massa.

Os jornais überlandenses, no período analisado, exibiam uma efígie de cidade ordeira, de um povo com exímia moral e que valorizava o trabalho. Era a cidade ideal com um povo ideal. Os discursos disseminados nos jornais refletem o imaginário e as pretensões das elites dominantes de acordo com o modelo idealizado pelo governo Vargas e pelo DIP, que por meio da imagem das cidades pretendiam representar um Brasil quimérico. Contudo, dentre notícias sobre jardins, construções de palacetes, avenidas e propagandas sobre salubridade, em 19 de janeiro de 1935, o jornal *A Tribuna* revela que Uberlândia ainda não tinha um Centro ou Posto de Higiene, o que para a realidade de uma cidade de aproximadamente 37.500 habitantes – destes, rurais e urbanos – se caracterizava como um sério problema sanitário:

[...] Assim, por exemplo, o encascalhamento do jardim onde fica a nossa Igreja Matriz impressiona bem a todos que por ali passam, bem como a resolução do calçamento da Rua Vigário Dantas, uma das mais velhas da cidade, mas onde os filhos da terra como Ronan de Freitas e Olavo Ribeiro, constroem, atualmente, elegantes palacetes.

Falando ontem a um dos ilustres médicos que aqui vieram estudar nossas condições higiênicas, o jovem cientista nos disse ter de deixar as bases necessárias para o estabelecimento de um posto de higiene e que estava deveras admirado da nossa cidade já não ter um estabelecimento destes.⁷¹

Além desse fato, as fontes deixam escapar que o período foi marcado por falta de casas por conta da intensa imigração, infindáveis problemas com a saúde, educação, etc., para as pessoas da cidade que não eram abastadas, fazendo cair por terra os enunciados de êxito e desenvolvimento que tinham como fito dissimular ou mitigar os conflitos sociais gerados por táticas de resistências da classe humilde e trabalhadora.

O aspecto urbano da cidade também fora modificado em favor do progresso contemplado por alguns. Várias construções foram destruídas em nome de uma estética da inovação e do moderno. De acordo com Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes

⁷⁰ Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/23/738/secretaria.html>> Acesso em 06/06/2017.

⁷¹ DEFERÊNCIAS para com o líder mineiro. **A tribuna**, Uberlândia, 19 de jan. 1935, p. 1.

o centro urbano é, por excelência, o local no qual o capital se manifesta através da construção de grandes avenidas, fábricas, investimentos diversos em setores industriais, comerciais e financeiros. As ferramentas políticas e econômicas, habilmente utilizadas pelas elites, e as consequentes vantagens que advém delas, transformam as cidades em campo receptor e produtor de riquezas e, em contrapartida, pela lógica, o território no qual a pobreza se torna evidente, pública, como também a violência que se converte em um atributo das elites dominantes.⁷²

Imagen 2 – Fotografia da fábrica de carrocerias para jardineiras na Avenida João Pinheiro, centro de Uberlândia (1939)



Fonte: **O Triângulo**, Araguari, 26 de mar. 1939, paginação irregular.

Além da disciplinarização do espaço urbano por meio do controle social exercido pelas elites locais, almejava-se também disciplinar as questões que envolvem a moral do indivíduo e forjar um pensamento positivista em relação ao trabalho. Por exemplo, percebemos através das alocuções publicadas nos jornais indícios de que os domicílios da elite, construídos nos moldes da habitação higiênica, se constituíram como símbolo de prosperidade da sociedade moderna. Ao passo que o aparecimento das favelas é tratado, sob a ótica do capital, como um incidente que origina as construções onde se instalaram os indivíduos que não se adequaram ao sistema, são pessoas que por escolha própria são improdutivas e, portanto, pertencem às classes marginais que representam risco para a sociedade uma vez que personificam o antagônico dos enunciados ordem e progresso.

O dispensário dos pobres, criado em 1934, também propiciou a disciplinarização do espaço urbano, excluindo do centro da cidade o retrato da doença e da miséria: “Auxiliar o dispensário é um dos mais imperiosos deveres sociais dos überlandenses. Ele afasta os

⁷² LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. Pobreza. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante (orgs.). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980**. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 160.

indigentes das ruas da cidade, proporcionando-lhes o necessário amparo”.⁷³ Administrado pela Sociedade Vicentina desde 1941, seus principais objetivos era retirar os mendigos da rua e atuar no controle das doenças contagiosas. De acordo com Raphael Alberto Ribeiro, durante o Estado Novo o alvo principal dos dispensários eram pessoas portadoras da hanseníase (lepra ou mal de Lázaro – termos proibidos e em desuso pela conotação negativa histórica) que atuavam na aplicação das políticas de saúde isolando os doentes.⁷⁴

Muitos projetos filantrópicos, como o dispensário e o sanatório, eram financiados por doações da própria elite local que também não queria uma cidade insalubre com trabalhadores doentes. Tais gestos - um misto de interesse e altruísmo – culminavam em melhorias para a população pobre e doente que, sem o apoio do governo, dependia quase unilateralmente desses investimentos.

Araguari – Araguary, até meados da década de 1940 –, denominada nos periódicos da região como “cidade do progresso”, se iniciou como um pequeno povoado também a partir das primeiras décadas do século XIX.⁷⁵ Teve seu auge econômico quando se tornou o ponto final de transações da linha ferroviária Mogiana, organizou-se e expandiu-se em volta das linhas do trem e começou a decair quando o mesmo se transferiu para o Estado de Goiás, fazendo perder a maior fonte de renda da cidade.

O decurso da implantação da ferrovia e o enfraquecimento da ideia de levar a capital para o interior fizeram de Araguari o ponto final da Mogiana, o que mudou drasticamente a história da região. Como cidade que abrigou a última estação da ferrovia, Araguari beneficiou-se da infraestrutura de armazenagem e alavancou sua economia pelo fato de ter a melhor localização dos fluxos do Brasil-central com a costa brasileira. E, em 1909 se tornou o ponto inicial da Estrada de Ferro Goiás que tinha como objetivo ligar Goiás aos trilhos da Mogiana.

Imagen 3 – Fotografia da estação de Araguari (1942)

⁷³ SEM título. **A Tribuna**, Uberlândia, 04 de Nov. 1943, p. 3.

⁷⁴ RIBEIRO, Raphael Alberto. A saúde pública. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980**. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 245.

⁷⁵ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 25.



Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em 10/05/2017.

Araguari cresce no entorno da estação ferroviária para atender as necessidades que ela demandava, a cidade vai se estabelecendo nas relações de trabalho, moradia e do fluxo de pessoas e surgem mudanças intimamente ligadas às exigências criadas a partir das relações capitalistas de produção.

No comando político da cidade também prevalecia o coronelismo. O Cel. Marciano Santos, adepto ao Partido Republicano Mineiro, foi o agente executivo municipal até outubro de 1930. Com a entrada de Vargas, o coronel é substituído por Mário Pereira, político que integrava a Aliança Liberal e fora nomeado pelo presidente ou pelo que hoje denominamos como governador do Estado. Posteriormente, a prefeitura foi ocupada por Delermando Cardoso. Devido a arranjos políticos de Marciano Santos, Jeovah Santos, seu filho, é nomeado prefeito da cidade em 1934. Tais artimanhas se caracterizam como uma relação de compromisso “num sistema de reciprocidade em que de um lado estão os chefes municipais e os coronéis com seus currais eleitorais, e, de outro, a situação política dominante do Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial”.⁷⁶

A imprensa é um meio que veicula um sistema de referências, e as referências encontradas no jornal *O Triângulo* além de implicar os característicos ideais burgueses também inclui disputas políticas e exaltam algumas figuras públicas:

Soubemos que o Sr. Prefeito vai mandar reconstruir os passeios do jardim da Praça Manoel Bonito.

⁷⁶ SALES, Teresa. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portaFpublicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm> Acesso em 20/06/2017.

Era muito de se esperar mais este gesto do nosso governo municipal, que tudo vem fazendo a tempo e hora para transformar radicalmente a fisionomia vetusta e desgraciosa de nossa urbs na de cidade moderna e elegante.

Os passeios aludidos estão de certo modo quebrando a linha harmoniosa, o bom gosto que presidiu à construção do jardim, obra que Araguari ficou devendo ao inolvidável governo do Cel. Marciano Santos, digno progenitor do nosso atual prefeito e o remodelador de Araguari. [...]⁷⁷

Raphael de Sousa Machado em sua dissertação aborda a questão de que o jornal *O Triângulo* era partidário do Cel. Marciano Santos. O periódico atacava e pressionava freqüentemente Mário Pereira – sucessor de Santos – quando este administrava a cidade. O jornal fez denúncias de supostas utilização do dinheiro público em benefício de Pereira.⁷⁸ Por ora, sem nos aprofundar no caso, é interessante perceber como as disputas ideológicas presentes no jornal podem revelar – mesmo que oscilando entre discursos contraditórios – fatos verossímeis sobre o município e sua população. De acordo com as intenções políticas os jornais manipulam a conjuntura e os fatos, ora ocupando seu posto social essencialmente elitista, ora tentando ser a representação legítima do povo; ora exaltando o progresso da cidade, ora o negando.

Ainda em relação ao artigo acima, sobre transformar a fisionomia da cidade em “moderna e elegante”, a remodelação que se almejava não se tratava somente do plano físico, mas também intentava intervir nos modos de viver aceitos ou malquistas pelo poder público e pela sociedade tradicional. De acordo com o autor Fábio Macedo Tristão Barbosa

Embelezar também significava retirar inconvenientes e os indesejáveis de determinados espaços da cidade, principalmente da região central; daí, temas como higiene e saúde figurarem entre as preocupações dos administradores públicos, legitimando ideologicamente suas ações na tentativa de erradicar a presença dessa população menos afortunada no centro da cidade, que passa a habitar sua periferia.⁷⁹

Em relação à disciplinarização da pobreza e dos doentes no espaço urbano, Araguari não desejava ter um preventório na cidade. Os preventórios eram os locais onde os filhos dos portadores de hanseníase eram recolhidos após exames feitos no dispensário que comprovava o diagnóstico de saudáveis. A construção do preventório de Araguari foi descartada pelo poder público municipal, segundo Raphael Ribeiro, por alegarem que as famílias dos doentes de outras localidades, ao se deslocarem para Araguari, prejudicariam o

⁷⁷ OS PASSEIOS do jardim da Praça Manoel Bonito vão ser reconstruídos. **O Triângulo**, Araguari, 19 de mar. 1939, p. 3.

⁷⁸ MACHADO, Raphael de Sousa. **A cultura política do coronelismo e suas representações sociais: Araguari/MG – 1930/1945**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015, p. 66.

⁷⁹ BARBOSA, Fábio Macedo Tristão. **Ferrovia e organização do espaço urbano em Araguari-MG (1896-1978)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 97-98.

progresso visível da cidade e sairia caro aos cofres públicos.⁸⁰ De fato, o jornal *O Triângulo* nada acusa sobre a existência de um preventório na cidade durante o período aqui estudado. Porém, Bruna Alves Silveira em sua dissertação⁸¹ encontrou vestígios de um preventório em Araguari chamado Eunice Weaver.⁸² A historiadora retirou as informações de um blog o qual também não registra detalhes e informações sobre o preventório, apenas depoimentos de ex-internos. Em investigações no Arquivo Público Municipal de Araguari e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” conseguimos constatar a criação do preventório na zona rural da cidade em 1948, as informações que indicam a fundação do lugar se encontram principalmente nos jornais, mais especificamente no *Gazeta do Triângulo* (1954).

No ano de 1939, o jornal revela também o mesmo problema sanitário de Uberlândia que é a falta de um Posto de Saúde:

[...] Araguary, ninguém o ignora, é uma das três principais cidades do Triângulo Mineiro.

[...] Em Araguary, expressemo-nos com a franqueza que o caso exige, tem-se constatado a existência de focos patogênicos que podem provocar, de um momento para outro, consequências perigosas e lamentáveis.

O nosso tempo assinala-se principalmente pelo incomensurável progresso da medicina. É o tempo da profilaxia, possível desde a genial e nunca dignamente celebrada contribuição do sábio e imortal Pasteur.

Profilaxia, eis o serviço que Araguary, por nosso intermédio, reclama dos altos poderes do Estado.

Diz-nos a sabedoria popular que <mais vale prevenir do que colocar trancas depois de arrombadas as portas>.

E é firmadas nesse princípio que, de novo, *data vénia*, endereçamos o nosso veemente apelo ao Sr. Dr. Benedito Valadares Ribeiro, ilustre governador do Estado, pedindo, em nome do povo araguaryno, de que somos genuínos porta-voz, a criação e consequente instalação de um posto de saúde nesta cidade, na certeza de que os nossos justos anseios neste sentido serão sem demora plenamente satisfeitos.⁸³

Jeovah Santos permaneceu no poder até 31 de dezembro de 1944. Porém, no jornal *O Triângulo*, também se via críticas – no entanto mais brandas e romantizadas – à administração de Santos:

⁸⁰ RIBEIRO, Raphael Alberto. A saúde pública. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980**. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 245.

⁸¹ SILVEIRA, Bruna Alves. **Práticas sociais, memórias e vivências no combate à lepra: isolamento compulsório em asilos-colônia e preventórios brasileiros – 1935 a 1986**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013, p. 33-36.

⁸² Eunice Weaver foi presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarov e Defesa contra a Lepra a partir de 1935 até 1945. Mais sobre o tema em: SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945). **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. 18, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500014 > Acesso em 28/06/2017.

⁸³ UM posto de saúde para Araguary. O nosso apelo ao Dr. Benedito Valadares. **O Triângulo**, Araguari, 23 de abr. 1939, p. 2.

Não é nosso intuito culpar a empresa Força e Luz, pois sabemos muito bem da boa vontade do Sr. Agostinho Prada e do seu superintendente geral para com a nossa cidade.

Com certeza o fato se verifica em virtude de certo descuido por parte da atual administração local.

Quando uma lâmpada se queima, a gente já sabe que aquele poste ficará escuro durante uma semana... ou mais.

O que é pior é que num trecho quando queima uma, queimam-se duas ou três seguidas. A rua fica escura, mergulha na penumbra de um passado muito remoto e interessante para os espíritos meditativos e amigos de história: quando ainda não existia a luz elétrica.

Mas, pode ser romântico, poético. Não condiz, porém, com os nossos foros de cidade adiantada. [...]⁸⁴

A partir da década de 1930, com o avanço econômico das regiões de Anápolis e Goiânia, Araguari perderia paulatinamente sua principal função de polarização regional. No início de 1940 a população do Triângulo Mineiro é 20% de urbanos e 80% rural. Segundo Eduardo Nunes Guimarães

esta tendência apontando uma crescente migração do campo para a cidade acompanhava um fenômeno mundial de urbanização, mas que, na região, especificamente, mostrava o fomento de um processo interno de integração no mercado e diversificação da economia local.⁸⁵

Os dados de 1940 comprovaram também as tendências de perda de domínio centralizador de Araguari e ascensão de Uberlândia. No período, Uberlândia contava com uma população de 42.179 – destes, aproximadamente 20.000 urbanos – e Araguari com 35.218.

Após a explanação da conjuntura brasileira dos anos 1930 a 1945 podemos perceber como uma cultura disseminada em prol da nacionalização e modernização do país se reproduziu e fora colocada em prática especificamente em Uberlândia e Araguari. As políticas e projetos das cidades ecoam os ideais de modernidade e salubridade buscados na época, incentivados fortemente pela figura maior de Getúlio Vargas. As mudanças que estavam ocorrendo relacionavam-se intimamente à busca pela melhoria econômica do país, e a questão da saúde se inclui nesse rol de modificações sendo, possivelmente, uma das mais importantes, como veremos a seguir.

⁸⁴ LÂMPADAS queimadas nas vias públicas. **O Triângulo**, Araguari, 12 de mar. 1939, p. 7.

⁸⁵ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 97.

II “SE SANEAR É POVOAR, EDUCAR É SANEAR”

Neste capítulo, no primeiro tópico, discutiremos primeiramente o desenvolvimento das ações relacionadas à saúde pública no Brasil anteriores ao ano de 1930, pois muitas mudanças institucionais ocorridas e propostas durante o governo Vargas estavam em pauta desde os anos 1920. Analisaremos as questões pertinentes aos aspectos sanitários do período para compreender melhor quais motivos levaram o governo a realizar uma campanha de educação higiênica em escala de massa. Será importante, também, num primeiro momento, especificar sobre as doenças que traziam prejuízos para o país em dimensões econômicas e sociais.

Abordaremos, no segundo tópico, o papel da imprensa local na propaganda política e como ela também foi crucial no projeto nacional de educação sanitária. O jornal, enquanto fonte, deve ser tratado como espaço político carregado de conflitos. Ele ganha dimensão legitimadora ao representar os grandes acontecimentos que ocorriam nas cidades, no Brasil e no mundo, e ao afirmar estereótipos sociais, fazendo dele um guardador oficial de memórias local e nacional. Portanto, compreender as questões sanitárias por meio de tal fonte só é possível quando as brechas nas redações – intencionais ou não – acusam as contradições e os antagonismos em relação à administração pública municipal, estadual e de governo. Para Tânia Regina de Luca

o papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político.⁸⁶

O terceiro tópico versará sobre a repercussão da educação sanitária nos jornais de Uberlândia e Araguari, as principais sessões sobre saúde e os principais temas que diziam respeito às questões sanitárias mais abrangentes. O conteúdo dos jornais locais revela como os discursos de saúde foram difundidos e de que forma as políticas públicas de saúde orientadas pelo Estado ocorreram em Uberlândia e Araguari.

Por conta de serem os jornais um suporte que mantém um elo direto com os poderes públicos, a leitura dos artigos sobre saúde nos ajuda a compreender não somente as ações

⁸⁶ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B.. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 129.

voltadas para esse intuito, mas os periódicos como fontes de pesquisa são importantes principalmente para o entendimento sociopolítico do período.

2.1 “Não seremos um povo válido enquanto formos um povo de doentes”

[...] A razão disso é lógica e intuitiva. Quem não possui meios para ter uma alimentação sadia ou uma habitação higiênica acha-se com um fator negativo para lutar contra qualquer infecção microbiana.

Observa-se ainda que o nível intelectual do pobre, pela míngua de recursos para adquirir instruções, é ínfimo, donde o abuso o álcool, do fumo, dos prazeres sexuais, outros tantos fatores do desencadeamento de moléstias.

O excesso de trabalho de quem não possui algo para reparar as energias somáticas perdidas; a falta de recurso para combater com bons medicamentos os surtos gripais eis outras condições favoráveis ao desenvolvimento da tuberculose.

Verdade é que a peste branca não escolhe classe nem indivíduo para fazer seu acampamento de recoste.

Entre os pobres há fatores de remição dificílima, pois que se baseiam em problemas econômicos sociais; entre os (ilegível) da fortuna a tuberculose se provém da falta de cuidado, do excesso de prazeres, do menosprezo às regras de higiene, causas facilmente amovíveis.

Daí a fundação de uma instituição destinada aos tuberculosos proletários. Mas não bastam os conselhos ou as tão conhecidas legendas: - (Não escarre no chão) – (Viver no ar livre) – (Alimentar-se bem) -, não!!! É preciso que vamos mais além, criando sanatórios e ambulatórios estes, em todas as cidades e aqueles nos lugares mais propício à cura da terrível peste branca, isto sim, é que precisamos fazer, pois do contrário tudo ou quase tudo será em vão!!! [...]⁸⁷

O texto acima, extraído do jornal *Correio de Uberlândia*, permite compreender os discursos embasados em estudos e avanços científicos relacionados à saúde que se propagavam por todo o mundo. No caso brasileiro, cientistas, médicos e intelectuais concordavam que as endemias cresciam por conta das más condições de higiene da classe popular, principalmente no tocante de seus hábitos e habitações.

O advento de novas ideologias e práticas sanitárias resulta de um processo político cujas aspirações pretendem atender às demandas de acordo com o contexto histórico em que ele se insere. O intervencionismo do Estado Nacional no campo da política social tencionou, através de inúmeras medidas e projetos, eliminar as causas da pobreza e da doença no Brasil. Sendo o Estado subordinado às relações de produção do capitalismo, a saúde pública antepôs a falta de educação e “civilidade”, os vícios, a promiscuidade, as

⁸⁷ XAVIER, Anibal. Campanha contra a Tuberculose. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 de jun. 1939, p. 1.

nocivas moradias e a alimentação deficiente como as causas responsáveis pela baixa produtividade do trabalhador e principais fatores que favoreciam o aparecimento e transmissão de doenças, representando as origens dos verdadeiros “germes” que degeneravam a nacionalidade e levavam à miséria brasileira.

O projeto das políticas públicas sociais e de saúde que já vinha sendo praticado adquiriu características específicas principalmente durante o Estado Novo, quando buscou moldar mentalmente e educar tecnicamente os indivíduos, desenvolver a cultura nacional, salvar a população das doenças, proporcionar assistência social às famílias e tutelar desde a maternidade até a juventude.

O avanço da ciência era visto como um indício de modernidade cultural. Foram sendo introduzidos novos valores produzidos pela ciência e tecnologia e que deram origem ao positivismo alusivo a futura civilização brasileira. Um povo perfeito não seria somente aquele saudável, mas também um povo honrado, solidário, laborioso e respeitável. O discurso médico-sanitário, no período retratado, revela também implicações políticas em muitos enredos dos textos sobre saúde:

E nesta ingente cruzada em prol do revigoramento da raça, a eugenia, a higiene, os preceitos de puericultura e tantos outros ramos da ciência médico-social de nosso tempo, são os elementos e o arsenal com que os homens de governo poderão avançar alguns passos em direção ao combate a esse alarmante índice de mortalidade infantil que, na atualidade, tinge de cores sombrias os quadros de nossas estatísticas demográficas, mesmo nos grandes centros metropolitanos.

Atentando para tão transcendente questão, o governo do presidente Getúlio Vargas, rico em iniciativas no campo da assistência social, acaba de assinar um decreto, criando junto ao Ministério da Educação e Saúde, o Departamento Nacional da Criança e o Instituto de Pesquisas Infantis, aos quais ficará afeta a proteção da maternidade, da infância e da adolescência, sob todos os aspectos que tais questões se apresentem em face da vida moderna.

Será ainda incumbência do novo órgão técnico-administrativo, o controle e a coordenação de esforços particulares isolados, procurando harmonizá-los às providências oficiais, de maneira a se realizar uma obra de grande envergadura de caráter nacional, abrangendo sua atividade as esferas federais, estaduais e municipais, de modo a suscitar condições favoráveis à maternidade sadia e à garantia da evolução das proles, preparando os meios para a educação do ser humano, desde o berço até a maioridade, integrando-o enfim como um elemento eficiente na sociedade.

[...] Cuidar da criança, da sua formação física, intelectual e moral, é garantir o futuro de toda uma nacionalidade. Com a criação do Departamento Nacional da Criança, o Brasil enquadra-se no rol das nações mais avançadas em matéria de assistência social à raça, e, consequentemente, à própria nacionalidade.⁸⁸

As mudanças na área da saúde pública já vinham ocorrendo desde a primeira década do século XX, dando as bases para uma configuração de atuação sanitária no Brasil. O

⁸⁸ SERRA, Geraldo N.. Proteção à infância brasileira. **O Triângulo**, Araguari, 3 de mar. 1940, p. 2.

Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), instituído em 2 de janeiro de 1920 pelo Decreto nº 3.987 e subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, é um exemplo da reforma na estrutura da saúde pública. O funcionamento deste Departamento significou, na prática, a ampliação de atuação do governo federal para intervir em nível nacional, dando início ao processo de atenção despendida às populações do interior.⁸⁹ De acordo com Gilberto Hochman

A criação do DNSP resultou de um amplo movimento político de caráter nacionalista que reivindicou uma maior intervenção do governo federal em assuntos de saúde e saneamento diante do trágico quadro sanitário revelado pelos médicos do Instituto Oswaldo Cruz em suas viagens ao interior do Brasil, em particular a realizada por Artur Neiva e Belisário Pena⁹⁰ em 1912. O marco fundador desse movimento foi a frase “o Brasil é ainda um imenso hospital”, de Miguel Pereira, em discurso proferido de 11 de outubro de 1916 no Rio de Janeiro. A frase foi hasteada como bandeira do movimento nacionalista pelo saneamento rural, materializado na Liga Pró-Saneamento do Brasil, que foi fundada em 11 de fevereiro de 1918 e, liderada por Belisário Pena, congregou intelectuais, médicos, militares, jornalistas, políticos e profissionais liberais mobilizados por uma reforma sanitária que fornecesse ao Estado nacional os instrumentos necessários para superar um dramático diagnóstico: a onipresença das endemias rurais e a ausência do poder público no interior como responsáveis pelo atraso do país e a improdutividade de sua população.⁹¹

Ao longo dos anos de 1920 começaram a funcionar os Postos de Saneamento e Profilaxia Rural – organizados pelos serviços sanitários federais – que tinham como principais incumbências o atendimento da população rural, medidas de educação sanitária, distribuição de medicamentos e algumas obras de engenharia sanitária.

Um aspecto relevante na formulação da política de saúde pública e que se populariza entre os médicos e dirigentes são os conceitos da engenharia sanitária e suas obras que aplicam os princípios determinados pela higiene pública e pela epidemiologia. A engenharia sanitária promove o saneamento básico e geral, como, por exemplo, a limpeza urbana e o esgoto sanitário, para que se evite o alastramento de doenças principalmente transmitidas por insetos. Mas vimos em um artigo citado na introdução desta dissertação que as fossas sépticas ainda em 1939 não eram algo que as populações rurais estavam familiarizadas ou que estava disponível a elas ao menos o mínimo de saneamento básico.

Os médicos que atuavam na área faziam parte da recém criada especialidade médica de higiene e saúde pública. Em muitas mudanças que transformaram as ações e os ideais de higiene e saúde pública foi primordial a participação da Repartição Internacional de Saúde

⁸⁹ HOCHMAN, Gilberto. Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). **Verbes Primeira República.** p. 1. Disponível em: < [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbes/primeira-republica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SA%C3%A9DE%20P%C3%A9C3%A9BLICA%20\(DNSP\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbes/primeira-republica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SA%C3%A9DE%20P%C3%A9C3%A9BLICA%20(DNSP).pdf) > Acesso em 19/10/2017.

⁹⁰ Belisário Pena foi um dos principais sanitaristas precursores do movimento pelo saneamento do Brasil.

⁹¹ Ibidem, p. 3.

Pública da Fundação Rockefeller. Além de, desde o ano de 1916, a Fundação Rockefeller auxiliar nos esforços para o combate de várias epidemias que assolavam o Brasil, também foram eles os responsáveis por criar medidas cruciais para o desenvolvimento de um novo padrão sanitário no país:

Em 18 de junho de 1918 foi promulgado o dec. n. 5.010, que criou o serviço de profilaxia rural no Estado de Minas, publicando-se na mesma data o respectivo Regulamento que estabeleceu regras seguras para o combate às endemias reinantes nas zonas rurais do Estado.

Em 21 de maio firmou-se contrato com a Fundação Rockefeller para uma inspeção geral, a fim de determinar-se a extensão e intensidade da ancilostomíase e seus efeitos na população dos campos. Também a Diretoria de Higiene constituiu por sua vez uma comissão para completar esses estudos, munindo-se assim de elementos necessários para orientar os trabalhos do saneamento rural. Verificaram essas comissões a existência da ancilostomíase em todo o território do Estado, sendo encontrada nas zonas inspecionadas a porcentagem mínima de 24,2% e a máxima de 94,28%.⁹²

No estado de Minas Gerais, o financiamento externo às ações de saúde pode ser observado a partir do estudo da atuação da Fundação Rockefeller.⁹³ A presença estadunidense na estruturação desses serviços teve significativa relevância na propagação de princípios orientadores das atividades de saúde pública, principalmente em relação à educação sanitária. Tais serviços atuaram principalmente na área rural.

Os médicos e as enfermeiras de saúde pública eram considerados auxílios fundamentais para essa nova política e ambos usualmente denominados higienistas. Mas todos aqueles que contribuíam direta ou indiretamente com as causas da saúde pública eram chamados higienistas, desde o guarda sanitário até o professor.

As enfermeiras eram convocadas para missão de aconselhar a população sobre os hábitos de higiene e de como evitar o contágio de doenças, atuando em vários segmentos da sociedade. Havia a função de enfermeira clínica, a visitadora, a encarregada das zonas rurais, a enfermeira escolar, etc., e eram submetidas a um treinamento rigoroso. Dentre suas principais tarefas havia o controle da população mais pobre, mediante vigilância e a educação sanitária, por meio de visitas domiciliares:

Terá a enfermeira como principais funções: incutir no aluno hábitos de higiene e fiscalizá-lo na prática dos mesmos; surpreender no seu estado inicial as moléstias contagiosas escolares, tomando as medidas profiláticas convenientes: encher, na parte que lhe competir a ficha sanitária individual dos alunos; apresentar ao médico escolar, por ocasião da visita deste, os alunos que durante a semana se mostraram doentes ou por qualquer forma suspeitos; ir, todas as vezes que necessário, e devidamente

⁹² Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (MG), Belo Horizonte, 1919, p. 64.

⁹³ MARQUES, R. C.. A Comissão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1926). Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, Belo Horizonte, vol. 2, 1997, p. 549-550.

instruídas pelo médico escolar, à casa do aluno não só para indagar dos seus hábitos de asseio, como para levar recomendações higiênicas especiais aos respectivos pais; proceder às pesagens e medidas antropométricas periódicas dos alunos; distribuir alimentos aos alunos necessitados; fazer o serviço estatístico de acordo com as instruções do médico escolar, etc..⁹⁴

Essas ações faziam parte das iniciativas da inspeção escolar que tinham como objetivo eliminar principalmente as verminoses. Em muitos grupos escolares de Minas Gerais havia um Posto Médico, mas até 1926 em Araguari não havia nenhum; e em Uberlândia uma escola podia contar com uma farmácia escolar.

Em 1927 a Diretoria de Higiene passou a ser designada Diretoria de Saúde Pública, no estado de Minas Gerais, e incumbiu os municípios de tomarem as medidas caras à saúde pública. Conforme aponta Jean Luiz Neves Abreu

A reorganização dos serviços de saúde pública subordinava-se ao “princípio de descentralização técnica e administrativa”, tendo em vista a extensão territorial do estado e as difíceis comunicações com o interior. Em razão disso, além da instalação dos centros de saúde, o Governo criou várias inspetorias – como a de profilaxia de lepra e doenças venéreas - e postos municipais de higiene.⁹⁵

O combate às endemias rurais também foi uma pauta que foi ganhando um maior destaque no período:

no final da década de 20, serviços de profilaxia rural estavam espalhados pelo país e os próprios estados começavam a organizar os seus departamentos e serviços de saúde e saneamento e formar profissionais especializados para trabalhar nos serviços de saúde pública.⁹⁶

Apesar disso, não foram encontradas fontes que atestem a existência de Postos de Saneamento e Profilaxia Rural em Uberlândia ou Araguari.

No ínterim a que esta dissertação se refere ampliou-se a gama das ações da saúde pública, englobando entre elas a propaganda e a educação sanitária, o combate à hanseníase, às doenças venéreas, à “peste branca”, a atenção dada à higiene maternal, infantil e do trabalho, e a inspeção de gêneros alimentícios.

A nova organização da saúde adotou práticas fundamentadas na educação, prevenção e profilaxia, que tinha a intenção de formar uma nova consciência sanitária no

⁹⁴ Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (MG), Belo Horizonte, 1926, p. 129.

⁹⁵ ABREU, Jean Luiz Neves de. Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais. Sociedade Brasileira de História da Ciência, p. 5. Disponível em: <www.sbhc.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=8> Acesso em 23/10/2017.

⁹⁶ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O.. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 77.

país. Vulgarizaram-se no Brasil os conceitos da medicina preventiva que consiste na prevenção de doenças ao invés de focar no tratamento, incentivando exames médicos preventivos, os cuidados com o corpo e a prática de exercícios físicos:

[...] É inútil encarecermos a importância desse movimento que se inicia em torno da educação física, sistematizado cientificamente nesta cidade. A educação física racional é um dos mais valiosos capítulos da medicina preventiva, pois que uma pessoa de organismo forte e preparado oferece mais resistência às moléstias, está mais predisposta para o trabalho e encontra mais alegria no repouso e na distração.⁹⁷

Esse ramo da medicina, a partir principalmente de 1930, teve boa aceitação e investimentos por parte dos médicos e do poder público brasileiro, já que se provou que as doenças eram mais curáveis quando mais cedo se fizesse o seu diagnóstico, o que proporcionaria um tratamento assertivo. A medicina preventiva consiste na conservação da saúde do indivíduo, mas os incentivos para que a população fizesse os exames preventivos seria por preocupação com as várias doenças que em fase inicial não revelam sinais aparentes, como muitas infectocontagiosas que mesmo não evidentes podem estar em seu auge de contágio. Outras doenças também preocupavam, por serem graves e muitas vezes silenciosas, como o câncer, a diabetes e as doenças do coração.

A educação preventiva difundiu entre os trabalhadores a importância de hábitos higiênicos, alimentação saudável e como se precaver das moléstias relacionadas ao trabalho.⁹⁸ Outra ramificação da medicina, a denominada medicina legal, colaborou nas questões médicas do trabalho. O regime passou a se interessar pelas condições de trabalho, pelos acidentes e doenças do operário dentro do espaço físico do labor, e outorgou aos médicos a missão de evitar os prejuízos provenientes dos males do trabalho com a educação preventiva. No último capítulo veremos outra ramificação da medicina legal que se refere a questões criminais.

Via-se que a saúde pública deveria atuar privilegiando as doenças que traziam riscos à coletividade, ou seja, doenças que afetavam a sociedade e que fazia o país perder milhares de vidas úteis, subordinando as carências individuais aos interesses da saúde do povo. A saúde aplicar-se-ia principalmente na prevenção e combate de doenças infecciosas – aquelas decorrentes de vírus, fungo, bactéria, verme ou protozoário (hanseníase, tuberculose, febre amarela, bônia, “amarelão”, esquistossomose, varíola, chagas, sífilis, difteria, febre tifoide, febre paratifóide, disenteria, cólera, tracoma, etc.) -, doenças contagiosas – aquelas transmitidas diretamente de pessoa para pessoa ou pela utilização de objetos contaminados pelos doentes (hanseníase, tuberculose, bônia, varíola, sífilis,

⁹⁷ PIMENTA, Benedicto. Sport em Revista. **O Triângulo**, Araguari, 5 de mar. 1941, p. 4.

⁹⁸ Sobre a medicina legal ver: FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo**. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2009.

difteria, disenteria, tracoma, etc.) - e doenças transmissíveis – aquelas que podem ser passadas de um indivíduo para o outro ou por agentes transmissores, ou seja, outros seres vivos transferem o agente causador da doença de uma pessoa doente para uma sadia (malária, febre amarela, “amarelão”, esquistossomose, chagas, febre tifoide, febre paratifoide, disenteria, cólera, etc.).

A ausência de um saneamento básico, a falta de higiene das habitações, o pouco asseio que os indivíduos mantinham com o corpo e a promiscuidade eram vistos como as causas principais das doenças endêmicas. As endemias são doenças geralmente infecciosas que se manifestam numa dada região, por influência de causa local. De acordo com Michel Foucault as endemias são

doenças mais ou menos difíceis de extirpar, e que não são encaradas como epidemias, a título de causas de morte mais freqüente, mas como fatores permanentes – e é assim que as tratam – de subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que podem custar. Em suma, a doença como fenômeno de população: não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida – é a epidemia – mas como morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece.⁹⁹

Portanto, a estrutura administrativa da saúde pública se construiu tendo como prioridade o combate às doenças infectocontagiosas e transmissíveis, elegendo a higiene como instrumento essencial para se alcançar a reforma do saneamento no Brasil.

De acordo com Eliane Vianey de Carvalho, que estudou as práticas médico-educativas da saúde pública de Minas Gerais de 1910 a 1935, no estado mineiro

o interesse pelo tratamento das doenças endêmicas e a atenção ao meio rural não se deu por acaso; foi fruto de um processo desencadeado por vários fatores. Iniciou-se com as inspeções médicas no interior – que permitiram aos médicos da saúde pública estadual de Minas Gerais se deparar com vários tipos de doenças, não só epidêmicas –, o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre as causas das doenças e o projeto de reconstrução nacional republicano pautado no trabalho, na saúde, na educação e na civilização para a ordem e o progresso.¹⁰⁰

Em 1934, na reforma do Ministério da Educação e Saúde, o DNSP foi desfeito e suas atribuições foram incorporadas à Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS).

⁹⁹ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 290-291.

¹⁰⁰ CARVALHO, Eliane Vianey de. **A emergência das práticas médico-educativas da saúde pública estadual de Minas Gerais (1910-1935).** 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 73.

A institucionalização da prática estatal na área da saúde propiciou a atuação e desenvolvimento de várias ações voltadas para a população, conferindo ao Estado a capacidade de transformar uma comunidade doente em saudável. Assim, a partir da década de 1940, os Serviços Nacionais (SNES) contribuíam com as ações de combate às doenças e as Conferências Nacionais de Saúde (CNS) reuniam administradores e técnicos de saúde dos órgãos públicos federais e estaduais que discutiam a estrutura sanitária estadual e municipal, alinhavam as bases das políticas de saúde pública para o território nacional e idealizavam as estratégias de controle das endemias:

Foram criados doze Serviços Nacionais, nos quais sete eram responsáveis por uma doença específica e os outros cinco relacionados a atividades de saúde diversificadas. Esta nova estrutura ampliou a atuação do Ministério, centralizou a atuação dos órgãos federais de saúde e consolidou os objetivos traçados por Gustavo Capanema para a agenda da saúde pública.¹⁰¹

Ao adotar uma administração modernizadora em relação às políticas de saúde pública, o governo pretendia buscar um combate mais eficaz quanto às endemias.

Foram criadas também as Delegacias Federais de Saúde Pública que tinham como encargo controlar e fiscalizar as ações necessárias à colaboração do Estado com os serviços de saúde e assistência médico-social locais. Os estados de Minas Gerais e Goiás dividiam uma Delegacia Federal de Saúde que tinha sede em Belo Horizonte.¹⁰²

Em 1942, por meio de uma aliança com o governo estadunidense, foi instituído o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), outro marco importante na institucionalização da saúde no Brasil, pois foi quando a intervenção estatal tomou amplas proporções. Por exemplo, por meio de uma equipe técnica funcionários do governo que atuava nos estados, como médicos sanitaristas, guardas sanitários, enfermeiras, etc., o Estado expandia sua presença nos rincões mais remotos do país e, assim, tomava ciência dos problemas da população rurícola.

Toda a estrutura constituída em torno da saúde pública no governo Vargas teve repercussões nas cidades de Araguari e Uberlândia. Chama a atenção a criação de um Centro de Saúde em Uberlândia somente em 1938, este funcionava também como sede da 18º circunscrição sanitária e abrangia os municípios de Araguari, Estrela do Sul, Indianópolis, Ituiutaba, Monte Alegre, Prata e Tupaciguara, além de uma zona rural que

¹⁰¹ SOUZA, Érica Mello de. As práticas educativas em saúde: O Serviço Nacional de Educação Sanitária em estudo (1940-1970). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH SP)**. São Paulo, 2011, p. 6. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308176164_ARQUIVO_TextoAnpuh2011.pdf> Acesso em 09/05/2017.

¹⁰² HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba, nº 25, 2005, p. 132. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1550/155016226009/>> Acesso em 22/11/2017.

abrangia aproximadamente 200 mil habitantes. Em 1942 Uberlândia contava com dois guardas sanitários que trabalhavam para o Centro de Saúde: Gabriel da Rocha Galdino e Pedro Ribeiro Sobrinho. Estes tinham como encargo fazer a inspeção sanitária de casa em casa, cadastrando e recenseando as respectivas zonas, fazer propaganda através de palestras individuais e folhetos de preceitos de higiene individual e profilaxia, descobrir e destruir os focos de insetos perniciosos, vigiar para que o solo não fosse poluído, inspecionar gêneros alimentícios, etc.¹⁰³ Caso as exigências sanitárias fossem seguidamente descumpridas e ignoradas, em última instância aplicar-seiam aos infratores multas, interdições, despejos e demolições. Vejamos este aviso escrito pelo chefe do Centro de Saúde em 1943:

Por este aviso fica intimado o Sr. Porfiro Martins Ferreira, proprietário da Pensão Santa Rita, nesta cidade, a depositar na 2^a Coletoria Estadual local, dentro de 10 (dez) dias, a importância de cinqüenta cruzeiros (CR. \$ 50,00), correspondente à multa que lhe foi imposta por essa repartição, por infração ao artigo 603 do Regulamento de Saúde Pública – isto é – por ter abatido um suíno clandestinamente no quintal de sua pensão e por estar consumindo o produto do mesmo para a alimentação de seus pensionistas.¹⁰⁴

Em Araguari havia um Posto de Saúde que não encontramos fontes que determinassem sua data de criação, que foi fechado, e em 1939 vários artigos no periódico *O Triângulo* reincidem uma narrativa que clama por um Centro de Saúde e uma Inspetoria Médica de Higiene Pública. Vejamos o exemplo de um deles:

Já esta não é a primeira vez que fizemos sentir quanto é grande a falta de um Posto de Saúde, de uma Inspetoria Médica de Higiene Pública em Araguari.

Araguari é uma das três importantes cidades do Triângulo Mineiro, com uma população de 20 mil almas, e não tem serviço público de higiene.

Araguari está necessitando urgentemente desse benefício público. Araguari merece esse serviço.

A higiene pública é tão importante, que não pode ser deixada, como acontece em Araguari, à iniciativa de qualquer um, o que equivale dizer, à iniciativa de ninguém.

Ao preclaro governador Benedito Valadares, em nome dos araguarinos, dirigimos caloroso, veemente apelo a fim de que sua excelência venha ao encontro de mais este nosso justo anseio, solucionando-o com a mesma magnaminidade a que já habituou aos triangulinhas.

O que pedimos é pouco de ser atendido, mas é muito em bem desta coletividade mineira, que, honra seja feita, não desmerece Minas, antes coopera, desde muito, no seu engrandecimento sob múltiplos aspectos.

Araguari precisa urgentemente da criação de um serviço público de higiene que zele científicamente da saúde de sua população.

¹⁰³ CENTRO de saúde de Uberlândia. Palpitante entrevista com o sr. dr. Henrique Furtado Portugal, seu diretor, ora transferido para a cidade de São João Del Rei. O que tem feito esta notável instituição da Saúde Pública e o que precisa fazer. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 12 de fev. 1942, p. 1.

¹⁰⁴ ARANTES, Dr. Luiz Pimentel. Centro de Saúde de Uberlândia. Aviso. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 de jul. 1943, p. 3.

Araguari espera essa dádiva do governador Valadares, e com toda a confiança, aguarda favorável deferimento a este seu apelo.¹⁰⁵

Até 1945 não se tem notícia de inauguração de algum Posto de Saúde na cidade, ficando assim a cidade e sua população à mercê das ações do Centro de Saúde de Uberlândia, de médicos particulares, enfermeiras, da Santa Casa de Misericórdia e de estabelecimentos particulares como a Casa de Saúde Santa Martha.

Imagen 4 – Fotografia da Santa Casa de Misericórdia de Araguari (Década de 1930)



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Araguari “Dr. Calil Porto”.

Cumprir os preceitos do Regulamento de Saúde Pública seria dever de todos para que se pudesse evitar o contágio e o alastramento de doenças infectocontagiosas. A tuberculose é um exemplo de doença que deveria ser a qualquer custo combatida por ser considerada um “déficit coletivo” que, na maioria dos casos, impedia os doentes de continuarem a trabalhar e, quando esse doente morria, se provedor ou provedora da família, fazia aumentar mais ainda os problemas sociais do país. Em Uberlândia, tamanha atenção dada à “peste branca” fica evidente em várias notícias veiculadas pelos jornais:

[...] Entre os subscritores de ações figuram diversos médicos, numa demonstração de solidariedade em benefício do povo e de confiança nos incorporadores da empresa.

É para combater a peste branca. Ao certo não faltarão capitais para que se construa a base desse combate nesta região. Nossos homens de dinheiro sabem avaliar o poderio desse inimigo da humanidade e não desconhecem o quanto de vidas perdemos por falta de um sanatório e o quanto se tem gasto com internamentos noutras partes. E isto fora os menos abastados e pobres que por não lhes ser dado tais recursos, se definharam nas suas cafuas, disseminando a moléstia entre os que ficam.

Uma das causas principais da tuberculose – afirmam os cientistas – é a subalimentação que origina a fraqueza orgânica, dando azo a que

¹⁰⁵ INJUSTIÇA que precisa ser reparada urgentemente. Araguari não tem serviço de higiene pública – Apelo veemente ao governador Valadares. **O Triângulo**, Araguari, 27 de out. 1940, p. 1.

penetrem os micróbios do mal. Por isso que, a par desse empreendimento que se avulta, marchando para a concretização, seria necessária e útil uma campanha intensa pela melhoria de vida do nosso povo, elevando-se seu padrão de vida, para que o sanatório não passe a desempenhar apenas o papel de casa de estágio ou depósito de doentes.

Sua função é curar e efetuar o saneamento direto. Mas é preciso que receba uma colaboração eficiente, com as medidas preventivas que se resumem, pode-se dizer, na melhoria alimentar e higiênica do povo. Isto é, dando ao povo os ensinamentos e os meios de praticá-los. Porque só assim teremos um povo sadio, forte e produtivo.¹⁰⁶

Debruçar-nos sobre a problemática das notícias é um valioso recurso para a tarefa de recontar tramas muitas vezes silenciadas, excluídas por serem os jornais a representação de diversas elites überlandenses. Alguns jornais não se coadunavam aos ideais da política exercida na cidade, estado ou governo federal e em alguns textos revelavam uma Uberlândia que os outros pareciam ocultar, apesar do discurso de progresso quase que universal. O artigo acima expõe a falta de estrutura do município para tratar a tuberculose, mencionando que os doentes tinham de buscar tratamento em outras localidades, mostrando que benfeitorias que deveriam ser atribuições públicas partiriam não raras vezes da iniciativa privada. Assim, alguns médicos e pessoas da elite überlandense se juntam para fundar uma instituição com tais fins, que recebeu o nome de Sanatório de Uberlândia S/A e foi idealizado pelo Dr. Mário Marques da Silva.

Apesar dos esforços empreendidos para a construção do sanatório, este plano nunca se concretizaria. Em 8 de outubro de 1944 o jornal *Correio de Uberlândia* transcreve as palavras do Dr. Mário Marques da Silva que, apontando dificuldades de cunho financeiro “decorrentes da situação criada pelo prolongamento do estado de guerra, acrescidas de possíveis modificações na situação econômica do país e principalmente da nossa região [...]”¹⁰⁷, comunica a dissolução da sociedade e encerra a ideia da fundação de um sanatório.

Ainda que o *Correio de Uberlândia* tente construir em diversas publicações a imagem da cidade como o paraíso na terra e por vezes dissimule a ineficiência do poder público, podemos encontrar textos que contradizem tais imagens e, especificamente no que iremos citar a seguir, são tecidas críticas aos cidadãos ilustres, aos “homens de dinheiro”, com teor de denúncia acerca do episódio da fundação do Sanatório de Uberlândia S/A e de desencanto em relação ao progresso:

O apoio que seria necessário, a colaboração financeira, ficaram inertes, não apareceram como deviam.

Onde se encontram os beneméritos da cidade? Que foi feito das fortunas, propaladas, que não deram sinal de vida, quando ilustre médico

¹⁰⁶ PARA combater a peste branca – Sanatório Uberlândia S/A – Subscritas ações no valor de Cr \$ 400.000.00. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 19 de jul. 1944, p. 4.

¹⁰⁷ SILVA, Dr. Mário Marques da. Ao povo e aos subscritores da Sociedade Anônima Sanatório de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 7 de out. 1944, p. 2.

uberlandense, as conclamou para a construção do Sanatório de Uberlândia?! [...]

Nossas populações vivem em planos extraterrenos, empolgadas por realizações de fundo explicitamente comercial, não lhes sobrando tempo para prestar atenção às clarinadas de esplêndido humanitarismo, tão perfeitamente encarnado no supremo ideal do Dr. Mário Marques da Silva.

Nestas ocasiões, é que sentimos verdadeira aversão pelos estratosféricos negócios de toda a espécie e que pululam neste centro do país, mas sem vislumbres de sentimentos humanos, sem diretrizes de verdadeira fraternidade. [...]

Sabemos, que os demolidores, os eternos “cupins” da coletividade, saíram ao campo com uns palpites em adiantado estado de enfermidade mental... “A construção do Sanatório, redundaria um foco do mal para nossa terra...” Entretanto a tuberculose prolifera, avança, porque não há suficientes diques de repressão ao mísero mal. [...]¹⁰⁸

Enquanto parte da elite não queria um preventório em Araguari, em Uberlândia ocorria o mesmo impasse com a construção de um sanatório para tuberculosos. O receio era de que a cidade fosse infestada por doentes e que isso contaminasse a população saudável.

Outra doença que afetava de forma drástica a população e que se tornou uma das maiores preocupações do poder público e dos médicos era a doença de chagas, que além de ser encarada como um problema para a saúde da nação também significava um obstáculo para a economia. A chagas vitimava as populações principalmente da zona rural, pois o inseto que a transmite, o “barbeiro”, infestava as moradias alojando-se nas frestas das paredes geralmente feitas de pau-a-pique que facilitava seu abrigo e alimentação. Comumente a doença manifestava-se atacando os indivíduos em sua localização cardíaca, fazendo com que o coração pouco a pouco se dilatasse e crescesse, causando fraqueza, inchaço nas pernas, taquicardia e falta de ar. A doença se desenvolvia e poderia se agravar entre pessoas jovens e aparentemente sãs, que não raras vezes eram acometidas por mortes súbitas e inesperadas. Pela intensidade e seriedade que a doença atingia a população rural considerava-se a chagas uma verdadeira catástrofe, sendo uma das principais causas da velha questão de “falta de braços” – termo recorrente nos artigos sobre saúde. Ela atingia milhares de pessoas em plena juventude que poderiam, nas opiniões de médicos sanitaristas do período, estar servindo à economia da nação num setor deficitário como o da agricultura. Além disso, ela acarretava problemas com a ocupação do território nacional e dificultava no alcance de um dos maiores objetivos de Getúlio Vargas: o progresso e povoamento do interior do Brasil.¹⁰⁹

O médico sanitarista Henrique Furtado Portugal – que foi diretor do Centro de Saúde em Uberlândia - escreve ao jornal *Correio de Uberlândia* em 1941:

¹⁰⁸ JÚNIOR, Corrêa. A morte de um ideal. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 31 de out. 1944, p. 1.

¹⁰⁹ KROPF, Simone Petraglia. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 205-227, jul. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500010&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 29/01/2018.

É já a quarta vez no ano que escrevemos sobre moléstia de chagas neste jornal. O motivo é que evidentemente 1941 está marcando uma série de iniciativas, um reavivamento nos estudos dessa endemia, que para uns nem isso é, pois que doença de “cura espontânea”, e para outros como Belisário Pena, o mais temeroso dos flagelos endêmicos dos sertões, desses sertões que fantasias e devaneios mentirosos e romancistas e poetas apresentam como pedaços de terra da promissão, onde reinam a fartura, a saúde e a alegria, quando ao contrário são eles a sede da miséria, da doença, da tristeza e do aniquilamento físico e moral do homem, embora cercado às vezes de terras promissoras, de florestas viçosas e rios fertilizantes, onde num meio às vezes rico, vegeta o sertanejo, idiotizado pela moléstia de chagas, ou caquetizado pela malária ou pela ancilostomose, inteiramente entregue à sua trágica sorte, sem assistência de espécie alguma; [...] da moléstia de chagas ninguém se cura, e a calamidade não se limita a deprimir o físico e o moral de suas vítimas, lesando-lhes órgãos essenciais de saúde e vida; ela os deforma em proporções fantásticas, inutilizando-os por completo, formando aleijados, cretinos, idiotas, paralíticos e papudos, quando ao bôcio se limita a sua lesão. [...] Tudo leva a crer que, talvez a totalidade das populações que moram nas choupanas com “barbeiros” são infestadas. [...]¹¹⁰

Apesar de no período em questão haver um investimento da presença da autoridade sanitária no interior e um maior contato com essas populações antes completamente ignoradas pelo poder público, é possível mensurar a extensão do abandono rural a partir principalmente da constatação de que duas das três cidades de mais destaque da região do Triângulo Mineiro – Uberlândia e Araguari – tinham graves problemas relacionados à saúde e falta de estrutura. O texto de Henrique Portugal – muito embora use expressões de conotação depreciativa que hoje consideramos impensáveis para descrever as características de uma pessoa doente e colabore com a ideia propagada no período de que se o indivíduo não serve de alguma forma a sociedade, ele torna-se elemento inútil – corrobora para pensarmos a realidade da conjuntura da vida de mulheres e homens do sertão do Triângulo Mineiro, que apesar de serem em maior número comparando-se à população urbana, viviam em condições menos desprovidas de recursos estruturais. O próprio termo “sertão” passa a ser sinônimo de abandono, de ausência de identidade nacional e de propagação de doenças endêmicas.¹¹¹

As questões apontadas por Henrique Furtado Portugal sobre as condições de vida do sertanejo já vinham tendo atenção, pois F. Callage publicou um artigo no *A Tribuna* com argumentos semelhantes, em 1937:

[...] Embora tenha a seu favor toda uma literatura sertanista, a sorte, entretanto, não tem melhorado. Continua na mesma, quer na República velha, quer na República nova. As leis sociais que se fazem sem estudos

¹¹⁰ PORTUGAL, Henrique Furtado. Estudos recentes sobre a moléstia de chagas. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 de dez. 1941, p. 11.

¹¹¹ HOCHMAN, Gilberto. **A era do sanitarismo**. São Paulo: Hucitec, 2006.

e, apressadamente, só dizem respeito aos trabalhadores das cidades, enquanto os que vivem nos sertões vivem à míngua de quaisquer recursos de ordem jurídica e social.

Entretanto, o trabalhador nacional, bem merece que se olhe por ele, porque é um ótimo elemento em prol do engrandecimento econômico da nossa terra. No nordeste, no centro e no sul, surge ele sempre cheio de coragem para lutar com a mata bravia, vencer o meio hostil e preparar, enfim, “o ambiente de comodidade e segurança sem o qual não podemos viver e nem prosperar.”

[...] Sob o peso dessas lúcidas razões, caem estes malsinados preconceitos: “o caboclo é fraco, o caboclo é andejo, o caboclo não aprende, o caboclo é desordeiro, enfim, (ilegível) e resumo do absurdo: o caboclo é indolente.

Nada mais injusto do que essas afirmações cediças. O colono brasileiro tem dado as melhores provas de que é um operário agrícola de primeira ordem; ativo, resistente, fisicamente forte, sempre disposto para o trabalho. Apenas e infelizmente, o que lhe tem faltado é o estímulo, o amparo, uma completa proteção de nossa parte, quer social, quer higiênica. Mais nada. Saneado das doenças que o afigem e das misérias que o abatem, teremos, indiscutivelmente, o mais completo dos operários agrícolas, superior mesmo aos de outras nacionalidades.^{112 113}

O texto escrito por F. Callage reclama a mesma situação denunciada por Henrique Furtado Portugal, porém, ao contrário deste, ele abomina os estereótipos e preconceitos mesmo tendo sido escrito quase cinco anos antes. A descrição feita por Henrique Portugal espelha e representa também o imaginário construído em torno do sertanejo desde os anos de 1920 e, por mais que seja legítimo criticá-la, não devemos incorrer no erro de interpretá-la anacronicamente, pois “da mesma forma que os discursos políticos e econômicos tinham suas dissonâncias, próprias dos sujeitos que os proclamavam no espaço público, com a educação e a saúde não foi diferente”.¹¹⁴

Ainda em relação a isso, Bráulio Silva Chaves ressalta que a questão rural era

[...] outra característica interconectada à visão sociológica e antropológica dos especialistas das ciências sociais, ancorados por estudos que faziam a relação entre pobreza e economia. É possível dizer que esse período corresponde a uma nova fase de definição do espaço rural, reinventado pela aliança entre as condições sanitárias, a pobreza e o sertão, em meio ao anseio desenvolvimentista. O espaço rural é definido simbólica e geograficamente como uma zona abandonada, com várias especificidades que faziam com que não fosse possível repetir os métodos utilizados nas coletividades urbanas.¹¹⁵

¹¹² CALLAGE, F. O “mugík” brasileiro. *A Tribuna*, Uberlândia, 17 de fev. 1937, p. 1.

¹¹³ O “mugík” brasileiro faz alusão ao “mujik”, nome dado ao camponês russo que foi servo até o ano de 1861, teoricamente, pois na prática continuou em regime de servidão. Foi conhecido por essa nomenclatura até 1917 e, semelhante ao caboclo do Brasil, trata-se também de uma figura estigmatizada que muitas vezes era retratada como inferior, vivendo também um cotidiano de abandono e miséria.

¹¹⁴ CHAVES, Bráulio Silva. *Conhecimento, linguagem e ensino: a educação em saúde na história da ciência (1940-1971)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, p. 37.

¹¹⁵ Ibidem, p. 133.

Doenças como tuberculose e chagas recebiam atenção por serem consideradas enfermidades com grandes impactos sociais, elas incidiam principalmente sobre a população que se ocupava da mão-de-obra nos campos e na cidade, gerando um déficit coletivo e um dano à integridade nacional. Em Uberlândia e Araguari é perceptível nos discursos a preocupação com o atraso mineiro. De acordo com o mesmo autor,

[...] a partir de um novo momento político do estado, e da constatação de setores de filiações políticas divergentes que havia um atraso mineiro que deveria ser combatido, a produção em Minas deveria ser planejada e o desenvolvimento regional seria expressão de ordem. Mas é importante demarcar que, nos discursos, o progresso mineiro estaria associado ao desenvolvimento sanitário.¹¹⁶

Neste sentido, observa-se que reverberava em Minas Gerais a ideia nacional do melhoramento da saúde pública como indispensável componente do desenvolvimento econômico.

Acreditamos que as benfeitorias sanitárias anunciadas pelo governo estadual e federal para Minas Gerais não tenham chegado – ao menos não até 1945 – às zonas rurais em torno de Uberlândia e Araguari, pois destas não obtivemos quaisquer informações. A ausência dessas informações nos jornais é um dado importante. As fontes falam também quando silenciam. Supõe-se que, caso os melhoramentos tivessem chegado à região em questão, seria algo de suma importância que os jornais certamente enalteceriam para principalmente engrandecer o nome da região, tornando-a mais rica e atrativa em relação as demais.

Além das questões sobre a doença de chagas acima discutidas, as preocupações em relação a ela cresciam na medida em que com o passar do tempo não se descobria qualquer terapêutica eficaz. Os próprios médicos reuniam-se em conferências e reclamavam medidas do governo ante o problema do “mal de chagas”. Sobre isso, nota-se em geral uma visível preocupação dos médicos para com as classes menos favorecidas. São recorrentes os artigos em que eles cobram ações efetivas do poder público e uma maior atenção para atender principalmente as demandas da população mais pobre, relatando por vezes a condição de absoluto abandono na qual elas se encontravam.

Porém, conforme aponta Jean Luiz Neves Abreu, os médicos do período alegam que um dos principais pontos que corroboravam com o atraso rural seria a ignorância de sua população.¹¹⁷ De modo geral, sustentava-se a ideia, aqui já mencionada, de que a

¹¹⁶ CHAVES, Bráulio Silva. **Conhecimento, linguagem e ensino: a educação em saúde na história da ciência (1940-1971)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, p. 36.

¹¹⁷ ABREU, Jean Luiz Neves de. Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais. Sociedade Brasileira de História da Ciência, p. 8. Disponível em: <www.sbhc.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=8> Acesso em 23/10/2017.

ignorância quanto aos preceitos higiênicos era a principal causa das doenças e da pobreza da população brasileira do campo ou da cidade, o que explica todo empenho e clamor em torno da campanha de educação sanitária. Sobre isso, Bráulio Silva Chaves aponta que

o cenário mineiro, nacional e internacional, que forjou a ideia do homem subdesenvolvido, assentou-se em uma tecnicização discursiva, uma espécie de imperativo em que a técnica é vista como fator essencial para superação do atraso. A educação foi também entendida como uma técnica de melhoramento social. Atribuir à educação sanitária tal historicidade contribui para a compreensão da base material das configurações do coletivo.¹¹⁸

O projeto de saneamento do país esteve relacionado ao de nação e desenvolvimento. O contexto histórico deu, portanto, a base para o surgimento de novas práticas sanitárias.

O sentido principal de esclarecer as populações no que tange a higiene seria recuperar para as atividades produtivas o homem brasileiro. Educação e saúde, assim indissociáveis, são colocadas como parte de um projeto maior de modernização, do qual se explanou sobre no primeiro capítulo da dissertação.

Assim, com a ampliação das ações de saúde, educação e propaganda sanitária ganham destaque como pauta no programa governamental de Getúlio Vargas, como iremos debater no tópico a seguir.

2.2 A imprensa e seu papel basilar na estratégia política e na educação em saúde

[...] Esta minha seção, por exemplo, não passa disso. Quando há comentários importantes a serem feitos, críticas ao governo, doutrinas massudas a serem expostas, surtos demagógicos da oposição, ataque às autoridades claudicantes, o jornalista ocupa a parte destinada ao circunspecto artigo de fundo, pretencioso e rijo, que de fundo às vezes nada tem. Aí, de cátedra, declama as suas teorias e arrasa o mundo, convencido de que é na verdade uma força – o quarto poder que se lhe atribuiu, parece-me que com intenções de evidente ironia. Evidente ironia, sem dúvida, porque um poder, quando é poder, merece o respeito dos outros poderes, e a imprensa ainda não conseguiu essa conquista dos bens colimados. Se já houvesse alcançado as honras de poder, estaria a esta hora livre da censura, que os outros poderes, reservando-se as prerrogativas constitucionais no estado de guerra, lhe decretam com a suspensão das garantias. E a coisa mais difícil que conheço é escrever sob a censura. [...] O que irrita no controle do jornal é que a gente redige às

¹¹⁸ CHAVES, Bráulio Silva. **Conhecimento, linguagem e ensino: a educação em saúde na história da ciência (1940-1971)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, p. 30-31.

vezes um comentário com a melhor intenção e com todo cuidado para não infringir os dispositivos da lei, e o censor oficial vem e descobre inconvenientes misteriosos no mais inocente dos editoriais. Cada cabeça, cada sentença: é em virtude da veracidade desse adágio que se torna impossível uma censura uniforme e proveitosa. Onde um percebe perigos monstruosos, outro não vê nada de gravidade.¹¹⁹

Os meios de comunicação, no período aqui abrangido, foram instrumentos decisivos na estratégia do marketing político de Getúlio Vargas. O estabelecimento de mecanismos de controle e circulação de informação iniciou-se já em 1931 com a criação do Departamento Oficial de Publicidade, o DOP, que era incumbido também de fornecer dados e esclarecimentos sobre assuntos oficiais à imprensa. Esse foi o prelúdio da organização e direcionamento da opinião pública em torno da figura de Getúlio Vargas.

O DOP foi reorganizado em 1934 e substituiu-se a nomenclatura por Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Ele foi dividido em três seções, sendo elas: cultura física, cinema e rádio.¹²⁰

Sobre a utilização do cinema como difusor da propaganda política vale destacar o discurso de Vargas publicado no *Anuário da Imprensa Brasileira*:

O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praeiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescendo a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. [...] Associado ao cinema, o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora e varonil.¹²¹

No ano em que o discurso fora veiculado já havia sido criado o DIP (1939) que ampliou a intervenção do Estado no campo dos meios de comunicação, tendo como principais encargos a veiculação da propaganda política e o controle dos meios de comunicação. O DIP coordenava as áreas de radiofusão, teatro, cinema e imprensa, sendo responsável pela censura das questões políticas e daquelas ligadas à conduta moral em defesa dos bons costumes. Todos os jornais deveriam ser registrados no DIP, conforme é possível ver na imagem abaixo, os jornais que circularam em Uberlândia passavam igualmente por esse processo:

Imagen 5 – Reprodução de carimbo do DIP em jornal (1944)

¹¹⁹ PAES, Lycidio. Crônica. **O Bandeirante**, Uberlândia, 9 de out. 1937, p. 2.

¹²⁰ CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. **Estudos Históricos, Mídia**, CPDOC/FGV, nº 31, 2003, p. 6. Disponível em: < http://187.0.209.89/bitstream/fcrb/450/3/LiaCalabre_PoliticasPublicasCulturais_de_1924a1945.pdf > Acesso em 09/05/2017.

¹²¹ DIP. **Anuário da Imprensa Brasileira**, Rio de Janeiro, 1941, p. 122.



Fonte: **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 1 de jan. 1944, p. 1.

O cinema foi usado também como estratégia na difusão de preceitos médico-sanitários, sendo importante ponte entre a ciência e o grande público. O material utilizado para fins de combate às doenças e às grandes endemias era exibido primeiramente para grupos escolares e colégios de Belo Horizonte, e posteriormente distribuído para o interior mineiro.¹²²

As ações de censura, mesmo àquelas anteriores ao DIP, recebiam críticas veladas e outras vezes de maneira mais explícita, como a do cronista do artigo que iniciou este tópico. Em geral, os jornais locais analisados têm muitos artigos elaborados e enviados por órgãos oficiais do governo, porém, talvez até em maior número, encontramos artigos redigidos por médicos, dentistas, professores, políticos, advogados e intelectuais locais. Acreditamos que nas capitais a censura à imprensa se dava de maneira mais intensa, uma vez que lá o serviço era exercido sob as vistas diretas das autoridades superiores do governo federal. Possivelmente, devido a tais razões, não é incomum as opiniões divergentes e críticas em relação não só a censura direcionada à imprensa, mas voltadas também para políticas e questões mais gerais do governo, ainda que tímidas, nas publicações originalmente locais:

[...] Ora, a matéria considerada pela lei como sujeita à proibição de circular é aquela que atenta contra as instituições políticas em vigor, que procura deprimir as entidades de caráter oficial ou as figuras da nossa história e que contenha calúnia ou injúria contra as autoridades.

Fora disso, e respeitadas as circunstâncias transitórias que determinam o sigilo com referência às notícias sobre movimentos militares e demais atividades inerentes ao estado de guerra, a imprensa tem liberdade de discutir todos os assuntos e até de divergir com as medidas administrativas, desde que o faça com a intenção de cuidar do bem público. [...]¹²³

O primeiro artigo, redigido por Lycidio Paes, critica o controle dos jornais referindo-se que isto é feito seguindo apenas a vontade de quem decide, ou seja, não segue determinada

¹²² CHAVES, Bráulio Silva. **Conhecimento, linguagem e ensino: a educação em saúde na história da ciência (1940-1971)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, p. 127.

¹²³ AS PERSEGUIÇÕES à imprensa. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 4 de nov. 1943, p. 1.

coerência e que assim não há como praticar uma censura “uniforme e proveitosa”. A sua crítica não se baseia na censura em si, mas no modo arbitrário que é praticada. Já o segundo artigo, apesar de queixar-se sobre as perseguições à imprensa, o faz com muita cautela provavelmente pelo próprio receio à censura. O autor afirma que “[...] a imprensa tem liberdade de discutir todos os assuntos e até de divergir com as medidas administrativas [...]”, por outro lado, anteriormente havia elencado uma série de pautas proibidas por lei de serem abordadas. Há certas vantagens para os jornais do interior pela distância que estavam da fiscalização oficial, mesmo assim a censura ocorria, de maneira até mais tirana, pois ficavam à mercê do alvedrio de agentes policiais e delegados locais que não se baseavam numa mesma lógica ou razão – o que não quer dizer, de modo algum, que os critérios dos censores oficiais não eram também variáveis –, censurando publicações da cidade e as importadas de outras regiões:

Imagen 6 – Representação de censura jornalística praticada pela polícia (1931)



Fonte: **A Tribuna**, Uberlândia, 9 de ago. 1931, p. 4.

Muitos dos periódicos aqui analisados eventualmente teciam elogios à polícia e delegados, quem sabe como um método de evitar desavenças e não sofrer represálias. O jornal *O Estado de Goyaz* traz um desabafo de como funcionaria a censura nos jornais interioranos:

[...] O simples fato de um periódico discordar da maneira por que um inspetor de quarteirão ou um fiscal de posturas municipais exercem os

seus deveres é suficiente para que haja inquérito, denúncia, pronúncia e finalmente a sentença absolutória de um magistrado do Tribunal de segurança declarando que a ocorrência incriminada não constitui delito ou que os autos não encerram prova contra o indiciado. Dirão que com esse epílogo está sanado o dano porventura iminente para o jornalista. Quanto ao aspecto moral, assim acontece; mas a verdade é que até chegar a essa conclusão já ele sofreu a pena física dos trabalhos, dos incômodos, das apreensões e a pena monetária das despesas com advogado, selos para documentos e outras indefectíveis exigências processuais. [...] Já foi noticiado e repetido o fato de jornalistas desta cidade serem processados por haverem pedido providências contra furtos de carteiras e contra a extensão da jogatina. [...] Criticar, manifestando parecer favorável ou contrário, não é injuriar nem caluniar; é prever, é auxiliar, é construir. Essa é a função da imprensa. [...]¹²⁴

Isto posto, pode ser que um dentre diversos motivos que existem para os jornais retratarem Uberlândia e Araguari como cidades livres de crime ou se omitir diante das situações de precariedade da segurança pública ou outros problemas municipais, seja o receio de se indispor com as autoridades policiais e políticas e das consequentes retaliações.

A propaganda por meio da imprensa tornou-se instrumento oportuno na estratégia política estado-novista. A imprensa como canal de interlocução entre Estado e povo tencionou manipular pela propaganda, sendo também um dos instrumentos de repressão já que excluía a veiculação de ideias que se opunham ao regime. Na Constituição brasileira de 1937, mais precisamente no artigo 122, lê-se que todo cidadão tem direito de manifestar seu pensamento por quais vias se quiser desde que esteja dentro das condições e limites prescritos na lei – exceto a partir do dia 31 de agosto de 1942 em que é declarado estado de guerra em todo território nacional e essa parte da Constituição deixa de vigorar –, podendo prescrever “com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematográfico, da radiofusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação.”¹²⁵ Ao legalizar a censura prévia aos meios de comunicação justificou-se, também na Constituição, que essas eram medidas para impedir manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes.

Ao elegerem-na como veículo oficial da ideologia estado-novista, foi então a imprensa incumbida como a principal responsável pela defesa da unidade nacional e manutenção da ordem. Ela foi regida por lei especial que determinava, entre outras coisas, que nenhum jornal poderia recusar a publicação de comunicados do governo. A lei também proibia o anonimato, sob pena de prisão contra o diretor responsável e pena pecuniária aplicada à empresa em caso de desobediência, o que consiste em mais uma forte pista de que os jornais de Uberlândia e Araguari não eram assistidos assim tão de perto pelos censores oficiais do governo, pois são inúmeros os artigos disseminados sem qualquer

¹²⁴ O PAPEL da imprensa. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 27 de jan. 1945, p. 3.

¹²⁵ Art. 122. DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

identificação. Os processos baseados em infrações publicitárias eram julgados pelo Tribunal de Segurança.

Durante o Estado Novo exterminou-se a liberdade de imprensa e fora admitida a censura a todos os veículos de comunicação. A imprensa, exercendo função de caráter público, foi um dos mais caros dispositivos na execução da prática de poder:

A propaganda política é estratégica para o exercício do poder em qualquer regime, mas naqueles de tendência totalitária ela adquire força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula.¹²⁶

Os meios de comunicação reforçavam então os chavões carregados de forte apelo para produzir cidadãos fortes que pudessem impulsionar a pátria. Afastando-se quase sempre as críticas e as informações contrárias e denominando esse ato como uma proteção aos “interesses nacionais”, Getúlio Vargas conseguiu assim reforçar sua imagem de benfeitor da classe trabalhadora.

O rádio, veículo de comunicação à distância e consequentemente de grande penetração pública, teve seu crescimento acelerado na década de 1930 tornando-se muito popular após o término da Segunda Guerra Mundial.¹²⁷ Com o exercício de Vargas no poder houve uma atuação efetiva do Estado sobre o sistema de radiodifusão, por meio das ondas intentaram levar a educação nacional e praticar controle estatal, continuamente policiando os assuntos e o caráter do que era divulgado. Nota-se, nos jornais, muito dos conteúdos divulgados pelo rádio como um método do governo para atingir a massa, especialmente palestras proferidas sobre saúde.

Por mais que o melhor veículo de propaganda neste contexto fosse o rádio, pelo Brasil ser um país com elevado índice de analfabetismo – estima-se que em 1940 a taxa de analfabetismo era de 55,9% entre a população com mais de 15 anos¹²⁸ – e com grandes dimensões geográficas, os jornais também adquiriram a função de órgão cooperador do poder público. É sabido que rádio era aparato raro para a população do campo nesse período. O jornal, então, ainda mais. Os dados apontam que a população de Minas Gerais

¹²⁶ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 169.

¹²⁷ CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. **Estudos Históricos, Mídia**, CPDOC/FGV, nº 31, 2003, p. 1. Disponível em: <http://187.0.209.89/bitstream/fcrb/450/3/LiaCalabre_PoliticasPublicasCulturais_de_1924a1945.pdf> Acesso em 09/05/2017.

¹²⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do século XX**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/seculoxx.pdf>> Acesso em 10/12/2017.

em 1940 era de 66,44% pessoas analfabetas.¹²⁹ Não obstante, importa comentar que os hábitos de leitura também incluíam outras formas. Notícias veiculadas nos jornais poderiam alcançar um público maior, pois muitas delas eram lidas ou comentadas em locais públicos, como cafés e outros estabelecimentos comerciais.

O jornal se constitui como – arriscamos, porém, afirmamos – a fonte mais rica para reflexões que possibilitem a compreensão desse período que passava por constantes transformações. Acreditamos que por meio dele podemos mensurar não só a representação da necessidade de constituição de uma sociedade obediente e saudável, mas especialmente como ele se constitui em um palco para diversos tipos de representação, onde, ao reiterar os valores burgueses, contribui para mascarar uma sociedade controversa como se fosse uma sociedade harmoniosa.

A imprensa é entendida como elemento crucial para difundir o projeto nacional de educação sanitária. Para se realizar os propósitos dos programas médico-sanitários fora primordial a inclusão da mídia impressa que serviu como uma das principais difusoras de ideais não só do regime, mas também de normas de saúde. Bráulio Silva Chaves aponta que

a educação em saúde partilha das características de duas situações de comunicação, de dois contratos: o didático, do aprendizado, mesmo não estando, exclusivamente, no círculo formal de aprendizado; o midiático, da vulgarização do saber para o público de não especialistas.¹³⁰

Assim, os jornais enquanto forma de ensino e divulgação de saberes sanitários foram utilizados com a intenção de aumentar a abrangência e legitimar os preceitos científicos. Almejava-se, com a educação em saúde, influenciar a consciência geral para que afetasse o cotidiano familiar de tal forma que proporcionasse paulatinamente o aprimoramento dos indivíduos, para o bem da coletividade e progresso do Brasil.

Relacionados às políticas educacionais e de saúde ampliou-se, no período em que Vargas comandou o Brasil, programas que tinham a intenção de criar uma conscientização sanitária e higiênica e que eram parte essencial de um projeto maior, de um projeto nacionalista que buscou modificar a realidade do país e a formação de um “novo homem brasileiro”. Todavia, Jean Abreu aponta que já “desde os anos 1920, relatórios oficiais

¹²⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Série Regional, Parte XXIII – Minas Gerais. **Recenseamento Geral do Brasil de 1940**, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p. 562.

¹³⁰ CHAVES, Bráulio Silva. **Conhecimento, linguagem e ensino: a educação em saúde na história da ciência (1940-1971)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, p. 118.

indicam que o governo estadual procurou intensificar a propaganda e educação higiênica por meio de palestras, distribuição de folhetos, artigos, notas de imprensa e filmes.”¹³¹

Para viabilizar os empreendimentos por uma educação e propaganda higiênica no governo Vargas, o papel do Serviço Nacional de Educação Sanitária fora fundamental, uma vez que tinha como uma de suas principais funções desenvolver ferramentas para realização do projeto de saúde pública do governo.

A educação sanitária, maquinada pelo SNES, era vista como peça chave na construção do “novo homem brasileiro”. O “melhoramento da raça” – termo recorrente nos artigos médico-sanitários – só seria possível por intermédio de uma boa educação, acreditava-se que por meio de ensinamentos e explicações o indivíduo adquiriria certa consciência e passaria a seguir as normas higiênicas, o que consequentemente aprimoraria sua genética e melhoraria o meio em que se vive. Ainda de acordo com Bráulio Silva Chaves, em Minas Gerais a educação sanitária foi

elemento de força – prática e discursiva – dos projetos de desenvolvimento regional e nacional que se amoldam [...]. Tal assertiva implica em dizer que a educação sanitária tornou-se um elemento constitutivo da base material de uma dada sociedade e que, portanto, ela transitou por entre projetos, ações e mobilizações de diversos atores em Minas Gerais, que diagnosticaram um atraso no desenvolvimento mineiro e se propuseram a propor alternativas para superá-lo.¹³²

A educação sanitária era vista como a redentora da saúde nacional. Introduzir uma consciência sanitária pela informação e instrução de bons hábitos por meio de recursos de comunicação levaria os indivíduos involuntariamente a colaborar em seu próprio benefício o que consequentemente também traria lucro ao Estado. As instituições escolares, a Igreja, a família e as mídias como o rádio e o jornal contribuiriam para a formação de uma sociedade mais saudável e foram os principais executores desse programa político que ambicionou o estabelecimento de hábitos higiênicos.

O SNES colocou em prática uma política de fiscalização e regulamentação, orientando os profissionais da área da saúde, sendo o órgão federal encarregado também pela propaganda, disponibilização do material para as mídias e por direcionar as ações de educação sanitária em âmbito nacional. O SPES e o SESP eram os responsáveis pelos materiais publicados, mas os jornais da região publicavam, em sua maioria, textos relacionados à saúde enviados por serviços não oficiais do governo, e sim por profissionais

¹³¹ ABREU, Jean Luiz Neves de. Educação sanitária e saúde pública em Minas Gerais na primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 17, n° 1, 2010, p. 204. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000100013&lang=pt> Acesso em 05/04/2017.

¹³² CHAVES, Bráulio Silva. **Conhecimento, linguagem e ensino: a educação em saúde na história da ciência (1940-1971)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, p. 34.

do campo científico da região e de outros estados. Além disso, é perceptível por meio dos jornais que os anúncios sobre clínicas médicas e consultórios dentários locais, laboratórios de análises clínicas e médicos especialistas em diversos segmentos aumentaram no período, demonstrando o crescimento do interesse no quesito de saúde.

Portanto, foi o jornal instrumento precípuo na transmissão de medidas complementares de higiene na tentativa de diminuir a contaminação e propagação das doenças endêmicas, informar sobre as demais doenças, e enaltecer os bons hábitos higiênicos e de nutrição que a população deveria contrair.

A atividade jornalística é uma prática de cunho político-ideológico influída pelo seu meio social e histórico. Por isso, não existe neutralidade naquilo que é veiculado, e isso se aplica também na elaboração dos discursos médicos já que são eles condicionados por diversos fatores: sociais, políticos, econômicos, culturais. Segundo Ciro Marcondes Filho

o jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar à suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade.¹³³

Assim, os jornais deixam transparecer suas tendências políticas e estavam quase sempre coadunados à elite e consequentemente à administração citadina. O jornal *O Triângulo*, de Araguari, foi fundado em 1929 pelo jornalista Dr. Celso Santos, conforme publicado na edição n. 104 de 28 de julho de 1930. Ele teve como um de seus diretores e colaboradores nas matérias jornalísticas Jeovah Santos, o prefeito da cidade de 1935 a 1944. Isso elucidaria o motivo do partidarismo a Jeovah Santos e ao seu pai, Marciano Santos. Já no ano de 1939 o jornal passou a ser de propriedade de Souza Júnior e irmão, tendo Souza Júnior como diretor e Nicanor de Souza – jornalista conhecido no Triângulo Mineiro – como redator chefe. Em 1941 *O Triângulo* torna-se jornal diário, o que foi um marco da imprensa araguarina.

O periódico *A Tribuna* foi criado no ano de 1919 circulando até 1944. Sendo de propriedade de uma associação teve Agenor Paes como seu diretor e redator chefe após 1920. O jornal era ligado e tinha como sócios várias personalidades da classe política e abastada da cidade, como João Severiano Rodrigues da Cunha, Eduardo Marquez e Tito Teixeira, constituindo-se, assim, como grande colaborador do poder público.

O *Correio de Uberlândia* foi fundado em 7 de fevereiro de 1938 por José Osório Junqueira e dirigido por seu filho Osório Junqueira. De acordo com Cassiana Camargo, a inauguração do jornal se deu “num momento em que a elite letrada da cidade já possuía

¹³³ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1989, p. 11.

conhecimento do poder político e social que poderia alcançar por meio desse veículo de comunicação.”¹³⁴ O jornal se afirmou no meio social überlandense por sua teia de relações com pessoas influentes da cidade e região, consolidando-se como um espaço de poder ao representar a elite citadina e ao direcionar as notícias conforme seus interesses. Em 1939 tinha como diretor Ary de Oliveira e como redator chefe Abelardo Junqueira. Na década de 1940 foi vendido à Nicomedes Alves dos Santos, Alexandrino Garcia e a João Naves de Ávila, todos também ligados ao setor político, eram grandes empresários e pertencentes à alta sociedade de Uberlândia. O jornal encerrou suas atividades em 2016.

O *Jornal de Uberlândia* foi fundado por Odorico de Paula como um órgão do Partido Progressista e seu redator chefe era o jornalista José Ayube. O periódico era um bi semanário e circulava todas as terças e sextas desde o ano de 1935, conforme consta no próprio jornal. Uma nota interessante presente no jornal diz respeito ao conteúdo do material publicado: “A redação faculta aos seus colaboradores franca liberdade de pensamento, sem contudo se responsabilizar pelas opiniões omitidas, ainda mesmo as que se apresentem sob pseudônimos.”¹³⁵ Conforme já mencionado, a Constituição de 1937 proíbe o anonimato e, no caso de descumprimento, diretor e empresa seriam punidos e multados. Por mais que o jornal faça esse esclarecimento, isto não o isenta da responsabilidade e é mais uma pista que aponta que algumas práticas proibidas por lei era práxis “livre” da imprensa de Uberlândia e Araguari, já que em todos os jornais analisados podemos conferir a falta de identificação em crônicas, anedotas e textos sobre os mais variados assuntos, polêmicos ou não. Supomos que tenha encerrado suas publicações em 1942.

O *Bandeirante* tinha como diretor o advogado Jacy de Assis – secretário da União Democrática Nacional – e como redator Lycidio Paes. Ele se denominava como órgão político filiado à UDN e não se intimidava em abertamente tecer suas críticas ferrenhas à Vargas, apoiando o presidenciável de 1937 Armando de Salles Oliveira. Acreditamos que o jornal tenha encerrado suas atividades após o golpe de 10 de novembro de 1937.

O jornal *O Estado de Goyaz* era um bi semanário que circulava toda quinta e domingo e teve como seu fundador, diretor e redator o jornalista José Ayube, também redator do *Jornal de Uberlândia*. Ele se intitulava um órgão independente e noticioso. José Ayube era conhecido como simpatizante do comunismo e foi perseguido nas várias cidades de Goiás em que morou por conta de seu posicionamento político, das opiniões e das denúncias sobre a administração pública que expunha nos jornais. Lembrando que, após 1930 e, principalmente após o Estado Novo combatia-se o comunismo, dentre algumas

¹³⁴ CAMARGO, Cassiana. **Cultura letreada e impressa: o jornal Correio de Uberlândia 1938 – 1960.** 2004. Monografia (História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004, p. 9.

¹³⁵ **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, 24 de mar. 1942, p. 2.

razões, por veicularem ideias que o governo instituído julgava não serem adequadas à realidade brasileira que se pretendia construir.

Em Pires do Rio/GO, Ayube fundou *O Estado de Goyaz*, porém, em 1935, por desentendimentos na cidade mudou-se para Uberlândia, continuando a editar o seu jornal. O jornalista denunciou em seu bi semanário as truculências do prefeito Jeovah Santos de Araguari para com a oposição e contra qualquer cidadão que contrariasse as suas vontades, e se indispôs também com autoridades políticas de Uberlândia:

O juiz Pedro Borges, do Tribunal de Segurança, presidiu ontem o julgamento do processo em que eram réus os jornalistas José Ayube, Pedro Jonas e João de Oliveira, acusados de incursos no artigo 3º inciso 25, do decreto-lei 31, por haverem injuriado o prefeito de Uberlândia, em Minas. [...]

O juiz absolveu os acusados e recorreu ex-ofício para o Tribunal Pleno. Como a decisão final estivesse ainda dependendo de confirmação do Tribunal Pleno, para o qual, ex-ofício recorrera o sr. juiz julgador, os detratores dos três jornalistas de Uberlândia, mostraram alimentar uma esperança – e isto estava estampado nas suas faces enxutas e desnutridas de siso – de verem coroada de êxito mais essa torpe tentativa. Mas, a mentira tem pernas curtas e as falsas acusações destruídas pelas provas documentais e testemunhas altivas e sensatas, mereceram o apoio da justiça que surgiu como alfanje decepando a vileza pela cabeça, reduzindo-a às expressões a que sempre fizera jus. [...]¹³⁶

Apesar de Ayube transmitir abertamente notas contra o fascismo e publicar reuniões comunistas e trechos de discursos de Luís Carlos Prestes, este também não deixa de publicar os atos e ideais do programa de governo de Getúlio Vargas. O jornalista morre em janeiro de 1945, aos 40 anos, por um atropelamento de carro em Goiânia. O jornal continua em funcionamento após a fatalidade ocorrida.

Voz Central foi um jornal dirigido e fundado por Lycídio Paes. Sua fundação data de 1940 como um órgão udenista, partido de oposição ao prefeito Vasconcelos Costa. O jornal *Correio de Uberlândia* – quase sempre partidário dos grupos que obtinham o domínio político e econômico – critica as opiniões da *Voz Central*, que estaria praticando uma injustiça ao tecer questionamentos sobre a administração de Costa:

[...] A crítica que “Voz Central” vem fazendo da administração do dr. Vasconcelos Costa é perfidamente injusta. Ela desgosta até aos seus próprios correligionários. Negar a belíssima administração do jovem prefeito é mentir a si mesmo. Em tudo que ele realizou e continua realizando, não se nota uma falha sequer. Não há um só ato na sua administração, até o momento presente, que possa desmerecer a sua personalidade vigorosa de moço trabalhador, culto e honesto.

¹³⁶ ABSOLVIDOS os três jornalistas de Uberlândia. O Tribunal Pleno negou provimento à apelação interposta, sustentando a decisão do juiz. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 31 de ago. 1941, p. 1.

Nossa ilustre colega diz que não prescinde de fazer críticas aos atos administrativos. Esse direito ninguém lhe tira. Mas faça com elegância, com altivez de atitude e sem falsear a verdade. [...]¹³⁷

Paes atuou em vários jornais de Uberlândia no período de 1930-1945 e destacou-se também escrevendo para outros jornais dentro e fora do estado de Minas Gerais. Como cronista, deixou vestígios que representam o espaço urbano e a memória do cotidiano überlandense num contexto de advento da modernidade. Regma Maria dos Santos assim o descreve:

Apesar de ser bastante crítico com relação à atividade do cronista que trava um embate às vezes desleal com o tempo, o que influencia na qualidade do que produz, Lycídio Paes não se furtou em valorizar sua produção. Sua humildade não afetava seu estilo polêmico, mas o forçava, por alguns momentos, a considerar exagerados os elogios que recebia. Dentre esses, o de “príncipe dos jornalistas”, “patrimônio humano da cultura local”, “Assis Chateaubriand do Brasil Central”, dentre outros. No entanto, concordamos que suas reflexões possibilitam a compreensão de um período da história que passou por constantes transformações.¹³⁸

Voz Central publicava-se diariamente e era dedicado, de acordo com o próprio jornal, “aos interesses de toda zona conhecida por Brasil Central” e tinha como colaboradores permanentes o advogado Jacy de Assis, o professor Nelson Cupertino, Francisco Britto, Eurico Silva e Alcides de Avellar, além do próprio Lycídio Paes.

Lycídio Paes também foi inspetor escolar do município de Araguari e secretário da prefeitura no período em que Mário da Silva Pereira foi prefeito.

As mesmas pessoas se revezavam na diretoria, redação e propriedade dos jornais, quase sempre coadunadas ao poder político local, entretanto, sempre, sem exceções, ocupavam lugar privilegiado na sociedade. A mídia impressa das duas cidades não deve ser encarada como campo homogêneo, já que os indivíduos que nela se inseria tinham ideias diferentes sobre mundo, divergiam em suas doutrinas e princípios, apesar de nem sempre poderem expressar isso por conta da censura vinda de diferentes vertentes. Há de se supor que se a censura foi um meio utilizado e caro tanto para o Estado quanto para os municípios e em tal intensidade, é que ideias e discordâncias em relação ao poder instituído nunca deixaram de aparecer.

A imprensa é constituída por seres plurais com diferentes paixões e desejos e, por isso, são parciais. Foi necessário explanar mesmo que ligeiramente sobre a história dos próprios jornais, as posições políticas de seus proprietários, a linha ideológica seguida e a que grupo político e econômico estão vinculados para melhor compreendermos seu papel e

¹³⁷ OLIVEIRA, Alves de. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 de out. 1945, p. 1.

¹³⁸ SANTOS, Regma Maria dos. Espaço e memória: representações sobre a cidade nas crônicas de Lycídio Paes. **Espaço em Revista**, vol. 3, nº 2, jul. dez. 2011, p. 71.

lugar como fonte de reconstrução de um passado e como agente ativo na configuração histórica ao ser palco difusor de ideologias e projetos políticos, como a educação sanitária.

É certo que nas representações coletivas construídas nos jornais locais havia uma mitigação sobre os problemas sociais tanto da cidade quanto do Brasil, se este último caso ocorria por uma obrigatoriedade que o governo incidia sobre a mídia, o primeiro justifica-se que a mando das cidades estavam pessoas influentes que integravam a classe imperante e por conta do emaranhado de relações e alcance de seu poderio acabavam por ter o apoio dos meios de comunicação. Diga-se, a politicagem governamental e local detinha meios de fazer articulações para manipular a opinião pública. Prova disso é que em Uberlândia, no ano de 1943, a autoridade incumbida de fiscalizar a imprensa era o próprio prefeito:

Recebeu o prefeito municipal o seguinte ofício:

Senhor prefeito, tenho o prazer de levar ao vosso conhecimento que fostes designado pelo Sr. Governador do estado para representante do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda nesse município.

No exercício dessas atribuições, devereis conservar vos em contanto com esta diretoria, não só para o fim de prestardes as informações que vos forem solicitadas sobre obras realizadas no município e outros elementos que interesseem aos trabalhos deste Departamento, como para *orientardes*, em colaboração com as autoridades policiais, os serviços de imprensa, rádio, teatro e diversões públicas no município, em conformidade com as disposições da legislação atualmente em vigor. [...]¹³⁹

Como *orientardes* lê-se *censurardes*. O prefeito em questão era Vasconcelos Costa, este posto facilitou que o que não conviesse ao governo ou ao município não fosse exposto.

O que se reflete nos jornais são as ideias e sentimentos de um grupo social – ou parte dele – por isso ele consiste em lugar privilegiado da memória. Mesmo nos textos que por canetas locais foram delineados percebe-se o enredo ufanista das ideias. O reerguimento do nível de vida em todas as esferas era a principal aspiração das elites e o que Vargas buscou durante os 15 anos desse nebuloso período. Pregou-se a ordem e a civilidade, o amor e o respeito à pátria e aos símbolos nacionais em todos os veículos impressos de comunicação überlandense e araguarino, sem nenhuma ressalva. O discurso varguista era o reflexo das predileções da burguesia e das ideologias e experimentos que estavam acontecendo em todo o mundo. As ideias e campanhas que os jornais veiculavam estavam voltadas aos interesses desses grupos. Portanto, por mais que houvesse a coerção para se publicar, o conteúdo difundido pelos jornais são as intenções da elite na emergente sociedade capitalista do Brasil.

Destarte, entendemos o jornal como agente social que produz sentidos ao compartilhar e disseminar concepções, modos de viver e refletir seu tempo, mas apenas do

¹³⁹ SILVA, Cristiano Martins da. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 de abr. 1943, p. 2.

grupo privilegiado que tinha vozes autorizadas. Os destinatários dos jornais e a memória que se pretende perpetuar a partir deles podem ser medidas em um só lugar... Está implícito na coluna social.

2.3 A difusão dos princípios higiênicos na imprensa local: principais colunas e temas

[...] É preciso pois, para a obtenção de perfeita odontogenia da criança, que a gestante receba alimentação rica de cálcio e vitaminas, leve vida moderada mais possível dentro da natureza, beneficiada pela ação fortalecedora dos raios solares. É cedo que se devem corrigir quaisquer defeitos de nutrição, compreendendo-se melhor os verdadeiros preceitos de higiene, desprezando-se os preceitos da ignorância, para que surjam novas gerações fortes, perfeitas. [...]¹⁴⁰

Por meio do artigo citado acima e de inúmeros outros que reincidem modos de pensar podemos conferir como o discurso médico incorporou, em grande medida, o discurso oficial do governo, colaborando assim para que a educação em saúde, para além do ensino de hábitos higiênicos, também fosse mais um artifício para enfatizar o nacionalismo, o patriotismo e a religião, com a intenção de moldar um brasileiro que trouxesse benefícios à nação; embasando-se nos alicerces teóricos da eugenia. Para Jerry Dávila

os eugenistas brasileiros diferiam dos de outros países no grau em que levavam a eugenia para fora do laboratório e para dentro das políticas públicas [...] O consenso entre os formuladores de políticas era que as escolas eram as linhas de frente da batalha contra a “degeneração”. Os educadores transformaram as escolas em laboratórios eugênicos – lugares onde ideias sobre raça e nação eram testadas e aplicadas sobre as crianças.¹⁴¹

O discurso médico foi então condicionado pela conjuntura política, econômica, cultural e social, ecoando também os discursos que estavam sendo feitos em outras partes do mundo.

A eugenia foi ao mesmo tempo um movimento social e uma corrente científica que se dedicava a pensar soluções para o melhoramento da sociedade, principalmente por meio da regeneração física, psíquica e mental do homem. Tal corrente parece ter influenciado largamente os discursos e práticas médicas e políticas dos anos de 1930 e 1940 como iremos identificar ao longo dos próximos tópicos e em vários trechos de artigos sobre saúde

¹⁴⁰ FERREIRA, Dr. Oswaldo O.. (Diretor da Assistência Dentária Escolar de Uberlândia). Odontologia. *Jornal de Uberlândia*, Uberlândia, 13 de jun. 1941, p. 3.

¹⁴¹ DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 55.

citados neste. Respaldamo-nos em Nancy Leys Stepan para corroborar com o desenvolvimento das nossas problemáticas relacionadas às conexões existentes entre eugenia e sanitarismo. A autora afirma que “estrutural e cientificamente, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ‘ramo’ da higiene.”¹⁴²

A educação sanitária era entendida, na conjuntura em questão, como peça principal na formação do “novo brasileiro”. A educação higiênica fazia parte da estrutura curricular das escolas como item obrigatório para formação do alunado desde a proclamação da República, mas a Constituição de 1934 estabeleceu concretamente a relação entre saúde e educação a partir de referenciais eugênicos: “Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...] b) estimular a educação higiênica; [...] g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.”¹⁴³ A educação em saúde seria, portanto, o principal auxílio para o êxito das medidas eugênicas que resultaria também na melhora do estado geral da saúde pública brasileira.

De acordo com Eliane Vianey de Carvalho, no estado mineiro, na primeira metade do século XX

[...] aos poucos foram surgindo projetos e ações para a educação popular e para a saúde pública. Grande parte das intervenções governamentais republicanas no âmbito social voltou-se para a educação, a saúde, a assistência aos menores em estado de abandono, para os alienados e desvalidos, assim como para investimentos que buscavam expandir a produção agrícola e implantar e ampliar indústrias, consideradas, na época, indispensáveis ao progresso do país.¹⁴⁴

O conjunto de palavras-chave evidenciado nos jornais de Uberlândia e Araguari em artigos relacionados à saúde dá a base para compreendermos o que governo, sociedade e medicina entendiam por educação sanitária, eugenia e higienismo. Os termos com uma incidência maior no conteúdo dos textos nos dizem o grau de importância estabelecido entre as diversas pautas que convergiam para auxiliar na grande tarefa de tornar o Brasil moderno e sadio.

Nos periódicos analisados se destacam os tópicos sobre saúde intitulados “Diretoria de saúde pública do estado de Minas Gerais” que, em geral, eram avisos sobre vacinas, surtos de doenças e outros procedimentos vindos da Inspetoria de Demografia e Educação

¹⁴² STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 348. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7bxz4/pdf/hochman_9788575413111-11.pdf> Acesso em 16/01/2018.

¹⁴³ Art. 138. DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934.

¹⁴⁴ CARVALHO, Eliane Vianey de. **A emergência das práticas médico-educativas da saúde pública estadual de Minas Gerais (1910-1935)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 39.

Sanitária e do Centro de Saúde de Uberlândia; “o preceito do dia”, pequenos textos sobre saúde enviados pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária e pelo Serviço de Propaganda e Educação Sanitária; “pela saúde pública”, artigos redigidos pelo Centro de Saúde de Uberlândia; “educação sanitária”. Mas os artigos mais constantes são aqueles assinados por profissionais da saúde da região do Triângulo Mineiro e alguns de outras localidades.

Conteúdos muito reincidentes são as transcrições das palestras dadas pela rádio por educadores e médicos bem como notícias sobre seminários e congressos sobre saúde, aconselhamentos sobre a alimentação dos recém nascidos, o preparo de alimentos naturais, nutrição, saneamento rural, higiene física e mental, prevenção de doenças, puericultura, educação sexual, alcoolismo, asseios do cotidiano como fazer as necessidades fisiológicas em locais adequados, tomar banho e escovar os dentes, prevenção de acidentes no trabalho, etc.. Nesse período de desenvolvimento do capitalismo o Estado passou a se preocupar com os processos biológicos populacionais. Portanto, temas como a proliferação de doenças, os nascimentos e a mortalidade infantil, o nível de saúde, a longevidade, a habitação, a migração, entre outros, estavam no centro das estratégias de governo.¹⁴⁵

A lista do sanitarismo tinha como programação essencial a interiorização da saúde pública. Para tanto, investiu-se em milhares de artigos disseminados em jornais de todo o Brasil que versavam sobre as doenças. Jean Luiz Neves Abreu aponta que “[...] o material não só expunha as formas de transmissão das doenças, mas também as formas de obtenção do diagnóstico e tratamentos disponíveis.”¹⁴⁶ Os textos em geral abordam todas as etapas das doenças e as formas de contágio, assim como as medidas preventivas fundamentais para evitar-se a propagação:

[...] A febre tifóide transmite-se de modo direto ou indireto. O contágio direto é o contágio inter humano, aquele que se efetua entre o indivíduo saudável e o indivíduo doente. Este contágio direto se exerce por intermédio dos produtos de excreção do doente (saliva, fezes, vômitos, urinas, e tem por motivo o desrespeito às regras de asseio e de higiene individual).

Mas o doente não é a única fonte de contágio, pois certos indivíduos convalescentes de febre tifóide ou mesmo certos que nunca tiveram a doença, são capazes de eliminar, pela urina ou pelas fezes, o micrório da infecção tífica.

O contágio faz-se por meio dos alimentos contaminados pelos bacilos da febre tifóide, tais como a água, legumes crus, etc..

As moscas constituem também um meio importante de propagação da moléstia.

Além das medidas destinadas à proteção das águas, temos mais os seguintes meios para que seja evitada a febre tifóide: 1) Nas casas onde aparecer doente com sintomas suspeitos de febre tifóide, (cansaço, falta de apetite, dor de cabeça, vômitos, febre, diarréia, etc.) pessoa responsável pelo doente deverá chamar o médico e comunicar ao Centro de Saúde, a

¹⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 131.

¹⁴⁶ ABREU, Jean Luiz Neves. Imprensa, educação sanitária e interiorização do sanitarismo em Uberlândia (1938-1950). **Revista de História Regional**, vol. 18, 2013, p. 99. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/4635/3512> Acesso em 10/05/2017.

fim de ser feito o diagnóstico da moléstia. Para isso o médico recolherá sangue do doente para ser levado ao laboratório.

2) Feito o diagnóstico, o doente será isolado, em domicílio, ou, de preferência, no hospital, e as pessoas em comunicação com o doente serão sujeitas à vigilância médica. O doente isolado terá o seu leito separado, as suas roupas deverão ser recolhidas em vasos contendo soluções de desinfetantes ou serão sujeitas à fervura.

3) Os produtos de excreção do doente (escarros, vômitos, urina, fezes) serão recebidos em vasos desinfetados e serão em seguida lançados à latrina.

4) Conservar em bom funcionamento as instalações sanitárias.

5) As pessoas que lidam com o doente devem lavar freqüentemente as mãos, pois são as mãos contaminadas que levam à boca os germes da moléstia.

6) Na ocorrência de febre tifóide numa casa todas as pessoas deverão evitar os alimentos crus e o leite deverá ser fervido e conservado ao abrigo das moscas.

7) Proibição de visita ao quarto do doente.

8) Combater as moscas, não consentindo que se acumulem nos terreiros restos de comida e de lixo.

9) A saúde pública, nos casos de febre tifóide, procederá à vacinação das pessoas residentes na vizinhança das casas dos doentes. Esta vacinação preventiva contra a febre tifóide é feita gratuitamente, sem perigo e de grande eficiência.

Podemos adiantar que o Centro de Saúde desta cidade pratica a vacinação ante tífica das 8:30 às 11 horas de todos os dias úteis.

Finalmente, podemos tranquilizar os habitantes da cidade, com a palavra dos médicos, afirmando que o surto desta moléstia nenhum alarme deve causar, visto que todas as providências foram tomadas para circunscrever o mal, do qual provavelmente não sucumbirá nenhum dos enfermos.¹⁴⁷

As ações pedagógicas aplicadas no campo da saúde eram vistas então como um dos principais meios para se sanar os males da população. A interiorização da saúde pública não visou somente as populações das cidades do interior, mas também aquelas da zona rural. Muitos artigos eram voltados para o homem do sertão e tinham a intenção de auxiliar seu desenvolvimento e integrá-lo a coletividade nacional. Esclarecer e aconselhar essas populações camponesas faria, na opinião dos sanitaristas, com que elas zelassem de sua saúde e isso automaticamente alavancaria a agricultura pelo aumento e melhoria da mão de obra.

A intenção de Getúlio Vargas era dar ensinamentos ao povo e os meios de praticá-los. Ele planejou melhorar as condições de vida do sertanejo para atender as demandas da produção agrícola, sendo assim investiu em uma política de amparo ao trabalhador rural implementando, por exemplo, os Postos de Saneamento e Profilaxia Rural. Contudo, como já dito no primeiro tópico do capítulo, não encontramos fontes que nos permitam confirmar a existência de tais benfeitorias próximas às cidades em estudo.

A alimentação é um tema recorrente dos discursos de educação sanitária por ser considerada um dos principais fatores que causavam o aparecimento de doenças. Vejamos

¹⁴⁷ O ESTADO sanitário da cidade. Boatos alarmantes – A verdadeira extensão do mal – Não há motivos para apreensões. **Voz Central**, Uberlândia, 11 de fev. 1940, p. 2.

como exemplo um artigo enviado pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária para o *Jornal de Uberlândia*:

Devem ser ingeridos crus, alface, agrião, tomate e outros legumes ricos em princípios indispensáveis à nutrição e à saúde, que a coação destrói ou altera. Entretanto, se comidos assim crus, podem veicular germes de infecções algumas bem graves (febre tifóide, disenteria bacilar e amebiana, etc.). Na defesa contra tais doenças, contudo, não é preciso abolir a prática salutar de comer verduras cruas: basta passá-las, de antemão, em água fervente ou deixá-las permanecer, por algumas horas, em vasilhas esterilizantes.¹⁴⁸

Os artigos sobre alimentação eram voltados, em sua maioria, para instrução da nutrição infantil e dos trabalhadores. Na visão dos médicos e dos formuladores de políticas um povo que se alimenta racionalmente trabalha com mais eficiência, defende-se melhor das enfermidades e gera descendentes belos e saudáveis.

Outro tema recorrente é o da higiene mental. O indivíduo não deveria preocupar-se tão somente com a higidez corporal, mas o higienizar da mente faria com que ele obtivesse uma saúde integral, desenvolvendo o corpo em harmonia com o intelecto e o moral. Em um artigo propagado pelo jornal *Correio de Uberlândia* se explica o papel da higiene mental:

A higiene mental não consiste simplesmente em prevenir as doenças do cérebro e da razão. Seu campo de ação é bem mais vasto – ela ensina como formar ou conservar um espírito forte e sadio.
Procure praticar os preceitos da higiene mental, para ter o espírito forte e sadio.¹⁴⁹

Um indivíduo com a mente e espírito sadio significava que ele tinha bom temperamento, era obediente, educado, sem rebeldia e sem ódio, ou seja, sem defeitos de formação da personalidade. Os preceitos de higiene mental visavam ajustar as pessoas para torná-las aptas a levarem uma vida útil e “normal” em sociedade.

Outro objeto de profunda preocupação por parte de dirigentes e de profissionais da saúde era o bem estar infantil. Em uma conferência no Instituto Brasileiro de Cultura, na data de 1939, o professor Oscar Clark explanou sobre o problema da criança no Brasil e mostrou suas constatações dolorosas de que 80% dos que freqüentavam escolas públicas no Rio de Janeiro eram portadores de moléstias graves, como a tuberculose. No jornal *O Triângulo*, de Araguari, um artigo teve a intenção de demonstrar que a realidade nas escolas públicas da cidade era diferente daquela da capital brasileira:

¹⁴⁸ SNES. O preceito do dia. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, 3 de mar. 1942, p. 3.

¹⁴⁹ SNES. O preceito do dia. O papel da higiene mental. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 20 de jul. 1945, p. 3.

Mas os alunos das nossas escolas públicas, a par do amparo que encontram, sofrem, todas as semanas, um rigoroso exame a cargo de educadoras sanitárias, além da assídua vigilância exercida por diretores e inspetores distritais.

Os que necessitam de assistência médica, consoante a gravidade do diagnóstico, são incontinentes isolados, sendo os pobres encaminhados à Diretoria do Serviço de Saúde Escolar.

Quase todos os grupos, não só do interior como da capital do estado, possuem gabinetes dentários ricamente montados. Durante o mês de março do corrente ano, para nos cingirmos a recente relatório, foram atendidas por esses gabinetes 9.150 crianças. [...]

Acrece que para os débeis e para os que, devido à desigualdade dos horários entre o período de aulas e o almoço em casa dos pais, não conseguem alimentar-se convenientemente, existe nesses modelares estabelecimentos a sopa escolar fortemente nutritiva.¹⁵⁰

Dispensava-se muita atenção à puericultura – ciência voltada para os cuidados e acompanhamento do desenvolvimento infantil – devido à preocupação ligada aos princípios eugênicos sobre a formação do “homem novo”. Em muitos artigos se explicam medidas de saúde no pré-natal e após o nascimento da criança. Também se vê o incentivo da vacinação e alimentação conveniente com o intuito de se formar futura geração de exímios pósteros.

Outros temas tradicionalmente excluídos dos discursos tornaram-se relevantes e ganharam destaque, como a educação sexual e a prevenção de doenças venéreas, geralmente dirigido aos rapazes. Para as moças, a educação sanitária dirigia principalmente preceitos de higiene do lar e dos filhos, de cuidados na maternidade e no pré-natal. Mas a preocupação dos médicos em esclarecer quanto à sexualidade e doenças venéreas não se restringiu totalmente aos homens. Vejamos um artigo do *Correio de Uberlândia*:

A puberdade da mulher, esta época da vida que os poetas cantam mostrando-a através de vidros cor de rosa, nós médicos, não a vemos na maioria das vezes, senão impregnada das mais carregadas e negras cores. O aparecimento da menstruação, cujo significado as moças desconhecem, supondo-a dependente de alguma enfermidade, é fonte de enormes danos para o seu organismo, danos esses que as levam, por vezes, a doenças gravíssimas e à morte, quando procuram por meios de abluções frias encobri-las das mães.

“A respeito dos órgãos sexuais, mamãe me impôs o mais absoluto silêncio, - assim refletem as moças – como lhe poderei pois falar a respeito dos fenômenos que se estão passando em mim? Não poderá sua revelação a meus pais ser motivo que me leve a sofrer reprimendas e castigos?”

E assim, a mocinha corre a primeira torneira de água fria, onde as escondidas se banha e lava as roupas tintas de sangue, roupas essas que muita vez são vestidas logo após, molhadas ou mal enxutas. Sobrevém a suspensão de sua menstruação e o sangue que deveria ter saído do organismo, ficará em seu interior, provocando congestões passivas de consequências gravíssimas.

Além destes, a muitos outros perigos se expõe as moças que entram na puberdade sem ter recebido educação sexual.

¹⁵⁰ ASSISTÊNCIA à infância. **O Triângulo**, Araguari, 23 de jul. 1939, p. 4.

Compenetram-se dessa verdade os pais e as mães e saíam que, na mesa de leitura de sua filha, ao lado do livro de versos, ao lado do livro de romance, ao lado do livro religioso, deve ser também reservado um lugar bem destacado, para o livro de educação sexual.¹⁵¹

O problema da nação era representado pela enfermidade, má alimentação, pela desordem, pelos vícios e pela imoralidade da população. Os aconselhamentos sobre saúde orientavam para a manutenção de uma vida sadia e pura, com a finalidade de educar cérebro e fortalecer corpo para salvaguardar o futuro da raça. A medicina, para além de educar uma população sobre hábitos higiênicos, almejava doutrinar também comportamentos. À vista disso, a educação foi peça vital no projeto sanitarista do Brasil, pois transformaria todo elemento social em uma força sanitária, tentando modificar não apenas corpos, mas personalidades, consistindo em componente essencial para salvação nacional.

Tais preocupações nacionais podem ser claramente percebidas nos projetos políticos, sociais e econômicos das cidades de Uberlândia e Araguari. Podemos conferir pelas folhas dos jornais a insistência em se higienizar e educar a população para que as cidades alcançassem uma mudança geral no estado sanitário. A melhora da saúde da classe trabalhadora ajudaria os setores industriais e consequentemente levaria ao progresso e desenvolvimento, atendendo aos projetos de cidade idealizados pelas elites econômicas locais.

Mas o projeto político elaborado pelos poderes locais não ansiou apenas higienizar, tão importante quanto era também estabelecer normas de condutas morais aos habitantes para que o ideal de cidade ordeira e disciplinada – muitas vezes forjado nos jornais como sendo a realidade – se concretizasse. No próximo capítulo, nos tópicos 3.1 e 3.2, trataremos das questões relacionadas às teorias de higiene e eugenia que influíram juntas para normatização da sociedade.

¹⁵¹ ALBUQUERQUE, Dr. José de. Serviço especial do Círculo Brasileiro de Educação Sexual. Educação Sexual das moças. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 24 de abr. 1942, p. 6.

III “FORME-SE O HOMEM, EDUCADO, DISCIPLINADO, PROGRESSISTA”

3.1 “Os povos feios e doentes nada realizam de duradouro”

[...] No entanto não é com a escolha criteriosa do método que termina a tarefa das humanidades; nem se resolve o problema do homem novo, moral, social, trabalhador, patriota, em equiparar as escolas com gabinetes e museus, com assistência médica e com secretarias que funcionam perfeitamente. Se é nossa intenção regenerar o nosso povo e educar um homem novo, será preciso, antes de assumirmos a nossa tarefa, convencer-nos de nossa responsabilidade esmagadora; operar em nós a revisão fundamental das nossas ideias e a expulsão heroica dos erros que enlouqueceram a humanidade.¹⁵²

Os artigos dos jornais representam a maneira como o governo e os grupos ligados a ele – autorizados a falar em nome das políticas nacionais – interpretam a condição humana e o papel de agentes sociais na construção de um “homem novo”. Conforme pensa Roger Chartier “representação” tem a significação em dois sentidos supostamente contrários: de um lado, ela faz ver uma ausência ou um esquecimento, o que aparenta uma distinção entre o que representa e o que é representado; por outro lado, é a apresentação explícita de algo ou alguém.¹⁵³

Entremeado nos discursos – fossem sobre saúde, religião, etc. – conduzia-se uma tentativa de legitimação da nação e controle sobre o conjunto da vida coletiva. A disseminação dessa ideologia tinha apenas um objetivo: a criação de um “homem novo”, e a partir disso se daria as transformações em todos os setores da sociedade. Porém, não um homem qualquer, mas sim um indivíduo que atenderia as necessidades sociais imperativas. Esse discurso hegemônico afirmava que as “virtudes sociais” como a generosidade, o amor fraterno, a justiça, a honestidade, a responsabilidade, o patriotismo, o trabalho, a nobreza, o dever e obrigação deveriam ser incutidos no homem pela educação, fosse dentro escola, na família, igreja ou por intermédio dos meios de comunicação em massa. O importante era a obra de construção de homens adaptados aos projetos governamentais e ao que se imaginou de um novo Brasil. Por isso se fez uso de qualquer artifício que pudesse auxiliar o governo a materializar seus desígnios.

¹⁵² KESSEL, Pe. Conrado Van. Humanidades e coisas anexas. **O Triângulo**, Araguari, 22 de out. 1939, p. 5.

¹⁵³ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 5, nº 11, 1991, p. 171-191.

Os elementos que compunham o grupo que fazia parte do projeto que concretizaria os grandes empreendimentos dos novos tempos tão anunciados eram os autores e gestores das políticas públicas e seus executores a nível local, tais como: profissionais da área da saúde, diretores e professores de escola, a imprensa, entre outros. O governo realizou uma larga difusão doutrinária buscando obter consenso, principalmente após 1937.

O regime lançou mão de dispositivos ideológicos para forjar um “novo homem”. Tal abordagem e a pretensa moldagem reduziam o indivíduo a mero passivo colaborador e colocava o Estado como o suprassumo, que protegia e defendia a todos, cobrando em troca somente disciplina, dedicação e fidelidade de seus cidadãos.

A redefinição e formação desse ser ideal eram pautadas nas virtudes que deviam formar o caráter e personalidade. Mas o homem nacional completo, lutador na batalha da pátria, apto a defender a unidade e integridade brasileira, deveria também ter o tipo físico condizente com as grandes tarefas a serem cumpridas. Tais teorias são amplamente difundidas em textos nos folhetins, fossem em artigos de cunho sanitário ou não. Estas questões reverberavam nos jornais locais, conforme é possível notar no artigo abaixo:

[...] É no preparo do homem, no apuro corporal do cidadão, e no aproveitamento inteligente de suas qualidades e aptidões somáticas que a nação alcança prestígio e valor no seio dos demais países civilizados.

Diante de nós aí estão os resultados das olimpíadas de Los Angeles em que vários europeus mostraram, na majestade atlética de seus homens, a potência de sua grandeza social.

[...] Patriotismo sô e puro é cogitar-se do preparo sistematizado do homem brasileiro, cuja condição social é falha pela intercorrência pouco favorável de fatores éticos deficientes.

Ser patriota é ansiar por um Brasil melhor e por uma terra cujos filhos sejam o reflexo de sua grandiosidade territorial.

[...] Somente com o preparo físico é que o brasileiro subirá de valor e, automaticamente, o prestígio de nossa terra.

E de bons brasileiros precisa o Brasil, para a grandeza física e moral de seu povo, para a conquista admirável de seu futuro e para a projeção luminosa de seus feitos gloriosos.¹⁵⁴

Para o autor do texto, as péssimas condições em que o brasileiro vivia seriam justamente causadas por ele próprio, por sua falta de valores íntegros e de qualidades que condicionariam seu aprimoramento. Quanto ao físico, robustez e saúde eram, portanto, condições necessárias a uma nacionalidade e civilidade. Assim sendo, esse homem alcançaria sua completude diante do melhoramento de três aspectos fundamentais: o físico, o moral e o intelectual. Nas palavras de Getúlio Vargas, a intenção era “preparar moral e tecnicamente os moços, fazê-los fortes de espírito e de corpo, dar às novas gerações a consciência de suas responsabilidades: tudo isso é tarefa fundamental e urgente.”¹⁵⁵

¹⁵⁴ J. R., Marth Santos. Uma necessidade nacional. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 17 de jun. 1943, p. 1.

¹⁵⁵ VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1947, p. 252-253.

A medicina defendia uma reforma sanitária que melhorasse a condição eugênica dos brasileiros incentivando campanhas que extinguissem hábitos e comportamentos que poderiam causar efeitos negativos nas proles vindouras, pois uma sociedade saudável seria aquela também com uma moral aprimorada. Ou seja, agir conforme os preceitos sanitaristas e eugênicos – de acordo com o senso cientificista do período – faria com que o indivíduo gerasse descendentes sãos, não só fisicamente, mas também moralmente:

Os povos feios e doentes nada realizam de duradouro. Acabam sendo dominados pelos povos fortes e alegres.

Pode-se definir povo feio e triste àquele que não faz educação física. Fica vegetando com medo do sol, habituado ao raquitismo e aos chás quentes para a cura de resfriados permanentes. É claro que um povo assim não tem possibilidade de construir uma civilização. Quem tem medo de ginástica deve sentir vertigens ao escalar um arranha-céu...

Até a bem pouco tempo, não morríamos de amores pela educação física. Certo preconceito de literatos que ainda acreditam em olheiras espalhou entre nós a superstição de que a educação física deve ser considerada assunto de importância secundária. O boato talvez fosse levado a sério se alguns espíritos arejados não houvessem ensinado ao Brasil que a falta de importância sublinha não os problemas da educação física, mas certa literatice que inunda o país de frases feitas.

Hoje, porém, a situação está mudada. Desde 1930, iniciou-se no Brasil um grande movimento em prol da educação física. O governo federal cuida seriamente de desenvolver, entre nós, uma consciência voltada para a valorização da eugenio. Agora mesmo, foi criada na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. [...]

As nossas populações são, em geral, disgênicas¹⁵⁶. Urge fazer da raça brasileira uma raça viril e alegre, pela prática intensiva da cultura física. É o que compreendeu o governo federal, cuja política, nesse setor, já é uma esplêndida realidade.¹⁵⁷

Podemos observar, por meio do artigo do jornal de Araguari citado acima, a aproximação de alguns vieses do pensamento eugênico com os ideais sanitaristas das décadas de 1930 e 1940, ambos marcados pela égide científica e almejando uma transformação de consciências para que se perpetuassem os genes bons e vantajosos em futuras gerações do Brasil. Neste sentido, via-se que o “melhoramento” ou o que se denominava de “regeneração da raça” se daria a partir da eliminação dos fatores prejudiciais a esse processo evolutivo, seriam eles a ausência de higiene e a procriação de uma população com características indesejáveis, doente e cheia de “taras”.

A eugenio brasileira, de acordo com Nancy Leys Stepan, começara no estilo neolamarckiano e se aproximava dos ideais de eugenio franceses. Na França e no Brasil, entre o movimento eugenista e o de saneamento houve uma cooperação: “os pontos de vista

¹⁵⁶ A disgenia é o oposto da eugenio. É a crença de que a degeneração humana ocorre pela perpetuação de genes prejudiciais e inferiores de uma população. Disgênico é o adjetivo que define algo que pode ser prejudicial para o patrimônio genético de uma espécie. Fonte: <<https://www.priberam.pt/dlpo/Disg%C3%A3Anica>> Acesso em 29/11/2017.

¹⁵⁷ A CULTURA física no Brasil. **O Triângulo**, Araguari, 7 de mai. 1939, p. 7.

neolamarckianos sobre a eugenia permitiram que se forjassem alianças entre eles e as organizações públicas mais amplas de saneamento e higiene.”¹⁵⁸ Ainda consoante a autora, tal linha eugênica estava de acordo com a moralidade tradicional, o que acabou por torná-la ainda mais atrativa para a elite brasileira.¹⁵⁹

No contexto histórico aqui explanado, os maiores incentivadores da eugenia no Brasil eram Afrânio Peixoto, Amâncio de Carvalho, Flamínio Fávero, Almeida Júnior, Fernando de Magalhães e Renato Kehl, todos unidos num só objetivo: o de salvar a prole e a nação dos terríveis efeitos da chamada hereditariedade mórbida.¹⁶⁰

Renato Kehl era médico e foi um dos maiores difusores da eugenia no Brasil. Kehl assim a define:

[...] é sinônimo de eugenésia e eugênica. Tem por fim a melhoria progressiva da espécie, pelo fomento da “boa geração”, pela “procriação hígida” consistindo, em suma, no enobrecimento físico e mental do homem. [...] Como ciência, tem por objetivo a investigação da herança biológica; como arte, tem por escopo a boa procriação.¹⁶¹

A eugenia, assim demonstrada por Kehl, denota ser uma ciência que ora pretende ser teórica e ora se assume como prática, já que seu objetivo é a “melhoria progressiva da espécie” que seria alcançada por meio de uma educação eugênica/higiênica. Para Nancy Stepan, os eugenistas brasileiros não faziam distinção entre natureza e cultura e por isso pensavam em várias propostas de reformas sanitárias possíveis de aperfeiçoar a adaptação hereditária o que consequentemente levaria a uma harmonização eugênica.¹⁶²

Na teoria que coloca esses três pilares interdependentes (mente, físico e moral), para se ter boa saúde mental precisava-se primeiro das bases físicas, ou seja, a saúde do espírito estava condicionada pela saúde corporal. Cresceu o incentivo ao esporte e a uma boa alimentação, pautado nas concepções eugênicas. A prática esportiva, de acordo com os médicos-sanitaristas, contribuiria para a eugenia da raça e para melhorar a harmonia social, porque o espírito de equipe, a disciplina necessária aos treinos e o domínio das emoções são condições úteis para o manejo individual e coletivo. Esporte e alimentação, de acordo com

¹⁵⁸ STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 349. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bxz4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>> Acesso em 16/01/2018.

¹⁵⁹ Neolamarckismo foi a continuação nas crenças dos ideais lamarckianos que se iniciou na França com Lamarck por eugenistas brasileiros, que diziam respeito, entre outras coisas, à hereditariedade humana no que tange a doenças venéreas.

¹⁶⁰ RICARDO, Aristides. (SPES de São Paulo) Coluna educacional. Consanguinidade e hereditariedade. **O Triângulo**, Araguari, 31 de jan. 1941, p. 3.

¹⁶¹ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935, p. 15.

¹⁶² STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 350. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bxz4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>> Acesso em 16/01/2018.

elementos próprios do período, não eram prioridades no Brasil anteriormente. Podemos conferir essas questões reproduzidas nos jornais locais, citaremos um exemplo transcreto do jornal *O Triângulo*:

O médico que se especializasse em nutrição era olhado com desconfiança. No mínimo, era a preguiça mental que o levava a se dedicar a uma coisa tão corriqueira, quando há por aí tantas doenças nobres e difíceis, a lepra, o fogo selvagem, a velha sífilis... [...]¹⁶³

É possível notar a influência do movimento eugênico na composição do sistema de educação e saúde pública do Brasil e como tais questões reverberam também em Uberlândia e Araguari. A própria Constituição de 1937 trouxe a obrigatoriedade da educação física nas escolas como um meio para se conseguir o físico ideal da eugenia:

A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.¹⁶⁴

Na concepção dos que seguiam os princípios da eugenia, a sociedade deveria acatar medidas para impedir que elementos disgênicos progredissem. A educação física era, portanto, considerada uma necessidade nacional.

Assim sendo, a ciência médica juntamente com o governo e intelectuais, engajou uma forte propaganda sobre o aperfeiçoamento físico que enaltecia a glorificação do corpo e que evidenciava também o verdadeiro fundamento do que se queria de um “homem novo”. Para impor esses desejos sobre outras pessoas, Adonia Antunes Prado salienta que

apenas a educação integral, aquela que levasse em conta a necessidade “social” (leia-se estatal) desse tipo de homem deveria ser valorizada e deveria desenvolver qualidades tais como: agilidade, destreza, resistência muscular, percepção rápida, disciplina, espírito de solidariedade e de cooperação desinteressada.¹⁶⁵

Acreditava-se que por meio da educação a fraqueza e incivilidade dariam lugar ao vigor e a disciplina.

Nessa tentativa de “consertar” o povo brasileiro, os discursos eugênicos, higienistas/sanitaristas/médicos e políticos se fundiram e tomaram conta – além de tantos outros espaços – das páginas dos jornais, levantando a bandeira em prol da formação do

¹⁶³ LESSA, Origenes. A sabedoria de um lugar comum. **O Triângulo**, Araguari, 29 de out. 1939, p. 1.

¹⁶⁴ Art. 131. DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

¹⁶⁵ PRADO, Adonia Antunes. Os conceitos de *homem* e de educação no Brasil no período do Estado Novo. **Educação e Filosofia**, vol. 15, nº 30, jul. dez. 2001, p. 14.

homem saudável, belo, civilizado... O homem brasileiro. Portanto, a eugenia ligou-se a campanhas sociais de higiene pública e ambas outorgavam a saúde associada à educação como remédio da nação. Construir o homem brasileiro significava a regeneração da raça que culminaria na formação de indivíduos sem defeitos mentais ou físicos. Eugenizar significava, acima de tudo, homogeneizar.

Associava-se a condição de indivíduos sãos, fortes, dispostos a uma mente inteligente, uma moral sem taras hereditárias e a um espírito feliz. Tais atributos só seriam possíveis por meio de uma prática rigorosa de higiene mental e corporal principalmente durante a infância e juventude. Tudo o que fosse diferente a essas condições era considerado anormal, feio, inapto, degenerado e doente. Por isso, a intenção de se criar a constituição física do novo homem se relacionava a uma intervenção direta no corpo do indivíduo, dando a cada um a responsabilidade de zelar por si e pela saúde da coletividade.

Os eugenistas organizavam concursos populares para famílias consideradas eugênicas, premiando com dinheiro os filhos que fossem considerados hereditariamente apropriados e e geneticamente belos.¹⁶⁶ O “feio”, na linguagem eugenista, não significava apenas o contrário do belo. Renato Kehl assim define a chamada “fealdade”:

Não corresponde à falta de predicados físicos, de graça ou de outros atrativos, que fazem de um homem ou de uma mulher alvo de admiração e simpatia. A fealdade é encarada, nas páginas que se seguem, sob o ponto de vista galtoniano e, como tal emprestei-lhe o sentido claro de disgenesia ou cacogenia. Em outros termos ela equivale à anormalidade, à morbidez, assim como a beleza equivale à normalidade, à saúde integral.¹⁶⁷

A deformidade física é um pré-requisito para a caracterização do feio. Eram os casos de pessoas portadoras de doenças como sífilis, tuberculose, hanseníase, entre outras. A deformidade física, no entendimento eugenista, deformava também a moral e o intelecto do indivíduo. Conforme salienta Luís Ferla “desproporções físicas denunciavam a desarmonia corporal, que por sua vez denunciava desarmonias espirituais, de ordem moral e intelectual.”¹⁶⁸ A sífilis, no entanto, era considerada a doença que mais degeneraria a raça e impediria a formação do povo brasileiro.

Portanto, as pessoas deformadas de corpo e de espírito deveriam ser, aos poucos, excluídas do organismo social, já que não se encaixavam no rol dos tipos e geneticamente belos. A normalidade estava associada à beleza, não só a física, também a interna. Não era considerado belo um indivíduo que, por mais que gozasse de bons atributos físicos,

¹⁶⁶ STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 351. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bxz4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>> Acesso em 16/01/2018.

¹⁶⁷ KEHL, Renato. **Formulário da beleza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927, p. 242.

¹⁶⁸ FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo**. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2009, p. 242.

carregasse em seu interior taras ou doenças. O degenerado era considerado como um tipo humano decadente e se incluía no repertório das classes perigosas, eram eles também inimigos da nação. De acordo com Luís Ferla pessoas eram consideradas elemento das classes perigosas por portarem ameaças de diversas naturezas, podendo ser criminal, sanitária, política, etc., e no meio que elas se inseriam poderia se originar o crime, a epidemia ou a rebeldia social.¹⁶⁹

As pessoas com deficiência eram consideradas um desvio da norma – os *anormais* – e para os eugenistas e outras linhas elas eram obstáculo para o progresso da nação. Tais conotações as estigmatizaram por décadas e, provavelmente, permanecem resquícios nos dias de hoje da discriminação em torno de pessoas com determinadas doenças, psicoses ou deficiências¹⁷⁰, como é o caso da hanseníase (lepra) e da esquizofrenia – os *loucos*.

Julgadas como inferiores, essas pessoas eram colocadas à margem da norma até mesmo no meio escolar überlandense:

[...] O Prefeito do Município de Uberlândia usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n. 1, do Decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República, decreta:

[...] Das instituições que podem receber subvenções. Art. 4º - A subvenção municipal poderá ser concedida a instituições assistenciais das seguintes modalidades:

- a) assistência médica;
- b) amparo à maternidade;
- c) proteção à saúde da criança;
- d) assistência a qualquer espécie de doentes;
- e) assistência a toda sorte de necessitados e desvalidos;
- f) assistência à velhice e à invalidez;
- g) amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual ou físico;
- h) educação pré-primária, primária, profissional, secundária e superior;
- i) educação e reeducação de adultos;
- j) ***educação de anormais***;
- l) assistência a escolares;
- m) amparo a toda sorte de trabalhadores, intelectuais ou manuais.¹⁷¹

Tal conotação que perdurou por décadas desumanizava o indivíduo caracterizando-o apenas como anormal, o tornando sem valor por conta de suas condições físicas, sensoriais ou intelectual. Esses vieses hegemônicos regiram os discursos e as práticas médicas dos anos 1930 e 1940.

¹⁶⁹ FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo**. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2009, p. 28.

¹⁷⁰ A terminologia assertiva é “pessoa com deficiência”, pois assim se comprehende que os indivíduos são, antes de tudo, pessoas. Sobre a questão ver: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>> Acesso em 15/12/2017.

¹⁷¹ Decreto - Lei nº 101. Capítulo II. **Prefeitura Municipal de Uberlândia**, Uberlândia, 24 de mai. 1944.

3.2 “No Brasil, podemos dizer: a imoralidade é o pecado nacional”: “saneamento moral” e o corpo como peça estatal

É no sacrifício que está o valor, a força de um povo, de uma nação. Os gozadores da vida são fracos, carcomidos pelos vícios; são a escória da nação.

[...] Como na França, o Brasil continua a combater o Criador do universo. Os brasileiros combatem o seu Deus por meio da libertinagem. A mocidade brasileira vai sendo minada pela imoralidade nos livros, nos teatros, cinemas e até mesmo na família onde muitos pais dão o mau exemplo aos filhos.

[...] Qual a sorte do Brasil trilhando os mesmos caminhos do enfraquecimento, da dissolução?

Será a da França aniquilada, e dominada. A história de longuíssimos tempos, e os mais remotos, nos ensina e nos convida a termos juízo e cuidado. Atualmente enaltece-se tanto o patriotismo e fala-se em nacionalismo sadio...

Uma chaga muito grande e muito séria vem minando todos os esforços para um Brasil maior e melhor: é a imoralidade...

Neste país as crianças de cinco anos são iniciadas e entram no conhecimento dos palavrões de baixo calão e já sabem conversar em namorados, partindo os ensinamentos de dentro dos próprios lares e às vezes até dos próprios pais!

No Brasil, podemos dizer: a imoralidade é o pecado nacional, a vergonha nacional, nossa ruína nacional.¹⁷²

A imoralidade que tanto se tentava combater era entendida como uma baixeza causadora da dissolução dos costumes da nação. Repetiam-se incansavelmente através dos veículos de propaganda, de cartilhas escolares e médicas, valores morais na tentativa de que os indivíduos os tomassem como hábitos permanentes e mostrando que, para além de uma higiene corporal, buscou-se na mesma medida a higiene mental a fim de incutir nas crianças e desenvolver nos adultos um espírito forte e sadio.

A resolução dos problemas sociais do Brasil, de acordo com os ideais propagados durante o governo Vargas, incluía todos os aspectos de cunho social e econômico que diziam respeito ao bem-estar da população. Um indivíduo saudável seria aquele com boa condição física, mental e social, e não somente àquele que não fosse portador de alguma moléstia. Portanto, transformar um povo doente em um povo “válido” significava principalmente a formação de indivíduos saudáveis que pudessem gerar bons descendentes, inclinados a seguir fundamentos morais e a serem cautelosos com as promiscuidades e os vícios.

¹⁷² V., F. Gozar a vida não é a felicidade. **O Triângulo**, Araguari, 3 de fev. 1941, p. 3.

O saneamento do corpo buscou curar os males econômicos da nação e, a semelhança disto, o saneamento moral almejava combater os males sociais. Sanear ou higienizar a mente significava, então, disciplinar a vida dos cidadãos de maneira a evitar, entre outras coisas, os desvios, a desobediência, os maus hábitos, os vícios e também a propagação de doenças venéreas – ligadas a uma ideia de libertinagem –, literalmente na tentativa de normatizar as condutas a partir do ideário de desenvolvimento do governo de Getúlio Vargas. Os médicos e demais figuras detentoras do poder de Uberlândia e Araguari, a exemplo do que ocorrera em todo o país, foram incisivos em defender um tipo de comportamento físico e moral como a única solução para a salvação nacional, como veremos no decorrer deste tópico.

A própria Constituição de 1937 previa o controle das massas e um modelo antiliberal de organização social. Toda instituição era passível de sofrer intervenções do Estado e tinham a finalidade de moldar e controlar a sociedade. A família, por exemplo, era uma delas. Muitas características eram impostas a ela como normas a serem seguidas: a predominância da autoridade paterna e a categorização das tarefas incumbidas ao pai e a mãe, a subordinação da família aos ensinamentos da Igreja, etc.. Por meio da família os filhos aprenderiam os primeiros princípios dos valores cristãos, depois reforçados pela escola. Para Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes

[...] uma cidade que se pretende progressista também pressupõe um controle no que diz respeito à disciplina e à ordem. Esses discursos, que desde muito cedo são reguladores da vida em comunidade, são fomentados na família e introjetados no cotidiano social a partir dos estabelecimentos de ensino. A autoridade imputada à escola estabelece novas fronteiras, além de espaço para aprendizagem torna-se também um palco do encenar da ordem e da disciplina, configurando o sujeito social convencionalmente aceito.¹⁷³

A Igreja a que se referem os discursos é predominantemente a da crença católica, apesar de outras doutrinas, como o espiritismo, serem retratadas rotineiramente em jornais específicos. Ela, vista como detentora da verdade e representante do Criador na terra, também buscou incutir valores que colaborassem para a consolidação do processo de organização e normatização social. Prova disso é que muitos padres escreviam artigos explanando sobre hábitos higiênicos e morais e alguns de cunho político. Igreja e Estado uniram-se em campanha por um ensino religioso, fundamental para o resgate de valores que haviam se perdido, como a religiosidade, a moral, o amor à pátria, ao trabalho e a família. Tais valores atenderam também a vários regimes totalitários do período sendo sempre invocados nos discursos anticomunistas. Vargas sustentou, a partir de 1935, que resgatar e

¹⁷³ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. Educação. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante (orgs.). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980**. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 95.

afirmar esses valores era missão urgente a ser realizada pelo governo, pois além deles garantirem a ordem e a estabilidade das instituições, também atenderiam a tarefa mister de se “recompor e estruturar solidamente os princípios básicos da nacionalidade.”¹⁷⁴ Portanto, o círculo governamental apropriou-se da retórica catolicista sobre moral e costumes para um maior controle sobre a população e para realizar o saneamento do espírito do homem brasileiro. Podemos perceber, a partir do artigo d’*O Correio de Uberlândia* citado a seguir, como esses discursos repercutiram localmente:

<Crescei e multiplicai-vos> Essas foram as palavras de Cristo. Desde então, temos assistido a consagração da família – instituição mágica que representa a própria estabilidade das nações, no dizer de Demostenes, quando advertia os atenienses do perigo macedônio concitando-os a se unirem cada vez mais, tornando mais íntimo os laços de uma mesma família.

Pesquisando-se os fatos históricos, estudando-se as causas das grandes convulsões de caráter social que fizeram ruir por terra as mais brilhantes civilizações – Grécia e Roma – verifica-se que o enfraquecimento da família, motivado pela dissolução e pelo desdém aos preceitos da moral, é o primeiro <por que> das grandes derrocadas.

Razão de sobra tinha o censor Catão, quando exagerava o seu puritanismo inato para mostrar aos seus concidadãos que, se não modificassem os seus hábitos de vida e não voltassem a ter da família a mesma concepção legada pelos seus antepassados, seriam mais tarde os responsáveis pela queda do glorioso império romano.

Já em 527 da era cristã, Justiniano I, imperador do Oriente, legislava com respeito a família, fazendo constar das suas leis, hoje conhecidas com o nome geral de <Corpus Juris Civilis>, os mais severos castigos contra aqueles que atentassem, por palavras ou atos, contra a família, desrespeitando-a.

Ora, se já naquela época, que se nos aparece hoje cheia de bruma, a família tinha a protegê-la o poder e a veneração natural dos homens, não se concebe que em pleno século XX seja ela ultrajada de qualquer maneira.

O progresso vertiginoso das indústrias e das ciências não justifica isso, como erradamente pensam alguns mocinhos bonitos.¹⁷⁵

No campo do domínio sobre os corpos a doutrina eugênica disseminou a repreensão da procriação de pessoas consideradas por eles inferiores, já aquelas consideradas de linhagem hereditária sadia poderiam – e deveriam – ter o maior número de filhos que pudessem. Na contramão das propostas eugênicas, cabe ressaltar aqui que não foram encontrados artigos nos jornais e período analisados – excluindo os de cunho especificamente eugenistas – que por ventura versassem sobre a abstenção dos miseráveis e doentes de terem filhos. Ao contrário, muitos artigos condenam pessoas que não têm filhos, fosse por opção ou por problemas de saúde, não eram vistas com bons olhos. O Estado era o maior incentivador do aumento da população para que se pudesse povoar e desenvolver

¹⁷⁴ BAIA HORTA, José Silvério. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945).** Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994, p. 107.

¹⁷⁵ AMARAL, Raul J. Respeito à família. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 de abr. 1939, p. 2.

principalmente o meio oeste brasileiro, como também os sertões. Também ia contra as regras morais da Igreja evitar a concepção de filhos e, mesmo que fosse uma medida de saúde, o uso de preservativos era condenável, como poderemos conferir nos dois artigos que citaremos de F. V.:

[...] Pratica-se desenfreadamente, neste vasto Brasil, o altruísmo, à semelhança da França, Inglaterra e outras nações. As farmácias e drogarias andam cheias de preservativos *contra a natalidade*.

É o trabalho do despovoamento e desmoronamento da pátria, de mãos dadas, pelos que compram, pelos que vendem, criminosamente, meios tão eficazes para a *destruição da natalidade*, sendo muito interessante que se faz tudo isso com a permissão da higiene e das próprias autoridades, que facilitam a entrada livre, pelos portos nacionais, de todo esse arsenal de destruição da grandeza do país.

É de se pasmar!¹⁷⁶

Ainda que o preservativo fosse a medida de proteção mais eficaz contra todas as doenças sexualmente transmissíveis – chamadas vulgarmente na época de “doenças de rua” ou “doenças sociais” – tão debatidas no meio médico como a sífilis e a gonorréia, não encontramos sequer um texto de caráter sanitário estimulando seu uso, mas nem condenando. É um profundo silêncio, já que, se por um lado ele era um invento da modernidade que protegeria contra todos aqueles males que medicina e Estado tanto almejavam sanar, de outro lado, o mesmo argumento: ele era um invento da modernidade, o que iria contra os princípios da moral e bons costumes tradicionais e cristãos por ser considerado instrumento da impudicícia. Ora, se a retórica da Igreja fundamentava-se na máxima do ato sexual unicamente como processo para atingir um fim – que é a procriação –, um produto que permitisse tal ato livremente, anulando o temor pelas doenças venéreas e a possibilidade de reprodução dos indivíduos, não tinha, portanto, nenhuma serventia ou benefícios morais que justificassem seu uso, restando-lhe mesmo adquirir o significado da devassidão sexual.

Assim, a Igreja interpretou o preservativo como a personificação de um “crime contra a natalidade”, tentando obscurecer sua característica de diminuir a incidência de tantos casos de DST’s, mesmo que amplamente divulgado que muitas delas – a gonorréia crônica, por exemplo – pudessem causar esterilidade na mulher. O hábito higiênico de se usar o preservativo, portanto, não se quis incutir. A avidez de se purificar a moral sobressaiu-se, neste caso, ao desejo de se curar o corpo. Citaremos um texto do autor F. V. que representa as opiniões da Igreja no jornal de Araguari:

Lar, onde os pais matam criminosamente os filhos com os preservativos para evitar a concepção, desviando os fins do matrimônio, é lar incursão no

¹⁷⁶ V., F. Gozar a vida não é a felicidade. **O Triângulo**, Araguari, 3 de fev. 1941, p. 3.

quinto e no sexto mandamentos: a lei moral por excelência, e cuja sanção é temida por todos, por ser uma sanção altamente justa e que não falha, porque é divina.¹⁷⁷

No período de 1930 a 1945 houve um grande “boom” das propagandas de remédios, xaropes, elixires, consultórios médicos e dentários, cremes, pasta dental, enfim, tudo o que se relacionasse a uma boa saúde, à alimentação e medicamentos. Os anúncios de saúde inseridos nos jornais ditavam a obrigatoriedade de uma mudança de hábito, aliando-se a normas sociais que muitas vezes lançavam mão de metáforas bíblicas e evidenciavam a vigilância sobre a moral do indivíduo:

Imagen 7 – Propaganda de remédio para sífilis (1941)



Fonte: **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 3 de nov. 1941, p. 4.

Das várias propagandas de remédios estampadas nos jornais, as indicadas para sífilis são, em geral, a maioria. No caso da propaganda acima, em específico, podemos observar vários aspectos: em primeiro lugar, os fundamentos da eugenia ao afirmar que a sífilis é um mal transmitido por hereditariedade, ou seja, o indivíduo descende de outro, portador de taras que praticou transgressões no passado e é, portanto, punido pelas perversões do pai. Em segundo lugar, observemos: a sífilis é retratada como mais do que um contágio de doença de uma pessoa doente para outra, e sim como um sacrilégio que mancha a moral das gerações vindouras daqueles que praticaram o delito, comparado-a ao pecado original. A propaganda do remédio, além de fitar diminuir e controlar a incidência da sífilis, relaciona-se também com a normatização das posturas e vigia sobre a decência dos indivíduos, já que deixa claro que uma corrupção moral desencadeou a doença.

Abaixo outra propaganda de remédio para sífilis, no jornal *O Estado de Goyaz*, que ressalta o mal que a doença acarreta para a família e para a raça brasileira:

¹⁷⁷ V., F. Recortes. **O Triângulo**, Araguari, 30 de abr. 1939, p. 4.

Imagen 8 – Propaganda de remédio para sífilis (1941)



Fonte: **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 25 de dez. 1941, paginação irregular.

Apesar de haver um interesse eugênico na educação sexual, isso não estaria relacionado a uma visão fora do tradicional sobre sexualidade e papéis sexuais. Ao contrário, os eugenistas brasileiros ligavam-se a uma ideologia conservadora e concordavam com o papel reprodutivo da mulher, sendo a favor do controle de natalidade e esterilização em casos de indivíduos inadequados.¹⁷⁸

Relacionado ao poder sobre o corpo humano, os eugenistas afirmavam que apenas com o controle pleno da saúde de toda a sociedade se poderia garantir o aperfeiçoamento racial. Eles defendiam o esforço máximo de cada um em proveito coletivo e tais discursos foram apropriados oficialmente por médicos ligados ao governo, como podemos conferir neste artigo de educação sanitária divulgado n'*O Triângulo*:

¹⁷⁸ STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 352. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bxz4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>> Acesso em 16/01/2018.

Seria de desejar que a lei “postergando sentimentos afetivos ou interesseiros, nos casos em que um dos noivos ou ambos não se apresentassem em condições saudáveis física e moralmente” pudesse beneficiar a coletividade.¹⁷⁹

A ideia era de se proibir casamentos de indivíduos tarados ou degenerados, para o bem e proteção individual e racial com o fim de normalizar a sociedade. O texto coloca o casamento como interesse primeiro do Estado, explicitando o desejo desses médicos e cientistas que falam em nome dele de colocá-lo como maior ao próprio arbítrio do individuo e de sua vontade afetiva. De acordo com Nancy Leys Stepan, “debates médicos e jurídicos e atividades legislativas referentes ao papel apropriado do Estado na regulação do matrimônio eram permeados por temas de ‘aprimoramento eugenético’.”¹⁸⁰

Na odisseia para o melhoramento físico, moral e intelectual de uma população e de seus futuros descendentes, passou a priorizar-se o corpo humano e suas nuances. De acordo com um artigo redigido por Origenes Lessa, para o periódico *O Triângulo*, “certas glândulas respondem pelo heroísmo, pela santidade ou belo banditismo de homens ou de grupos”¹⁸¹, assim, a ciência passou a afirmar que propriedades inerentes ao corpo e natureza humana, por algum motivo, desenvolvem propensões a transgressões e a defeitos. Dever-se-ia, então, corrigir tais tendências, caso fosse possível. Se não, esses homens ou grupos “defeituosos” deveriam evitar a procriação para não perpetuar as desordens hereditárias, fossem elas morais ou físicas. Podemos constatar a ressonância dessas hipóteses eugenéticas ainda no artigo do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária de São Paulo e difundido pelo periódico *O Triângulo*:

Daí o alto valor social do exame médico pré-nupcial. A consanguinidade tanto pode exaltar as boas como as más qualidades e as ligações endogâmicas tanto podem ser felizes como infelizes.

O exame médico pré-nupcial terá o mérito de surpreender taras, ocultas e transmissíveis, possibilitando, quando levado a efeito com o escrúpulo e a segurança que o devem presidir, enlaces vantajosos, sem os riscos tão deploráveis da degeneração da prole.

Estas tendências todas e todos estes esforços se justificam plenamente, eis que o casamento é uma instituição que não interessa apenas ao casal, mas também e *sobretudo* ao Estado e à coletividade.¹⁸²

¹⁷⁹ RICARDO, Aristides. (SPES de São Paulo) Coluna educacional. Consanguinidade e hereditariedade. **O Triângulo**, Araguari, 31 de jan. 1941, p. 3.

¹⁸⁰ STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 333. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bxz4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>> Acesso em 16/01/2018.

¹⁸¹ LESSA, Origenes. A sabedoria de um lugar comum. **O Triângulo**, Araguari, 29 de out. 1939, p. 1.

¹⁸² RICARDO, Aristides. (SPES de São Paulo) Coluna educacional. Consanguinidade e hereditariedade. **O Triângulo**, Araguari, 31 de jan. 1941, p. 3.

Insinuava-se, portanto, a vedação do casamento entre tísicos, viciados, deformados, imorais, loucos, epiléticos, etc., englobados numa categoria universal de anormal, e a intenção por detrás dos projetos traduz a necessidade de controle sobre a sociedade e seus corpos. Foucault expõe como a medicina desenvolveu, a partir do século XIX, a noção do “estado” em que o indivíduo se encontra para assim definir os chamados anormais:

O estado pode produzir qualquer coisa, a qualquer momento e em qualquer ordem. Pode haver doenças físicas que se conectam a um estado; pode haver doenças psicológicas. Pode ser uma deformidade, um distúrbio funcional, um impulso, um ato de delinqüência, a embriaguez. Em suma, tudo o que pode ser patológico ou desviante, no comportamento ou no corpo, pode ser efetivamente produzido a partir do estado.¹⁸³

O discurso eugênico representa um posicionamento racista e reducionista por reforçar o controle e seleção da população aos moldes das exigências capitalistas do século XX. Na contramão da atuação de Vargas e do que a imprensa em geral incitava em relação às medidas de proteção social, os eugenistas alegavam que a assistência médica, a previdência social e a filantropia facilitavam para que doentes e degenerados prolongassem sua vida, o que prejudicaria o progresso da raça:

[...] o número de medíocres, de débeis mentais, de incapazes, de cacoplastas, em suma, cresce, de modo assustador, afigindo, constrangendo, quase esmagando a parcela boa e progressista da humanidade. Se a lei inexorável da luta pela vida ainda se impusesse, completamente, sob a qual sucumbem os fracos e triunfam os fortes, a maior parte dessa residualha, que vem surgindo clandestinamente, violando os preceitos da boa geração, estaria condenada a perecer logo nos primeiros lances da áspera peleja. Tal, infelizmente não acontece, não mais se podendo contar com a seleção que outrora constituía o crivo eficaz contra os indesejáveis e que agora sobrevivem em grande número para sofrer e sobrecarregar os elementos úteis e produtivos.¹⁸⁴

Percebemos, à luz de Foucault, que esse racismo é compatível com o exercício do biopoder.¹⁸⁵ Para ele

de uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie

¹⁸³ FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 397.

¹⁸⁴ KEHL, Renato. **Aparas de Eugênicas. Sexo e civilização. Novas Diretrizes**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933, p. 35.

¹⁸⁵ O biopoder é um poder que recai sobre a vida do indivíduo e tem como intenção disciplinar e docilizar seu corpo, desenvolvendo com sutilezas reguladoras suas interações com o meio, recaindo também sobre a vida da população. Apesar da pertinência em aqui mencioná-lo, trataremos melhor do assunto mais a frente.

– viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”. A morte do outro não é simplesmente minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.¹⁸⁶

Tais teorias, vistas hoje, nos parecem beirar o absurdo. Mas eram válidas para o período e foram amplamente difundidas nos textos vinculados à educação sanitária do governo Vargas. É certo que, o discurso médico do governo varguista, ao se apropriar do discurso eugenético, não o tomou como absoluto. Podemos confirmar isso por meio dos programas assistenciais do governo e os filantrópicos, dos quais vimos ser os eugenistas expressamente contra. No entanto, não deixa de ser brutal aos nossos olhos ler o quanto pregado foi a exclusão desses indivíduos da sociedade por conta de seus impedimentos físicos, mentais, intelectuais e até mesmo por sua orientação sexual, aspectos que são completamente inerentes à diversidade humana.

Os artigos de educação sanitária auxiliariam também na força de educar o público sobre os males dos tóxicos, classificados como influência decisiva na degenerescência das massas, nas baixas taxas de procriação e na elevada mortandade. O álcool é considerado, no contexto do primeiro governo Vargas, um grande veneno social e o alcoólatra um caso de periculosidade para si, para a coletividade e para as futuras gerações, pois de acordo com os eugenistas este narcótico poderia influir direta ou indiretamente no plasma germinativo. Segundo Nancy Leys Stepan “para os neolamarckianos, contudo, o alcoolismo era uma questão eugenética precisamente por ser tanto sintoma como resultado de males sociais, e porque o ciclo causal poderia ser interrompido por ação social.”¹⁸⁷

O alcoolismo constituía-se num hábito que deveria ser extirpado da sociedade. Por culpa do vício o indivíduo era encarado como elemento inútil para sociedade, por degenerar a própria saúde e a de seus filhos, e, principalmente, atrapalhar a economia do país já que não era aproveitável para o trabalho. E, agravando mais ainda os efeitos que a bebida alcoólica traria para a nação, na opinião dos médicos e eugenistas, as moléstias venéreas ligavam-se intimamente ao alcoolismo. Podemos confirmar que tais questões circulavam também nas cidades de Uberlândia e Araguari apoiadas pela classe médica, Igreja e imprensa, mostrando-se de acordo com o posicionamento nacional sobre o assunto:

As crianças são as grandes vítimas do pesado tributo que o álcool exige aos seus adeptos. Os pais que fazem uso de bebidas alcoólicas, sob qualquer forma, transmitirão uma influência nociva que refletirá,

¹⁸⁶ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 305.

¹⁸⁷ STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 349. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>> Acesso em 16/01/2018.

fatalmente, no organismo da prole. Não são raros os casos de inferioridade física, de malformações, debilidade congênita, etc., que os descendentes de alcoólatras apresentam. A criança é a raiz da família, diz o Pe. Antônio de Oliveira. “Esta forma as nações, as quais constituem a humanidade. Ora, se a primeira foi contaminada, logo que não seja purificada a tempo, levará a corrupção e a morte ao seio de todos os organismos sociais e humanos. Por conseguinte, a causa da criança representa a moralidade da família, a prosperidade das nações e a grandeza da humanidade.”

A virilidade de uma raça, além de outros fatores, diminui consideravelmente graças à ação nefasta e danosa do álcool, tomado em grandes doses nos festins e nas bacanais, nas casas veladamente e nas tabernas publicamente.

O libelo contra o álcool é tremendo, ferozmente tremendo; em todos os países um contingente respeitável de indivíduos de todas as classes sociais está preso aos tentáculos poderosos desse veneno; as misérias escondidas nos cárceres, nos hospícios, nas moléstias, na potencialidade reduzida, na incapacidade produtiva, são provas expressivas do vício alcoólico.

A mortalidade infantil crescente é bem outra eloquente demonstração dos danos que o álcool causa à espécie humana.

Autoridades de todas as nações recomendam a abstinência e provam irrefutavelmente o reflexo do álcool sobre o organismo das crianças, a propensão para o vício legada pelos pais beberrões aos filhos, heredo-alcoolismo como é chamado e conhecido.

Apesar de saberem dos resultados do alcoolismo, depauperando e minando a saúde, muitos pais facilitam criminosamente aos menores o uso desse veneno. Haverá algo mais repugnante à consciência bem formada do que ver os pais abrirem aos filhos os caminhos dos abismos? Haverá, por ventura, algo de mais horrendo do que os pais iniciarem os filhos nos vícios, nas carruções, nos crimes e, em vista desse procedimento, ensejarem a derrocada completa dos sentimentos morais, a ruína absoluta de corpo e de espírito?

A podridão do fruto não pode atingir a semente quando logo percebida. Aos pais, em primeiro lugar, é imposta a sublimada empresa de criarem os filhos nos bons hábitos, combatendo e corrigindo vícios, tornando-os homens robustos e fortes que sejam o ampara de suas velhices. O álcool deve ser banido totalmente, integralmente, a bem da eugenica da raça, e bem da saúde de cada homem, a bem da grandeza da pátria.¹⁸⁸

No artigo podemos ver claramente representada a conexão entre eugenica, saúde, religião e ideologia de desenvolvimento nacional. Segundo Stepan,

como o estilo neolamarckiano de eugenica mantinha abertas as possibilidades de regeneração e um lugar para ação moralizadora, encaixava-se bem na doutrina católica e permitia a fusão das linguagens moral e científica. Pobreza, doenças venéreas e alcoolismo podiam ser vistos como produtos tanto de condições sociais como de escolha moral.¹⁸⁹

¹⁸⁸ AMARAL, Raul J. As crianças devem ser preservadas do álcool. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 de jun. 1939, p. 3.

¹⁸⁹ STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 349. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>> Acesso em 16/01/2018.

Em conclusão, o álcool foi recorrente alvo de interesse nas publicações da educação sanitária por ser um dos males sociais tóxicos que poderia culminar em vários outros. Ainda de acordo com a mesma autora

de há muito encarado como problema social e moral característico da população pobre e negra, particularmente, o alcoolismo foi reformulado como ‘inimigo da raça’ porque o ‘vício’ provocaria condições hereditárias ligadas ao crime, à delinquência juvenil, à prostituição e às doenças mentais entre os pobres das zonas rurais e urbanas.¹⁹⁰

Vejamos, ainda, mais um exemplo de como o álcool foi abordado pelo viés da saúde e eugenia no contexto regional por meio do jornal *A Tribuna*:

As bebidas alcoólicas atacam os nervos, o estômago, o fígado, os rins e o coração.

O uso das bebidas alcoólicas tem conduzido muitas pessoas ao hospital, ao hospício e à cadeia.

Mesmo em pequena quantidade, são prejudiciais à saúde.

Os hospícios estão repletos de loucos, na maioria pessoas que usavam bebidas alcoólicas ou filhos de beberrões.

“Preparam, muitas vezes, o leito para a tuberculose” e outras doenças graves.

Enfraquecem o organismo e pervertem o senso moral.

Na casa onde entra o alcoolismo, freqüentemente, entram a doença e a miséria.¹⁹¹

Ele seria o principal vício a ser combatido por, além de não ser saudável, dificultar o progresso coletivo e comprometer a economia brasileira. A saúde estava sempre vinculada, portanto, o quanto produtivo o indivíduo poderia ser para bem servir a sua nação.

Em fins do século XIX, a associação entre pobreza e perigo alimentou o imaginário médico e higiênico, perdurando e tomando grandes proporções nos discursos. As patologias sociais relacionadas ao pobre eram o crime, a delinquência, a mendicância e a prostituição. Geralmente morando em cortiços e, no caso de Uberlândia e Araguari, em vilas, as camadas populares passam a ser objeto de vigilância em nome de um saneamento e da prevenção de doenças, mas era apenas mais um modo do governo controlar e garantir seu espaço bem longe da urbe salubre e progressista. Na lógica do sanitarismo a pobreza era então associada a doenças e a imundície, já que as ruas e quintais das classes populares eram considerados foco de propagação de pestes e endemias como a de febre amarela e varíola. Por isso, a medicina indicava a importância de controlar, disciplinar, higienizar e sanear os corpos e modos de vida desses indivíduos.

¹⁹⁰ STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 350. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bxz4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>> Acesso em 16/01/2018.

¹⁹¹ ALCOOLISMO. *A Tribuna*, Uberlândia, 23 de fev. 1935, p. 3.

A característica do saber médico normalizar também o espaço urbano quer dizer que basicamente todos os componentes sociais são passíveis de uma intervenção da medicina no interior da vida coletiva. Portanto, para Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz e Kátia Muricy, o Estado não se dissociava da medicina nas ações de controle sobre a população:

O governo dos loucos – o governo dos presos, doentes, prostitutas, escolares, soldados, operários – permite a aplicação de técnicas médico-políticas de controle em proveito de um Estado cuja ação legal é medicamente orientada. A ação da norma se desencadeia tanto mais eficazmente quanto mais íntima for a relação entre medicina e Estado: é a luz da ordem normativa que se concebe o progresso da nação.¹⁹²

Não só o pobre, mas ameaçando a imagem de ordem e progresso do país, de Uberlândia e de Araguari, estão os doentes, os mendigos, as prostitutas, os viciados (em jogos, em álcool, etc.), os vadios, os comunistas, entre outros; subversivos à vontade comum desta modernidade tão suspirada pela utopia burguesa.¹⁹³ Os que não se encaixavam no modelo exigido pelo Estado, pela ciência médica e pelas elites – influenciados pelos ideais eugênicos –, eram qualificados como anormais, preguiçosos, desordeiros, libertinos, transgressores e loucos. Um exemplo disto é um trecho publicado em 1939 no *Correio de Uberlândia*, o qual expõe o patamar dos doentes: “Os enfermos, os que reclamam hospitalização como as vítimas de acidentes profissionais, se encontram entre nós no mesmo nível dos delinquentes comuns, vulgares.”¹⁹⁴

Sob o prisma médico e eugênico essas pessoas foram tratadas como, tal qual o estrangeiro para a economia e para a constituição da nacionalidade, inimigas sociais por impedirem a progressão da raça. Tal fato alimentou ideologias racistas e preconceituosas e serviu para a continuidade da exploração da classe pobre, em nome da superioridade racial e social da burguesia branca.

A partir do momento em que se normatiza e institucionaliza a pobreza, viabiliza-se o controle efetivo sobre ela. A vagabundagem era considerada um mal social. Cresceram, no período que Vargas esteve no poder, os discursos de combate a mendicância e as medidas coercitivas elaboradas especificamente para regulamentá-la, chamadas *polidamente* de “repressão a vagabundagem”, assim como foram criadas instituições para acolher esses indivíduos, na intenção de “escondê-los” dos olhos de quem transitasse nos

¹⁹² MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 492.

¹⁹³ MACHADO, Maria Clara Tomaz. Do silêncio dos arquivos às pluralidades de vozes: histórias locais e regionais. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante (org.). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980**. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 11.

¹⁹⁴ CORRESPONDENTE. Congresso dos Promotores Públicos na Capital de Goiás. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 9 de abr. 1939, p. 8.

territórios centrais das cidades, bem como de corrigi-los. A exemplo das casas que acolhiam os mendigos foram criadas também outras instituições, com as mesmas intenções e com a intenção também de se constituir como espaços de segregação higiênica, para o menor abandonado (educandários, dispensários, casas da criança), para os doentes, principalmente os hansenianos (leprosários, preventórios, asilos colônia), e para os loucos (hospícios, sanatórios e asilos). O artigo abaixo é um exemplo da suma importância que se dava e a finalidade de uma dessas instituições na cidade de Uberlândia:

[...] Veremos forçosamente pelas ruas da cidade legião de mendigos a esmolar de porta em porta, causando com isso, um espetáculo degradante aos olhos de quem nos visita. É necessário, pois, que v. s. nos auxilie nesta campanha humanitária.

Agora, senhores generosos, aguentem as amolações de legiões de mendigos a esmurrar-lhes a porta o dia inteiro. Daqui são 400, além dos que estão vindo das cidades vizinhas. Com o desaparecimento do Dispensário a porta está aberta aos morféticos e tuberculosos que queiram ingressar nesta cidade, contaminando as criancinhas.

Presenciei, há tempos, antes do Dispensário, em 1933, um quadro doloroso, em que o enérgico delegado daquela época inqueria um lázaro que foi pego em flagrante, distribuindo para as crianças docinhos meio chupados.

Vejam, senhores generosos o que aconteceu e que pode acontecer.¹⁹⁵

Todos aqueles que fugiam da norma e das condutas socialmente aceitáveis eram considerados de grande risco e deveriam ser “consertados”, se não, excluídos do meio social. A disciplina sobre o corpo tem como intuito produzir cidadãos dóceis e obedientes ao sistema, ao mesmo tempo em que estes devem produzir uma perfeita mão-de-obra que auxilie no progresso econômico do país. Assim, para além da difusão dos hábitos higiênicos os artigos também denotam a preocupação sobre o comportamento do indivíduo.

A importância do poder regulador sobre essas populações representa a preocupação com as estratégias de construção do perfil populacional imaginado pelo Estado de Vargas. A ênfase no menor, na infância, denota o cuidado que se teve em relação ao futuro do país, por conta de serem as crianças os próximos responsáveis pela força produtiva. Já o menor considerado perigoso ou degenerado significaria um risco ao plano de engrandecimento da nação.

As instituições poderiam ser públicas ou privadas, dirigidas por entidades filantrópicas, pela igreja católica ou pelos espíritas, mas quase sempre dependiam de mensalidades que a própria população doava. Em 1941, quando o Dispensário dos Pobres foi fechado, o *Correio de Uberlândia* assim reclamava:

¹⁹⁵ SILVA, Francisco Affonso da. Dispensário dos Pobres. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, 4 de abr. 1941, p. 4.

Cumpre ao governo do município, ao lado da delegacia, Associação Comercial e outras entidades locais, estudarem o assunto evitando de assistirmos o espetáculo degradante dos mendigos batendo de porta em porta, invadindo os cafés e casas comerciais.

Como está, não pode nem deve ficar.

Nesse caso achamos por bem, incumbir os proprietários das casas de jogos, darem a verba necessária a esse empreendimento, pois do contrário de nada adianta fechar os olhos a essa perigosa contravenção.¹⁹⁶

O artigo, além de retratar a visão intolerante da elite em relação aos mendigos, infere também algum tipo de denúncia implícita sobre corrupção no executivo, na polícia, ou talvez em ambos, já que se explicita que nada é feito em relação as casas de jogos que populariza práticas imorais e ilegais. Algo quase inédito era o *Correio de Uberlândia* criticar posturas da administração da cidade ou da polícia. Diante disso, possivelmente essa crítica foi causada pelo pavor dos mendigos voltarem a “assombrar” as camadas mais abastadas do centro da cidade.

O confinamento em espaços limitados e isolados consiste numa prática do governo que possibilita o controle e a vigia dos indivíduos perigosos, tal qual a prisão, como analisada por Foucault.¹⁹⁷ Mas diferentemente das prisões, estas instituições modernas servem como disciplinadoras, tentam prevenir o crime antes que pessoas com aparente predisposição tenham a chance de cometê-lo. Além disso, é possível incutir-lhes regras de moral e civilidade para que adquiram um comportamento previsível, o que é fundamental e caro à reprodução do próprio sistema.

Foram os discursos médicos, legitimados pela soberania do poder institucional, os responsáveis pela fabricação e transformação de estereótipos negativos em padrões a serem seguidos pela sociedade, por conta de suas premissas quase irrefutáveis. Para Eliane Vianey de Carvalho

[...] os discursos e ações dos médicos da saúde pública estadual colocam em funcionamento o poder do saber médico amparado na suposta científicidade e produzem um lugar específico para os pobres doentes: do perigo social e da falta de hábitos de saúde, de higiene e moral. Por isso, defendiam a necessidade de reformar seus costumes pela educação higiênica e sanitária.¹⁹⁸

Os sanatórios, hospícios, hospitais, preventórios, educandários, dispensários, leprosários e asilos de alienados foram, portanto, mecanismos de controle social estruturados pelo saber médico para abrigar e corrigir os indesejáveis. Para Foucault essas

¹⁹⁶ FECHADO, novamente o Dispensário dos Pobres. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 8 de nov. 1941, p. 1.

¹⁹⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigar e punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

¹⁹⁸ CARVALHO, Eliane Vianey de. **A emergência das práticas médico-educativas da saúde pública estadual de Minas Gerais (1910-1935)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 93.

instituições e outras similares tais qual escolas e fábricas atuam como dispositivos disciplinares e de adestramento do corpo que utilizam métodos muito mais sutis do que aqueles praticados no Estado monárquico. As instituições se alicerçaram como redes disciplinadoras que intervieram no corpo social de modo muito mais sutil bem além das cercas das prisões, sendo estruturadas e sofrendo interferência cotidiana do saber médico. Essa intervenção médica sobre as instituições é denominada por Michel Foucault de “continuum carcerário.”¹⁹⁹

No caso da hanseníase, por exemplo, fora mais ou menos seguido o modelo praticado desde a Idade Média de exclusão e expulsão do portador da moléstia para longe da cidade, fora do convívio social, com o fito de purificar a biocenose.²⁰⁰ Nos leprosários, durante o período de 1930 a 1945, constatou-se a prática de internamento compulsório dos doentes, o que revela a preocupação do Estado em defender a população sadia. Eles ficariam confinados também em sanatórios, asilos colônias e hospitais. No caso das colônias nas zonas rurais, formavam-se verdadeiras vilas providas de diversos espaços e recursos para abrigar e manter pessoas em diferentes níveis da doença, os sujeitando a uma vida paralela da comunidade que antes estavam inseridos. A conduta em relação a esses indivíduos é um mecanismo de exclusão social pautado no cientificismo médico, sendo eles afastados de sua família e ficando isolados no lugar que lhes foi atribuído até o fim de suas vidas. Um texto do *Correio de Uberlândia* explana sobre a situação e sobre o que é feito em relação aos doentes da cidade:

Em companhia do Dr. Vasconcelos Costa, Dr. Luiz Pimentel Arantes, chefe do Centro de Saúde local, sr. Domingos Clementino Oleto, guarda-chefe da Diretoria do Serviço de Profilaxia da Lepra, de Belo Horizonte, a nossa reportagem teve oportunidade de visitar, dia 7 deste, um grupo de leprosos, que se achavam instalados em uma edificação improvisada perto do cemitério local.

Mais ou menos a uma hora, reunímos de automóvel para o local. Penetrando no recinto da edificação coberta de folhas de coqueiros, arejada e muito fresca, contemplamos o espetáculo que se nos apresentou e confessamos que tivemos profunda comiseração por aquelas 25 almas que ali se achavam.

Uns já deformados pela terrível moléstia, outros em estado adiantado; vimos alguns doentes muito jovens ainda; havia um casal e um filho de aproximadamente 15 anos; lavradores, se não nos enganamos; uma velhinha nos olhou com um semblante de admirável resignação; contemplamos rostos onde havia protesto contra a situação em que se achavam; era como uma noite de angústia em que as trevas da dor moral e material envolviam aqueles seres aterrorizados de si mesmos.

No entanto podemos vislumbrar nesse ambiente de tristeza, uma nesga luz que nascia da consolação piedosa. É que estavam sob a proteção das autoridades que, compadecidas de sua amargura vão lhes proporcionar abrigo, assistência hospitalar, onde possam viver a coberto de muitas de

¹⁹⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 251.

²⁰⁰ Idem. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 54-55.

suas privações, que lhes assoberbavam. Sabiam que de agora em diante seus padecimentos seriam minorados pela mão compassiva do Estado, que lhes ia assistir.

O Dr. Luiz Pimentel, o sr. Prefeito e o sr. Domingos Clementino, dão explicações aos representantes da imprensa local, sobre a atuação do Dr. Benedito Valadares, no combate à lepra. O governador está vivamente interessado no problema e obras de assistência estão sendo largamente ampliadas em todo o Estado.

Os 25 leprosos a que nos referimos, estavam aguardando a hora para embarcarem para Bambuí, onde seriam internados na Colônia São Francisco de Assis. No mesmo dia, à noite, em carro especial da Mogiana, seguiram para seu destino e a estas horas, estarão eles recebendo o conforto imprescindível, o lenitivo a sua dor profunda.²⁰¹

Com o advento da industrialização cada vez mais essas instituições deveriam exercer a função de “normalizar” o indivíduo, disciplinando e exercendo intervenções sobre seus corpos para moldar os comportamentos em sociedade. Medicina e a ciência tiveram, juntas, papel preponderante para o auxílio de tal empreendimento. Ainda de acordo com o mesmo autor:

[...] ao interrogar as ideias morais a partir da prática e das instituições penais, descobre-se que a evolução moral é, antes de tudo, a história do corpo, a história dos corpos. Pode-se compreender a partir daí [...] que a medicina, como ciência da normalidade dos corpos, tenha garantido seu lugar no âmago da prática penal (a pena deve ter por finalidade curar).²⁰²

O discurso médico se ligou, portanto, aos dispositivos de controle para isolar e estigmatizar àqueles que não se encaixavam nas normas sociais. Em 1942 foi fundado o Sanatório Espírita de Uberlândia com capacidade de atendimento para 17 pacientes por ano, que abrigava os indivíduos considerados loucos, os anormais, com a intenção de excluí-los do convívio social.²⁰³

Imagen 9 – Fotografia do Sanatório Espírita de Uberlândia (Data ignorada)

²⁰¹ O GOVERNO do Estado encara seriamente o problema da lepra. Uma visita de nossa reportagem, a leprosos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 9 de set. 1943, p. 1.

²⁰² FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 41-42.

²⁰³ RIBEIRO, Raphael Alberto. **Almas enclausuradas: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932-1970)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p. 24.



204

Fonte: ORLANDI, Vittorio. **Enciclopédia Ilustrada das Obras Espíritas.** Vol. 1, São Paulo: Editora Urânia, 1961.

A inauguração do sanatório foi o marco da institucionalização da loucura em Uberlândia, seguindo as estratégias de isolamento outorgado aos indivíduos tachados como anormal. Mas a medicina aplicada em locais como esses tinha como finalidade normalizar os corpos e comportamentos, assim, a intenção não era tão somente a exclusão do louco, mas, antes de tudo, sua cura. Em suma, para a medicina e os eugenistas do período havia a necessidade de se reconhecer, curar ou reabilitar os corpos anormais. Isso não sendo possível, eles deveriam ser excluídos, no sentido de isolamento (na concepção médica sanitarista praticada e na eugênica) e da negação ao assistencialismo (no caso do pensamento eugênico). Tais arranjos são mais um exemplo de como o discurso médico se destaca como discurso da verdade que movimenta a engrenagem da ordenação do domínio social. Para Roberto Machado

[...] só é possível compreender o nascimento da psiquiatria brasileira a partir da medicina que incorpora a sociedade como novo objeto e se impõe como instância de controle social dos indivíduos e das populações. É no seio da medicina social que se constitui a psiquiatria.²⁰⁵

A associação espírita de Uberlândia tinha laços importantes com o poder público. Nota-se, por meio dos jornais da cidade, a identificação da elite e da esfera política com o espiritismo. O contrário ocorre no jornal de Araguari. O jornal *O Triângulo* não divulgou

²⁰⁴ O prédio do Sanatório ainda existe, está situado na Avenida Vasconcelos Costa esquina com a Rua Melo Viana e funciona como escritório do Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade.

²⁰⁵ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 376.

muito e nem deu ênfase a assuntos relacionados à doutrina, apenas incluía textos mais gerais, a não ser por um artigo publicado:

A Delegacia de Costumes vem prosseguindo, com resultado, contra macumbeiros, exploradores da falsa medicina e proprietários de centros espíritas, cuja finalidade é extorquir dinheiro dos incautos por meios ilegais.

Em diligência efetuada ontem, foram detidos os indivíduos Estanislau Billard, sua mulher, a preta Maria da Conceição e Luiz Legume, que haviam instalado o centro espírita S. Jorge, onde vinham exercendo ilegalmente a medicina, fornecendo receitas de medicamentos.

No local a polícia apreendeu grande quantidade de material, conduzindo os indiciados para o gabinete de investigação. Muito bem.

O que são os centros espíritas senão o exercício ilegal da medicina? Ao menos se algum saísse curado... Mas tudo é tapeação, e os doentes continuam na mesma!²⁰⁶

Ao publicar-se apenas um artigo que aborda a doutrina espírita o jornal deixa implícito o seu posicionamento. Interessante é notar que o mesmo autor do primeiro texto transscrito neste tópico, que é o texto sobre preservativos também, parece ser o mesmo deste último citado, a julgar pelas iniciais da assinatura e a julgar, também, por suas opiniões moralistas e discriminatórias. Existem duas pertinências a se ressaltar: primeira, nenhum dos dois homens citados tem sua cor de pele como referência antes do nome, apenas a mulher, que é negra, como modo de distingui-la dos demais que, provavelmente, são brancos. Esta diferenciação pressupõe uma atitude de cunho racista, já que os outros dois homens não precisaram de uma classificação pejorativa de sua cor para caracterizá-los. A segunda pertinência é que o mesmo autor de um texto que ignora os preceitos de saúde e higiene ao condenar o uso do preservativo, neste outro, quando lhe convém, se mostra prontamente a favor da medicina. Seu discurso, como reflexo do próprio discurso oficial, oscila entre defender os bons costumes e pôr em prática os avanços médicos.

A pregação contra as outras credices vem também do advento da medicina moderna que traz o discurso de abominação contra os curandeiros, os benzedores e a falsa medicina. Seguir protocolos ditados por outros atores senão os próprios médicos seria mais um dos obstáculos ao saneamento do Brasil. A medicina moderna pregava que os doentes que se consultavam com os chamados curandeiros não se curavam e continuavam a espalhar as doenças, além de permanecer sendo incultos e ignorantes por acreditar em bruxarias e macumbas e não na ciência médica que fala em nome do próprio chefe da nação. Somente acreditando na medicina e seguindo suas prescrições o brasileiro doente, pobre e atrasado livrar-se-ia das moléstias e tornar-se-ia um trabalhador saudável. A ciência passa a ser, portanto, detentora do status da verdade e o discurso médico avoca o lugar de vencedor. Em relação aos curandeiros o jornal *O Triângulo* traz uma nota:

²⁰⁶ V., F. Fechado pela polícia... <S. Paulo, 5 de agosto>. **O Triângulo**, Araguari, 13 de ago. 1939, p. 4.

Tanto deve ser punido o charlatanismo como o vispora, a roleta, o jogo do bicho. Tanto é culpado o banqueiro como quem joga. Assim com o curandeiro e com as pessoas que o procuram. Que culpa tem o espertalhão curandeiro que os pobres doentes incautos se sirvam dos seus prodigiosos recursos de muamba? Assim, o macumbeiro, o feiticeiro. Assim, o vigarista e o que leva o “conto”. Ambos são infratores da lei, e, por isso mesmo, sujeitos as penas impostas pela mesma. Daí não há sair.

E não são apenas indivíduos atrasados, de parcós recursos, os que procuram os tais curandeiros, em busca de alívio para seus sofrimentos.

Senhoras e senhores abastados também batem à porta destes felizardos espertalhões, crentes de que eles lhes ensinarão o remédio para os seus males físicos ou morais, e não se esquecendo de recompensá-los fartamente.

Motivo este da dificuldade insuperável de se dar combate aos tais transgressores da lei, por ser a ignorância a única culpada, a única responsável de tamanha anomalia. Infelizmente, o número de ignorantes supersticiosos é ainda considerável, e, por isso, devem se empregar todos os meios para convencê-los, mostrando-lhes que estão sendo explorados por indivíduos inescrupulosos.

Somente assim conseguir-se-á dar cabo destes exploradores da credicé popular.²⁰⁷

Michel Foucault desenvolveu o conceito de biopoder para tratar da rápida ascensão do capitalismo no século XIX. Os conceitos versam a respeito de um método de controle sobre o corpo e a população para torná-los passivos, e no meio do poder que incidia sobre esses dois elementos é que se estabeleceria a norma. O biopoder é um poder que recai sobre a vida do indivíduo e tem como intenção discipliná-lo e docilizar seu corpo, desenvolvendo com sutilezas reguladoras suas interações com o meio, recaindo também sobre a vida da população. O poder sobre o corpo é o “poder disciplinador” e sobre a população seria o “poder regulador”. Para o autor, “a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos e regulamentadores.”²⁰⁸

É possível aplicar tais conceitos aos discursos formulados e as políticas postas em prática em um Brasil pós-30, pois, para Foucault, o biopoder

foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.²⁰⁹

O biopoder estaria, portanto, nas políticas civilizatórias tendo a instituição escolar como sua principal auxiliadora, nas ações de regulação sobre a vida com as fábricas controlando horários e comportamentos, na medicina pautando as normas dos hospitais, sanatórios,

²⁰⁷ PUCCI, Boulanger. Boletim do dia. **O Triângulo**, Araguari, 27 de mai. 1941, p. 4.

²⁰⁸ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 302.

²⁰⁹ Idem. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 132.

hospícios, dispensários, preventórios, escolas, fábricas, além de também moldar condutas e difundir medidas para o aperfeiçoamento humano. Todos os meios foram amplamente utilizados por Getúlio Vargas com a intenção de metamorfosear essa linha imaginária chamada Brasil. E, de acordo com Luís Ferla, “[...] o trabalhador disciplinado e produtivo seria o ponto de chegada, o objetivo último das estratégias de biopoder, com as quais buscava colaborar a medicina legal e a criminologia positivas.”²¹⁰

No Estado de Getúlio Vargas tentou-se disciplinar o conjunto da sociedade estabelecendo padrões (com os Códigos de Posturas, os horários das fábricas, o salário mínimo) e vigiando os desvios (com as Delegacias de Costumes, guardas sanitários, as instituições, etc.). O operário, sob essa ótica, também deveria ser domesticado para tornar-se elemento passivo. Para Foucault

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode ser muito bem direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.²¹¹

O Estado adquiriu novos papéis e apostou em várias maneiras disciplinares de fiscalização para justamente estruturar as relações entre empregadores e empregados para que estas se tornassem mais harmoniosas. Ele interveio diretamente na vida social do trabalhador para também fazê-los melhores mentalmente, fisicamente e moralmente.

Neste sentido, a educação serve como exemplo de poder e dominação, pois no contexto em questão ela é encarregada de domesticar e moralizar o trabalhador urbano e de manter a raça hígida para construir a identidade nacional com suas medidas de prevenção de doenças, combate aos vícios e robustez corporal. O governo lança mão do saber e do discurso médico para tornar perfeita a combinação ideal trabalho e higiene na lógica do controle das atitudes e consciência, reorganizando por meio de variadas maneiras o meio ambiente e o cotidiano do trabalhador, bem além do espaço fabril.

²¹⁰ FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo**. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2009, p. 293.

²¹¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 25-26.

Isto posto, a vida familiar, o lazer, as assimilações de mundo e todo o cotidiano do trabalhador é envolvido no projeto de normatização do trabalho com o propósito único de obter a produtividade e eficácia para conseguir a desejada modernização do Brasil.

3.3 “Fortalecer o povo é engrandecer o país”: patriotismo e progresso no discurso sanitário

Percebendo nitidamente o valor deste grande problema é que atualmente no Brasil, já se delineiam os primeiros sinais de uma patriótica política alimentar, graças às sábias providências do sr. presidente Getúlio Vargas, criando o serviço de alimentação de previdência social.

A medicina preventiva é este capítulo magnífico e modernizado da extraordinária ciência de Hipócrates, que abrangendo um vasto programa educacional e profilático, há de fazer tudo pela felicidade e grandeza de nossa raça.²¹²

Pretendemos ressaltar nesse tópico a dimensão patriótica, a exaltação ao chefe do governo e a notoriedade dada ao progresso que o Brasil já alcançou e pretende alcançar com a ajuda dos trabalhadores e da mocidade, amplamente incluídos nos discursos médico-sanitário.

No momento em questão, o Estado passa a se atentar às mais diversas esferas da vida do povo: saúde, educação, alimentação, habitação, etc.. O sanitarismo buscou a proteção do corpo e psique do trabalhador brasileiro uma vez que saúde era fator que levaria ao progresso. A intervenção e as informações advindas do Estado eram consideradas o principal meio para se obter uma mudança no país e revelam a conexão existente entre o projeto de modernização e a saúde.

Os jornais reproduziam os discursos oficiais, divulgavam inaugurações públicas, enalteciam os atos do governo, eles eram para o Estado, em suma, os disseminadores de informações, de ideais legitimadores e realizações políticas:

Façamos desde já justiça ao governo Getúlio Vargas que compreendeu a necessidade vital para o progresso da nação e melhoria de vida de seu povo, como sendo a construção da siderurgia na forma e na estrutura econômica essencialmente nacionais.²¹³

²¹² MENEZES, Dr. Guilhealdo A. Coluna Médica. Medicina preventiva, um capítulo moderno na arte de curar. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 de fev. 1942, p. 1.

²¹³ INDÚSTRIA – Centrais elétricas – Rede rodoviária ampla. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, 17 de fev. 1942, p. 1.

A vigília constante e a censura maquinada sobre os jornais eram por conta do perigo de ser ele um veículo de comunicação, um divulgador de ideias, e, por mais que os enaltecimentos e as nobilitações sejam a grande maioria, as críticas ao governo não foram totalmente suprimidas.

Como já vimos ao decorrer da dissertação, a imprensa fora incumbida de difundir as diretrizes nacionais de saúde elaboradas dentro do projeto de educação sanitária. Ela foi amplamente utilizada principalmente durante o Estado Novo, pois a política oficial pautava-se em instrumentos eficazes para

[...] garantir a penetração nas mentes e nos corações dos valores positivos do trabalho, na primeira fase do governo de Getúlio Vargas desencadeou-se uma intensa propaganda enaltecendo as virtudes do trabalho que, ao mesmo tempo, não prescindia em condenar toda e qualquer manifestação de apoio ao ócio e à indisciplina.²¹⁴

No discurso sanitário foram difundidas, portanto, outras ideologias na tentativa de que por meio delas se alcançasse a legitimação da nação e o domínio sobre o conjunto da vida coletiva.

O discurso médico intentou instaurar verdades que pudessem contribuir na construção de homens e mulheres ideais à pátria. Para tanto, vê-se por meio dele a presença de outros discursos com o intuito de criar o sentimento de unificação e fortalecimento nacional, refletindo as intenções que o governo pretendia atingir. Nas propagandas e nas medidas de saúde pública disseminadas nos jornais encontramos a presença de um discurso que almejava provocar mudanças de sentimentalidade e exaltação das paixões. Conceitos como moral, nação, progresso, desenvolvimento, ordem, civilização e modernização são propagados em meio a hábitos higiênicos, como veremos no seguinte artigo do jornal *A Tribuna*, de Uberlândia:

Uma das principais características do Estado Novo é ser um Estado forte. Todas as forças vivas da nacionalidade, até então desprezadas pela (ilegível) dos governos, estão sendo neste momento arregimentadas para sobre elas ser erigidas o novo regime já inaugurado. Do congraçamento de todas elas, bem aproveitadas e ajustadas, dependerá o triunfo desta nova ideologia, que de há muito vinha sendo sentida, pelos que estudam os problemas sociais com uma visão ampla e sem rebuscos, como a única fórmula de salvamento da nacionalidade.

A doutrina do Estado Novo brasileiro, procurando fazer do Brasil um Estado forte, não descurou deste importante ponto do problema da construção nacional que se opera no país, tendo os inspiradores da Constituição que ora nos rege, feito incluir na nova carta constitucional,

²¹⁴ MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. Mendigos e vadíos: artifícies do ócio na sociedade do trabalho. **IV Seminário de Pesquisa do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**, Maringá, 1997, p. 3.

diversos “itens”, em que a valorização e fortalecimento do (ilegível) “homem” se apresentem devidamente delineados.

A educação sexual vindo concorrer para a defesa e salvaguarda do indivíduo que povoa nessa terra, se acha por conseguinte perfeitamente enquadrada dentro do espírito do Estado Novo, que é um Estado forte e para cujo fortalecimento ela concorre, por fortalecer o indivíduo que habita o polo de nossa pátria, criando-lhe condições especiais que lhe vão aumentar sua resistência, não só física como moral, outorgando-lhe assim o fortalecimento integral de sua personalidade e dando-lhe a possibilidade de ser um elemento de força, dentro do Estado forte.²¹⁵

Os médicos sanitaristas especializados em saúde pública eram em geral empregados do Estado, o que explica as várias referências positivas ao governo feitas em textos sobre saúde e as tentativas de se construir uma boa imagem do regime. Assim explica Keila Auxiliadora:

Os médicos sanitaristas foram inseridos, em sua maior parte, na burocracia como funcionários públicos, o que os levou a aderir, de forma estratégica, ao projeto de saúde pública centralizador estatal, tendo a questão da higiene como um de seus eixos motrizes.²¹⁶

Os grupos médicos eram produtos e partícipe do Estado. Eles formaram uma especialidade médica regulamentar e interviveram tanto como formuladores de projetos políticos quanto implementadores de políticas.

Higienizar a família seria fundamental para defender o povo e construir uma nação saudável, mas era a criança um dos maiores alvos do discurso de formação de uma identidade nacional e de composição de uma raça hígida e útil:

Também é bom a gente ir dizendo que a criança exige um zelo antecipado.

Exame pré-nupcial, alimentação boa e farta, educação quanto aos preceitos higiênicos, obrigações dos pais – tudo bem previsto em leis e melhor executado.

Só assim as crianças serão felizes, o povo forte, a nação grandiosa. Enquanto não é um povo totalmente preparado para a defesa própria, ao Estado moderno compete botá-lo em bom caminho.²¹⁷

Acreditava-se que os ensinamentos e os hábitos adquiridos desde a infância representam a base que influenciaria para sempre o caráter das pessoas. Muitos artigos de jornais eram direcionados aos pais para que educassem moralmente sua prole. Os textos também ensinavam esses pais os meios eficientes de se livrar de doenças contagiosas para que

²¹⁵ ALBUQUERQUE, Dr. José de. Serviço especial do Círculo Brasileiro de Educação Sexual. Educação Sexual e o Estado Novo. **A Tribuna**, Uberlândia, 16 de mar. 1938, p. 2.

²¹⁶ CARVALHO, Keila Auxiliadora. **A Saúde pelo Progresso: Medicina e Saúde Pública em Minas Gerais**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008, p. 72.

²¹⁷ SILVA, Eurico. Semana da criança. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 5 de out. 1943, p. 1.

olhassem por seus filhos, o que consequentemente formaria indivíduos de organismos saudáveis e pouparia vidas úteis à coletividade. Mas os conteúdos que ressaltavam o patriotismo não estavam somente nos jornais, para os pais. Eles eram difundidos também na escola com as disciplinas de moral e civismo. De acordo com o estudante Nilo Chaves de Brito Bastos, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo em 1950, “[...] a mente do menino é semelhante a uma matéria plástica e assim mais fácil de amoldar, porque não está influenciada por superstições como ocorre no adulto, tornando-se deste modo o campo mais fértil para fecundar-se.”²¹⁸ Portanto, a pretensão era também de incutir na criança e no adolescente uma imagem sentimentalista do país.

Em meio a preceitos higiênicos os discursos que pregavam uma disciplina para que os indivíduos evitassem a ociosidade e melhorassem sua produtividade tornaram-se constantes na imprensa escrita brasileira, já que o avigoramento da raça estava intimamente ligado ao progresso do país. A ênfase patriótica neles incutida serviria para promover uma submissão ao Estado e ao próprio saber médico, ressaltando que seria dever de todo patriota e cidadão seguidor das leis auxiliar o governo na tarefa sanitária e na extinção dos males causadores do atraso brasileiro.

O patriotismo foi, então, o sentimento que deveria se sobressair aos demais e orientar as ações dos indivíduos, como se fosse uma religião. Um verdadeiro patriota seria capaz de reproduzir os preceitos higiênicos que o levasse a obter o corpo perfeito e saudável que a pátria tanto necessitava.

O progresso passou a configurar projetos de intervenção da sociedade, principalmente os relacionados à saúde, pois era a falta dela entre as populações que prejudicava o avanço econômico. Assim, os conceitos de patriotismo e progresso formaram um duo incluído amplamente nos mecanismos discursivos utilizados na retórica sobre saúde, como podemos conferir no jornal *O Triângulo*:

Não é entre os favoritos da fortuna, nem mesmo entre os representantes das classes médias que a peste branca ceifa com mais violência: é no meio da população de trabalhadores fabris, de empregados de pequenas e grandes oficinas, de ateliers e de escritórios. Aí, onde estão os subalimentados, os que moram em cubículos, sem ar e luz suficientes, em quartos de habitações coletivas ou em barracões dos morros, aí está o grande exército de futuras vítimas. E tão grande é o seu número, que a luta contra a tuberculose, dominando as preocupações do governo, surge, de repente, no cartaz, como um problema nacional, exigindo a colaboração de todas as forças sadias da sociedade brasileira, sob a orientação superior do Estado.

Se o Brasil, nas suas maiores cidades industriais, se inclui na lista dos países mais flagelados pela tuberculose, não é menos certo que nos erguemos cedo para o combate decisivo, e não há dúvida de que

²¹⁸ BASTOS, Nilo Chaves de Brito. **Educação Sanitária no Brasil (Crítica).** (Trabalho apresentado no Seminário da Cadeira). São Paulo: Arquivo da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, 1950, p. 205. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/afhsp/article/viewFile/85320/88119>> Acesso em 10/12/2017.

venceremos, da mesma forma como vencemos a febre amarela. Nessa luta estão empenhadas as mais vibrantes energias da nacionalidade, sob a orientação patriótica de um governo que tem dedicado as melhores forças à realização da maior obra social que jamais se incluiu num programa de administração.²¹⁹

Principalmente nos registros de campanhas contra varíola, tuberculose, verminoses, etc., é possível reconhecer a propaganda política governamental, pois a saúde pública tornou-se um importante veículo da política do Estado varguista.

O homem, como já abordado, passou a ser considerado de grande valor econômico e o melhoramento da saúde física e mental elevaria o brasileiro a um novo patamar de civilização. Mas a compreensão sobre a importância da saúde só seria possível com o esclarecimento geral da opinião pública e de uma cooperação ativa por parte das pessoas. Portanto, a exemplo dos governos dos países mais avançados, o Brasil colocou a saúde pública como importância capital na vida e na existência do estado moderno.

Fica evidente em muitas publicações de educação sanitária a importância dada à saúde física e a moldagem mental do trabalhador. Isto se deveu por conta da leitura que relacionou a pouca produtividade no trabalho às precárias condições de vida do trabalhador brasileiro. Ao modificar tais condições insalubres de vida mudar-se-ia também o rendimento nas atividades. Abaixo citaremos um artigo para ilustrar como essas questões repercutiram localmente:

O organismo do indivíduo, que passa o dia trabalhando necessita de pequenos intervalos de repouso para refazer as energias gastas. O trabalho que se prolonga durante horas a fio, sem interrupção, além de improutivo, constitui uma das principais causas dos acidentes e moléstias profissionais.

Em cada dia de trabalho, procure deitar e repousar de dez a vinte minutos, na parte da tarde, ou logo depois do almoço.²²⁰

Esses discursos médico-sanitários disseminados pela imprensa em Uberlândia e Araguari integram o projeto de reconstrução nacional pautado no trabalho, na saúde, na educação, na civilidade, na ordem e no progresso. A saúde passa a ser urgente utilidade que deve ser mantida na sociedade de mercado. Ela é necessária ao progresso industrial, intelectual, e principalmente na manutenção da mão de obra trabalhadora para fins capitalistas. Nas palavras de Eliane Vianey de Carvalho “o objetivo do serviço estadual de saúde era intervir

²¹⁹ PADILHA, Leão. A maior obra social. **O Triângulo**, Araguari, 23 de jul. 1939, p. 3.

²²⁰ SNES. O preceito do dia. Intervalos no trabalho. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 de abr. 1945, p. 3.

no meio social para transformar a população majoritariamente doente em trabalhadores saudáveis, em “capital humano” válido e capaz de conduzir Minas Gerais ao progresso.”²²¹

A própria elite também se preocupava com a melhora das condições de vida do trabalhador urbano e rural interessada que isso promovesse uma industrialização intensiva no país que ampliasse o mercado interno. Por isso investiu-se em escolas profissionais a fim de formar técnicos para as indústrias. A intenção era instruir, transformá-los e racionalizá-los para que produzissem mais e melhor, como se fossem máquinas.

A imprensa foi, portanto, veículo oficial do Estado a serviço da nação que pretendeu modificar a mente e o espírito dos indivíduos em prol de uma consciência nacional, significando o trabalho e o patriotismo.

²²¹ CARVALHO, Eliane Vianey de. **A emergência das práticas médico-educativas da saúde pública estadual de Minas Gerais (1910-1935)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 289.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] o dom de despertar as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer, e ele não tem cessado de vencer.²²²

A educação sanitária fixou-se como a pedra vital de todo o programa de saúde pública. Foi ela também a base fundamental da medicina preventiva cujo triunfo dependeria da coparticipação dos próprios beneficiados. O conceito curativo foi sendo deixado para trás e substituído pelo preventivo, e a questão da saúde pública passou do campo individual para o campo coletivo.

Apesar do discurso eugênico se fazer presente, vimos que para o Estado do pós-30 o problema brasileiro não estava exclusivamente na miscigenação da raça, e sim nas doenças que tornavam a população preguiçosa e sem iniciativa.²²³ Mas muitas das degenerações físicas, do intelecto e até mesmo os vícios, no entanto, eram consideradas doenças hereditárias.

As reestruturações institucionais na saúde pública e suas implicações durante o Estado Novo provocou significativas mudanças. Apesar do esforço, havia obstáculos sociais e econômicos prejudicando as ações de educação sanitária, como o analfabetismo, a dificuldade de distribuir o material para os jornais interioranos e levar o acesso à higiene aos mais remotos municípios, como aponta uma fonte presente em um jornal de Araguari do ano de 1939:

Há entre as autoridades sanitárias e o povo, uma muralha – o analfabetismo. Muitas campanhas não dependem da presença pessoal do higienista. As massas poderiam realizá-las, com êxito, se tivessem educação adequada. Mas, como levar-lhes essa educação, se na grande maioria das casas da cidade ou da roça não entra um livro, uma revista, um jornal? Aparelhos de rádio são raros nas moradas dos sitiantes, dos colonos, dos agregados. Folhetos e circulares não seriam lidos.²²⁴

Os esclarecimentos sobre preceitos de saúde divulgados nos jornais de Uberlândia e Araguari fizeram parte do projeto de educação sanitária e foram medidas importantes, conforme aponta Jean Luiz Neves Abreu “as colunas dos periódicos indicam o esforço das autoridades locais e do governo estadual em difundir os princípios higienistas em acordo

²²² BENJAMIN, Walter. Teses sobre a história. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²²³ VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular nos serviços de saúde**. São Paulo: Hucitec, 1991.

²²⁴ AMARAL, Rubens do. (Copyright do SPES, de S. Paulo). A escola e a educação sanitária. **O Triângulo**, Araguari, 25 de jun. 1939, p. 3.

com a política nacional de saúde.”²²⁵ Mas apesar da utilidade da educação sanitária, a situação pouco mudaria e, no caso de Uberlândia e Araguari, a julgar pelas constantes denúncias de problemas sanitários nos jornais – ora nas entrelinhas, ora detalhadamente descritivos – e pela insistência em ratificar valores de saúde, podemos inferir que houveram providências significativas em favor da saúde mas estas não modificaram drasticamente o quadro sanitário. Principalmente no que tange as populações pobres, pois que não há como transformar uma realidade de misérias e doenças somente por meio de hábitos individuais, outorgando à população a responsabilidade da mudança de um país, sem que dessem a ela a devida estrutura física por detrás. E, ainda pior, culpando a população pobre por todo o atraso econômico e moral do país, como podemos conferir na continuação do último artigo citado:

A mortalidade é maior nas classes pobres, cujo padrão de vida é inferior e cujos hábitos revelam aluviões de ignorância, de rotina e de superstição. Nem sempre a deficiência de recursos econômicos basta para explicar a situação. O melhoramento das habitações é muitas vezes uma questão mais de diligência do que de despesas. A alimentação pode ser modificada, em qualidade, sem aumento dos gastos, principalmente nos setores em que as terras são abundantes. A profilaxia das endemias rurais se faria, em boa parte, sem dispêndios, apenas pela introdução de uns tantos hábitos que as populações roceiras desconhecem.²²⁶

Dessa maneira, a população pobre era constantemente cobrada por seus hábitos de higiene corporal por serem os causadores dos problemas sanitários brasileiros e, ironicamente, continuava abandonada pelo poder público, ficando exposta a situações de contaminação pela falta de investimentos em saneamento básico e a dificuldades de acesso a atendimento médico profissional, pois dependiam de um serviço público que – como vimos por meio de artigos locais – muitas vezes não eram eficazes e outros sequer existiam em Uberlândia e Araguari.

O saber médico repete os valores e características da sociedade que devem ser perpetuadas e o seu intuito era, para além do saneamento, adestrar e docilizar os corpos dos trabalhadores, das crianças, dos doentes e dos considerados nocivos ao funcionamento da sociedade, exercendo, desse modo, o papel do poder disciplinar enquanto instrumento de controle da vida social.

Estado, elite e classe médica entravam em contradição ao oscilar entre ideais modernizadores e, ao mesmo tempo, pautar a sociedade por costumes tradicionais e cristãos. Julgavam inapropriado até mesmo o uso de um artifício tão caro à saúde como é o

²²⁵ ABREU, Jean Luiz Neves. Discurso médico-sanitário e divulgação dos princípios higienistas na imprensa (1938-1950). In: XVIII Encontro Regional da Associação Nacional de História (ANPUH MG). Seção Minas Gerais, Mariana, 2012, p. 7.

²²⁶ AMARAL, Rubens do. (Copyright do SPES, de S. Paulo). A escola e a educação sanitária. **O Triângulo**, Araguari, 25 de jun. 1939, p. 3.

preservativo. Mesmo assim, a ode à modernização era tamanha que aparecia em diferentes discursos, até mesmo naqueles que normalmente tal associação não seria possível, como é o caso dos vários artigos que abordam doenças.

O trabalho passou a ser essencial e a significar uma tarefa moral, somente por meio dele o indivíduo poderia alcançar riqueza e cidadania, beneficiando a si e principalmente a sociedade. Além disso, ele teve um papel civilizador, sendo a base para a composição de um Estado novo que almejava se modernizar. O trabalhador adquiriu, neste momento, direitos sociais importantes, porém, eram usufruídos apenas por uma parcela da população. Hoje, vemos o quanto as bases dos direitos sociais do Brasil são frágeis, em razão da ameaça iminente de que alguns deles, conquistados no período retratado na dissertação, possam ser retirados ou modificados – como num *museu de grandes novidades*²²⁷ – em prol e benefício sempre de uma classe economicamente dominante.

No contexto histórico retratado, os pobres que não trabalhavam eram vistos como uma ameaça para a ordem pública. São incontáveis os registros nos jornais que versam sobre a postura do trabalhador, como ele deve cuidar de sua saúde e como deve agir para que a sociedade possa se beneficiar o máximo dele possível. Mas o que mais nos chamou a atenção foi o aparecimento do pobre ou da classe trabalhadora basicamente em discursos disciplinadores, críticos, repreensores e recenseadores. Mesmo que os atores integrantes da imprensa local no período não tivessem – bem como em toda esfera social – um pensamento homogêneo, a grande parte dos discursos e intenções dos e nos jornais visavam à manutenção da hegemonia da elite dominante. O jornal, portanto, não é local que guarda a memória dos trabalhadores.

O discurso da periculosidade e as manobras das elites das cidades para isolar os pobres foram pujantes e deixam resquícios na contemporaneidade. O fato do bairro Lagoinha, em Uberlândia, ser estigmatizado e marginalizado até os dias de hoje se explica por seu surgimento como uma colônia para famílias portadoras da hanseníase.²²⁸ A ocupação de pessoas doentes nesse espaço isolado garantiu que ficasse bem longe do centro urbano da “cidade jardim”.

Podemos concluir, após uma breve análise dos jornais e das políticas praticadas nas cidades de Uberlândia e Araguari, que nem todas as memórias podem entrar para a história, apenas aquelas que vinham de vozes autorizadas. Este esforço para se forjar uma tradição não acontece de forma neutra, mas de maneira seletiva e que expõe pressões e limites imperantes e hegemônicos. Segundo Raymond Williams

²²⁷ Termo retirado da música “O tempo não para” do cantor brasileiro Cazuza.

²²⁸ RAMOS, Leila Bitar Moukachar. **Hanseníase e estigma no século XXI: narrativas de moradores de um território endêmico.** 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017, p. 15.

num nível filosófico, no verdadeiro nível da teoria e no nível da história das várias práticas, há um processo que chamo de tradição seletiva: aquilo que, no interior dos termos de uma cultura dominante e efetiva, é sempre transmitido como “a tradição verdadeira”, “o passado importante”. Mas o principal é sempre a seleção, o modo pelo qual, de um vasto campo de possibilidades do passado e do presente, certos significados e práticas são enfatizados e outros negligenciados e excluídos. Ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos, ou colocados em formas que apoiam ou ao menos não contradizem outros elementos intrínsecos à cultura dominante e efetiva.²²⁹

As narrativas e notícias que constituem a memória sobre as cidades presentes nos jornais deixam de lado a multiplicidade de vivência, pois diminui ou retira a figura dos trabalhadores para se firmar como uma memória predominantemente das elites. Portanto, as escolhas daquilo que foi exposto e disseminado pelos jornais não devem ser vistas como naturais, mas sim o reflexo do que era e do que se queria para o futuro levando em conta os interesses da elite local. Dessa forma, outros modos de viver foram suprimidos por meio do silenciamento.

É importante descortinar principalmente aquilo que não está nos jornais, pois a intenção do que não se fala é não se lembrar. Assim, ao finalizar este trabalho, depois de muitos apontamentos e reflexões sobre os problemas levantados, ainda permaneceram as inquietações em relação aos personagens ocultados na memória dos jornais – e, aqui volto a dissertar em primeira pessoa –, como as minhas avós. Homens e mulheres desse tempo nasceram, brincaram, trabalharam, amaram, tiveram ideias, aprenderam, ensinaram, fizeram sua leitura de mundo, morreram, mas, de algum modo, seus modos de viver e seus feitos não foram narrados nos jornais... Sendo-lhes negado, ao menos nas esferas oficiais, o direito à memória. Mas isso não significa dizer que estão esquecidos para sempre. Por meio da memória e do imaginário popular, dos vestígios desinteressados do passado, lá está a história deles pronta para ser recontada, como já muitos fizeram, mas nunca é demais lembrar do que nos impuseram olvidar.

²²⁹ WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, nº 66, jul. ago. 2005, p. 217.

FONTES

A CULTURA física no Brasil. **O Triângulo**, Araguari, 7 de mai. 1939, p. 7.

A Tribuna, Uberlândia, 9 de ago. 1931, p. 4.

A Tribuna, Uberlândia, 20 de ago. 1933, p. 1.

A Tribuna, Uberlândia, 04 de nov. 1943, p. 3.

ABSOLVIDOS os três jornalistas de Uberlândia. O Tribunal Pleno negou provimento à apelação interposta, sustentando a decisão do juiz. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 31 de ago. 1941, p. 1.

Acervos do Arquivo Público Municipal de Araguari “Dr. Calil Porto”.

Acervos do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

ALBUQUERQUE, Dr. José de. Serviço especial do Círculo Brasileiro de Educação Sexual. Educação Sexual e o Estado Novo. **A Tribuna**, Uberlândia, 16 de mar. 1938, p. 2.

_____. Serviço especial do Círculo Brasileiro de Educação Sexual. Educação Sexual das moças. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 24 de abr. 1942, p. 6.

ALCOOLISMO. **A Tribuna**, Uberlândia, 23 de fev. 1935, p. 3.

AMARAL, Raul J. Respeito à família. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 de abr. 1939, p. 2.

_____. As crianças devem ser preservadas do álcool. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 de jun. 1939, p. 3.

AMARAL, Rubens do. O caso dos calçados. **O Triângulo**, Araguari, 5 de mar. 1939, paginação irregular.

_____. (Copyright do SPES, de S. Paulo). A escola e a educação sanitária. **O Triângulo**, Araguari, 25 de jun. 1939, p. 3.

ARANTES, Dr. Luiz Pimentel. Centro de Saúde de Uberlândia. Aviso. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 de jul. 1943, p. 3.

Art. 122. DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

Art. 131. DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

Art. 138. DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934.

AS PERSEGUIÇÕES à imprensa. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 4 de nov. 1943, p. 1.

ASSISTÊNCIA à infância. **O Triângulo**, Araguari, 23 de jul. 1939, p. 4.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. **Educação Sanitária no Brasil (Crítica)**. (Trabalho apresentado no Seminário da Cadeira). São Paulo: Arquivo da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, 1950, p. 205. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/afhsp/article/viewFile/85320/88119> > Acesso em 10/12/2017.

BITENCOURT, José. O sentido de uma marcha. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 26 de Nov. 1941, p. 1.

CARDOSO, Dr. Ernani Figueiredo. Primeiro congresso de brasiliidade – Unidade moral. **A Tribuna**, Uberlândia, 8 de jan. 1942, p. 3.

CAVALCANTI, Alberto de Lira. Higiene mental e trabalho. **Cultura Política**, v. 17, jul. 1942, p. 203.

CALLAGE, F. O “mugik” brasileiro. **A Tribuna**, Uberlândia, 17 de fev. 1937, p. 1.

CENTRO de saúde de Uberlândia. Palpitante entrevista com o sr. dr. Henrique Furtado Portugal, seu diretor, ora transferido para a cidade de São João Del Rei. O que tem feito esta notável instituição da Saúde Pública e o que precisa fazer. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 12 de fev. 1942, p. 1.

CIDADE menina. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 12 de abr. 1939, p. 2.

Correio de Uberlândia, Uberlândia, 3 de nov. 1941, p. 4.

Correio de Uberlândia, Uberlândia, 1 de jan. 1944, p. 1.

CORRESPONDENTE. Congresso dos Promotores Públcos na Capital de Goiás. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 9 de abr. 1939, p. 8.

Decreto - Lei nº 101. Capítulo II. **Prefeitura Municipal de Uberlândia**, Uberlândia, 24 de mai. 1944.

DEFERÊNCIAS para com o líder mineiro. **A tribuna**, Uberlândia, 19 de jan. 1935, p. 1.

DEFESA do regime. **A Tribuna**, Uberlândia, 6 de jul. 1935, paginação irregular.

DIP. **Anuário da Imprensa Brasileira**, Rio de Janeiro, 1941.

FECHADO, novamente o Dispensário dos Pobres. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 8 de nov. 1941, p. 1.

FERREIRA, Dr. Oswaldo O.. (Diretor da Assistência Dentária Escolar de Uberlândia). Odontologia. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, 13 de jun. 1941, p. 3.

FORTALECER o povo é engrandecer o país. **O Triângulo**, Araguari, 16 de jul. 1939, paginação irregular.

<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf> > Acesso em 15/12/2017.

<https://www.priberam.pt/dlpo/Disg%C3%AAlica> > Acesso em 29/11/2017.

<http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/23/738/secretaria.html> > Acesso em 06/06/2017.

INDÚSTRIA – Centrais elétricas – Rede rodoviária ampla. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, 17 de fev. 1942, p. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do século XX**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/seculoxx.pdf>> Acesso em 10/12/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Série Regional, Parte XXIII – Minas Gerais. **Recenseamento Geral do Brasil de 1940**, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INJUSTIÇA que precisa ser reparada urgentemente. Araguari não tem serviço de higiene pública – Apelo veemente ao governador Valadares. **O Triângulo**, Araguari, 27 de out. 1940, p. 1.

J. R., Marth Santos. Uma necessidade nacional. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 17 de jun. 1943, p. 1.

Jornal de Uberlândia, Uberlândia, 24 de mar. 1942, p. 2.

JÚNIOR, Corrêa. A morte de um ideal. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 31 de out. 1944, p. 1.

JUNIOR, J. A. Baptista. O problema da tuberculose. **O Triângulo**, Araguari, 18 de jun. 1939, paginação irregular.

KEHL, Renato. **Formulário da beleza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

_____. **Aparas de Eugênicas. Sexo e civilização. Novas Diretrizes**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

_____. **Lições de Eugenia.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

KESSEL, Pe. Conrado Van. Humanidades e coisas anexas. **O Triângulo**, Araguari, 22 de out. 1939, p. 5.

LÂMPADAS queimadas nas vias públicas. **O Triângulo**, Araguari, 12 de mar. 1939, p. 7.

LESSA, Origenes. A sabedoria de um lugar comum. **O Triângulo**, Araguari, 29 de out. 1939, p. 1.

MENEZES, Dr. Guilhebaldo A. Coluna Médica. Medicina preventiva, um capítulo moderno na arte de curar. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 de fev. 1942, p. 1.

O Estado de Goyaz, Uberlândia, 25 de dez. 1941, paginação irregular.

O ESTADO sanitário da cidade. Boatos alarmantes – A verdadeira extensão do mal – Não há motivos para apreensões. **Voz Central**, Uberlândia, 11 de fev. 1940, p. 2.

O GOVERNO do Estado encara seriamente o problema da lepra. Uma visita de nossa reportagem, a leprosos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 9 de set. 1943, p. 1.

O PAPEL da imprensa. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 27 de jan. 1945, p. 3.

O Triângulo, Araguari, 5 de mar. 1939, p. 2.

O Triângulo, Araguari, 26 de mar. 1939, paginação irregular.

OLIVEIRA, Alves de. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 de out. 1945, p. 1.

OS PASSEIOS do jardim da Praça Manoel Bonito vão ser reconstruídos. **O Triângulo**, Araguari, 19 de mar. 1939, p. 3.

PADILHA, Leão. A maior obra social. **O Triângulo**, Araguari, 23 de jul. 1939, p. 3.

PAES, Lycidio. Crônica. **O Bandeirante**, Uberlândia, 9 de out. 1937, p. 2.

PAIXÃO, Alfen Cordeiro da. (Inspetor do Ministério do Trabalho). Getúlio Vargas. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 20 de abr. 1941, p. 2.

PARA combater a peste branca – Sanatório Uberlândia S/A – Subscritas ações no valor de Cr \$ 400.000.00. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 19 de jul. 1944, p. 4.

PIMENTA, Benedicto. Sport em Revista. **O Triângulo**, Araguari, 5 de mar. 1941, p. 4.

PORTUGAL, Henrique Furtado. Estudos recentes sobre a moléstia de chagas. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 de dez. 1941, p. 11.

PUCCI, Boulanger. Boletim do dia. **O Triângulo**, Araguari, 27 de mai. 1941, p. 4.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (MG), Belo Horizonte, 1919, p. 64.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (MG), Belo Horizonte, 1926, p. 129.

Revista Uberlândia Ilustrada, Uberlândia, n° 4, jun. 1939.

RICARDO, Aristides. (SPES de São Paulo) Coluna educacional. Consanguinidade e hereditariedade. **O Triângulo**, Araguari, 31 de jan. 1941, p. 3.

ROSA, José. Boa noite para você. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 6 de nov. 1941, p. 2.

SERRA, Geraldo N.. Proteção à infância brasileira. **O Triângulo**, Araguari, 3 de mar. 1940, p. 2.

SILVA, Cristiano Martins da. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 de abr. 1943, p. 2.

SILVA, Dr. Mário Marques da. Ao povo e aos subscritores da Sociedade Anônima Sanatório de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 7 de out. 1944, p. 2.

SILVA, Eurico. Semana da criança. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 5 de out. 1943, p. 1.

SILVA, Francisco Affonso da. Dispensário dos Pobres. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, 4 de abr. 1941, p. 4.

Sistematização sobre mapa base do Brasil, IBGE (2004). Fonte: Barbosa (2008). Elaboração: Oliveira (2014). Disponível em: <www.researchgate.net/publication/299438214_Araguari_na_historia_da_ocupacao_territorial_do_Triangulo_Mineiro_MG_-_1815-1913> Acesso em 01/09/2017

SNES. O preceito do dia. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, 3 de mar. 1942, p. 3.

SNES. O preceito do dia. Intervalos no trabalho. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 de abr. 1945, p. 3.

SNES. O preceito do dia. O papel da higiene mental. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 20 de jul. 1945, p. 3.

TRISTES augúrios! **O Bandeirante**, Uberlândia, 4 de set. 1937, p. 3.

UM posto de saúde para Araguari. O nosso apelo ao Dr. Benedito Valadares. **O Triângulo**, Araguari, 23 de abr. 1939, p. 2.

V., F. Recortes. **O Triângulo**, Araguari, 30 de abr. 1939, p. 4.

_____. Fechado pela polícia... <S. Paulo, 5 de agosto>. **O Triângulo**, Araguari, 13 de ago. 1939, p. 4.

_____. Gozar a vida não é a felicidade. **O Triângulo**, Araguari, 3 de fev. 1941, p. 3.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1947.

XAVIER, Anibal. Campanha contra a Tuberculose. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 de jun. 1939, p. 1.

www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em 10/05/2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jean Luiz Neves de. Educação sanitária e saúde pública em Minas Gerais na primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 17, n° 1, 2010, p. 204. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702010000100013&lang=pt > Acesso em 05/04/2017.

_____. Discurso médico-sanitário e divulgação dos princípios higienistas na imprensa (1938-1950). In: **XVIII Encontro Regional da Associação Nacional de História (ANPUH MG)**. Seção Minas Gerais, Mariana, 2012.

_____. Imprensa, educação sanitária e interiorização do sanitarismo em Uberlândia (1938-1950). **Revista de História Regional**, vol. 18, 2013. Disponível em: < www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/4635/3512 > Acesso em 10/05/2017.

_____. Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais. **Sociedade Brasileira de História da Ciência**, p. 5. Disponível em: < www.sbhc.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=8 > Acesso em 23/10/2017.

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercídia. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

BAIA HORTA, José Silvério. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994.

BARBOSA, Fábio Macedo Tristão. **Ferrovia e organização do espaço urbano em Araguari-MG (1896-1978)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a história. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANNSTROM, Christian. A Fundação Rockefeller e a campanha de erradicação da ancilostomíase em São Paulo (1917-1926). **Revista de História Regional**, vol. 15, p. 10-48, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiP8KuGutnRAhXEDpAKHSR1CN4QFggrMAM&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas2.uepg.br%2Findex.php%2Frhr%2Farticle%2Fdownload%2F2371%2F186&usg=AFQjCNF6ZFc_hSal7TausGWEtzfk4DESWQ&bvm=bv.144686652,d.Y2I>

Acesso em 24/01/2017.

CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. **Estudos Históricos, Mídia, CPDOC/FGV**, nº 31, 2003. Disponível em: <http://187.0.209.89/bitstream/fcrb/450/3/LiaCalabre_PoliticasPublicasCulturais_de_1924a1945.pdf>

Acesso em 09/05/2017.

CAMARGO, Cassiana. **Cultura letrada e impressa: o jornal Correio de Uberlândia 1938 – 1960**. 2004. Monografia (História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia na era Vargas**. Brasília: EdUnB, 1993, p. 19-82.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 169.

CARVALHO, Eliane Vianey de. **A emergência das práticas médico-educativas da saúde pública estadual de Minas Gerais (1910-1935)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. **A Saúde pelo Progresso: Medicina e Saúde Pública em Minas Gerais**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 5, n° 11, 1991.

CHAVES, Bráulio Silva. **Conhecimento, linguagem e ensino: a educação em saúde na história da ciência (1940-1971)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, M (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FARIA, L. R. de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. 9, p. 561-590, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000300005 > Acesso em 09/05/2017.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006.

FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo**. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2009.

FILHO, Geraldo Inácio; SILVA, Marcelo José. Representações nacionalistas na escola pública em Araguari, Minas Gerais (1928-1945). **Cadernos de História da Educação**, v. 13, n° 1, 2014, p. 290. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28179/15546> > Acesso em 20/07/2017.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção 1906-1954.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982).** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Os anormais:** Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

GARCIA, Nélson Jahr. O pensamento nacionalista e autoritário na década de trinta. **Estado Novo, ideologia e propaganda política.** Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/estadonovo.html#I7> > Acesso em 24/07/2017.

GERALDO, Endrica. **O combate contra os quistas étnicos: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo.** Disponível em: < <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/337.pdf> > Acesso em 31/07/2017.

GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). **Estado Novo: ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 151-166. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/132.pdf > Acesso em 09/05/2017.

_____. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EDUFU, 2010.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O.. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba, n° 25, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1550/155016226009/>> Acesso em 22/11/2017.

_____. **A era do sanitarismo.** São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). **Vocabulário da Primeira República.** p. 1. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SA%C3%A9DE%20P%C3%A9DICA%20\(DNSP\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SA%C3%A9DE%20P%C3%A9DICA%20(DNSP).pdf)> Acesso em 19/10/2017.

KROPF, Simone Petraglia. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 205-227, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 29/01/2018.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. Educação. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante (orgs.). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980.** Uberlândia: EDUFU, 2007.

_____. Pobreza. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante (orgs.). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B.. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Do silêncio dos arquivos às pluralidades de vozes: histórias locais e regionais. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante (orgs.). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980**. Uberlândia, EDUFU, 2007.

MACHADO, Raphael de Sousa. **A cultura política do coronelismo e suas representações sociais: Araguari/MG – 1930/1945**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

MARQUES, R. C.. A Comissão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1926). **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência**, Belo Horizonte, vol. 2, 1997.

MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. Mendigos e vadios: artifícies do ócio na sociedade do trabalho. **IV Seminário de Pesquisa do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**, Maringá, 1997.

NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. In: **X Encontro Estadual de História** (ANPUH SC). Florianópolis, 2004, p. 3. Disponível em: <labhstc.ufsc.br/files/2012/09/antonio-luigi-negro.doc> Acesso em 09/05/2017.

ORLANDI, Vittorio. **Enciclopédia Ilustrada das Obras Espíritas.** Vol. 1, São Paulo: Editora Urânia, 1961.

PELAEZ, Carlos Manoel. As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, jul./set. 1971.

PEROSA, Lilian Maria F. de. **A hora do clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República.** São Paulo: ANNABLUME-USP, 1995.

PRADO, Adonia Antunes. Os conceitos de *homem* e de educação no Brasil no período do Estado Novo. **Educação e Filosofia**, vol. 15, nº 30, jul. dez. 2001.

RAMOS, Leila Bitar Moukachar. **Hanseníase e estigma no século XXI: narrativas de moradores de um território endêmico.** 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017, p. 15.

REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2002.

RIBEIRO, Raphael Alberto. **Almas enclausuradas: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932-1970).** 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

RIBEIRO, Raphael Alberto. A saúde pública. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900/1980.** Uberlândia: EDUFU, 2007.

SALES, Teresa. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira.** Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portaFpublicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm > Acesso em 20/06/2017.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Revista de Ciências Sociais**, v. 28, nº 2, p. 193-210, 1985. Disponível em: <

<http://www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/antologias/eh-594.pdf> > Acesso em 09/05/2017.

SANTOS, Regma Maria dos. Práticas culturais: as tipografias, os jornais e as livrarias de Uberlândia (1857-1950). **História & Perspectivas**, Uberlândia (40), 2009.

_____. Espaço e memória: representações sobre a cidade nas crônicas de Lycidio Paes. **Espaço em Revista**, vol. 3, nº 2, jul. dez. 2011.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945). **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. 18, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500014> Acesso em 28/06/2017.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado nacional**. São Paulo: Difel, 1975.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. **Diálogos**, nº 02, 1998, p. 114. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29858-29874-1-PB.pdf>> Acesso em 09/05/2017.

SILVEIRA, Bruna Alves. **Práticas sociais, memórias e vivências no combate à lepra: isolamento compulsório em asilos-colônia e preventórios brasileiros – 1935 a 1986**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Érica Mello de. As práticas educativas em saúde: O Serviço Nacional de Educação Sanitária em estudo (1940-1970). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH SP)**. São Paulo, 2011, p. 1-2. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308176164_ARQUIVO_TextoAnpuh2011.pdf > Acesso em 09/05/2017.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/7bxz4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf> > Acesso em 16/01/2018.

THOMPSON, E. P.. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular nos serviços de saúde**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VILLELA, Aníbal & SUZIGAN, Wilson. **Política do Governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro, IPEA/Inpes, 1973.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, nº 66, jul. ago. 2005.

. **Palavras-chave [um vocabulário de cultura e sociedade]**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WIRTH, John. Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional - 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1975.